

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

João Vítor de Araujo Lima

**REFLEXÕES E POSSIBILIDADES SOBRE A QUANTIFICAÇÃO DOS SURDOS
SINALIZANTES NOS LEVANTAMENTOS CENSITÁRIOS BRASILEIROS**

São Carlos, SP

2023

João Víctor de Araujo Lima

**REFLEXÕES E POSSIBILIDADES SOBRE A QUANTIFICAÇÃO DOS SURDOS
SINALIZANTES NOS LEVANTAMENTOS CENSITÁRIOS BRASILEIROS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, vinculado ao Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos para obtenção do título de Mestre em Educação Especial.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Lara Ferreira dos Santos

Financiamento: CNPq

São Carlos, SP

2023

Lima, João Vítor de Araujo

Reflexões e possibilidades sobre a quantificação dos surdos sinalizantes nos levantamentos censitários brasileiros / João Vítor de Araujo Lima -- 2023.
112f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos
Orientador (a): Lara Ferreira dos Santos
Banca Examinadora: Cristina Broglia Feitosa de Lacerda,
Alexandre de Paiva Rio Camargo
Bibliografia

1. Educação Especial. 2. Surdos. 3. Pesquisas censitárias. I. Lima, João Vítor de Araujo. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação Especial

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato João Víctor de Araujo Lima, realizada em 28/06/2023.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Lara Ferreira dos Santos (UFSCar)

Profa. Dra. Cristina Broglia Feitosa de Lacerda (UFSCar)

Prof. Dr. Alexandre de Paiva Rio Camargo (UCAM)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial.

Dedico este trabalho ao IBGE, pela sua seriedade científica e compromisso com as análises e divulgações dos dados estatísticos que me foram essenciais neste trabalho. Também dedico aos pesquisadores da área dos Estudos Surdos, em especial ao Grupo de Pesquisa Surdez e Abordagem Bilíngue (GPSABilíngue), com que aprendi e continuo aprendendo diariamente, e às comunidades surdas brasileiras, cujas contribuições e lutas têm sido fundamentais para uma sociedade mais justa.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas e instituições que contribuíram para a realização deste trabalho e para o meu crescimento acadêmico. Inclusive aos que, por algum motivo ou desatenção, não forem mencionados aqui. Sem o apoio deles, esta dissertação não teria sido possível.

Primeiramente, sou imensamente grato à minha orientadora Dr^a. Lara Ferreira dos Santos por acreditar em mim e pela sua orientação ao longo de todo o processo. Seu apoio e suas contribuições foram fundamentais neste processo e fico imensamente grato por ter trilhado esta etapa sob sua orientação.

Agradeço igualmente aos meus colegas de turma do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (PPGEEs-UFSCar), que estiveram presentes ao longo de toda minha jornada acadêmica, em especial aos colegas e professores do Grupo de Pesquisa Surdez e Abordagem Bilíngue (GPSABilíngue) e do Grupo de Pesquisa em Educação de Surdos, Subjetividades e Diferenças (GPESDi). Sinto-me extremamente privilegiado por ter sido criado nesses grupos e por todas as trocas que compartilhamos nestes últimos anos.

Não posso deixar de agradecer aos meus familiares, Luciana, Adriana, Márcio, Vanessa, Priscila, Charles, Bruno, Eduardo, Guilherme e Rafael, pessoas que foram essenciais em minha vida e que continuaram me apoiando e encorajando em todo meu trajeto acadêmico. Sou extremamente grato por me auxiliarem a chegar até este momento!

Gostaria de agradecer também todos os meus colegas e amigos pesquisadores que sempre estiveram tão dispostos a me ouvir e a me apoiar, em especial o Felipe Pereira, a Rosanna Andrade, o Caio Tosato, a Erica Barbosa, a Alessandra Picharillo, o Gabriel Nascimento, a Glau, o Tulio Maia, a Hingryd Rauen (por todos os cafés compartilhados entre as aulas de programação), o Fabrício Martelli (por toda a aprendizagem que me proporcionou quando estava me inserindo na área) e a Josely Cubero (por toda sua gentileza quando precisei de apoio durante minha IC). Aprendi demais com todos vocês durante todo este processo e espero de coração que vocês saibam que suas contribuições foram essenciais para a conclusão desta etapa.

Um agradecimento especial a todas e todos os meus professores, sem os quais eu não estaria aqui hoje. Agradeço, em particular, às queridas Shirley Franceliano, Milena Lyra, Valma Mascarenhas, Adriana Garcez, Nelma Bossolan e Adriana Bellotti.

Estendo também meus agradecimentos a todas as amigas queridas que fiz ao longo da minha vida, que ultrapassam barreiras e se mantêm independentemente da distância e do tempo. Vocês foram e continuam sendo meu apoio e minha família. Em especial, gostaria de agradecer ao Luís Felipe dos Reis Alves por todo o carinho e apoio durante esta trajetória, e aos meus queridos Jéssica Herzer, Anaiá Casarin, Gabriel Araújo, Renan, Joana Salgado, Linda Gabriele, Milena Faustino, Lais Gabriele Rosa, Victor Paranhos, Gabriel Soneghet, Leonardo Claro e João Henrique de Sant'Ana. Guardo vocês no meu coração!

Sou extremamente grato também por todo o apoio recebido pelos meus colegas do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT). O apoio de vocês foi essencial para a finalização desta etapa.

Agradeço também todo o acolhimento da Associação dos Surdos de São Carlos - Jurandira Ferh (ASSCJF), em especial à Joyce Souza, por me possibilitarem este contato tão incrível com esta comunidade em 2018, contato este que continua sendo fundamental para mim até os dias de hoje.

Minha gratidão se estende aos membros da banca examinadora, Dr. Alexandre de Paiva Rio Camargo, Dr^a. Cristina Broglia Feitosa de Lacerda, Dr^a. Vanessa Regina de Oliveira Martins, Dr^a. Janaina Cabello e Dr. Luiz Renato Martins da Rocha, por aceitarem avaliar este trabalho e por suas contribuições valiosas durante as etapas de qualificação e defesa. Suas leituras atentas e comentários foram essenciais para a finalização deste trabalho e para meu crescimento enquanto pesquisador.

Também gostaria de expressar minha gratidão a todas as fontes de conhecimento e referências que utilizei nesta dissertação. Em especial ao trabalho notável do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de todos os profissionais que fazem parte dessa instituição. A dedicação do IBGE em seus trabalhos estatísticos e a disponibilização de informações e materiais históricos foram essenciais para minha pesquisa, como também para toda a comunidade acadêmica e sociedade em geral.

Por fim, gostaria de expressar minha gratidão ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo suporte financeiro concedido por meio de uma bolsa de estudos durante a realização desta dissertação. O papel essencial que o CNPq desempenha na formação de pesquisadores foi fundamental para o desenvolvimento deste meu estudo.

Novamente, meus sinceros agradecimentos a todas e todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram com este ciclo. Sou profundamente grato por fazer parte desta

comunidade acadêmica e por todo o apoio recebido ao longo desta jornada. Espero que este trabalho possa contribuir de alguma forma para o avanço do conhecimento na área.

Muito obrigado!

*Se não concordar com o que está vendo
Chega de negar que está acontecendo
Se você se cala e fica remoendo
Você está dizendo que isso é normal
Não é legal
Se não é legal
Tem que ficar legal
Está nas suas mãos mudar o que há errado
Essa sua história é o seu legado
Quem é que nunca foi um pouco levado?
Tim Minchin
(tradução de Mariana Elisabetsky)*

RESUMO

LIMA, João Vítor de Araujo. Reflexões e Possibilidades Sobre a Quantificação dos Surdos Sinalizantes nos Levantamentos Censitários Brasileiros. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação Especial do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2023.

Os surdos brasileiros enfrentam uma série de desafios em suas vidas diárias, principalmente no que se refere à garantia dos seus direitos linguísticos, mesmo após o reconhecimento legal da Língua Brasileira de Sinais em 2002. Um aspecto relevante a ser considerado é a forma como eles são representados nas estatísticas oficiais dos levantamentos censitários do país, que desempenham um papel fundamental na produção e fiscalização das políticas públicas brasileiras. Partindo desse contexto, o objetivo desta pesquisa foi identificar como os surdos sinalizantes são quantificados atualmente nas estatísticas do IBGE e apresentar caminhos possíveis para um diálogo que permita a inclusão das reivindicações dos movimentos sociais surdos nas pesquisas estatísticas populacionais do Brasil. Para isso, baseou-se no conceito de dupla categorização dos surdos e das línguas de sinais, para compreender o impacto das diferentes concepções sobre os surdos nas pesquisas censitárias realizadas pelo IBGE, e no conceito de estatativismo, pela abordagem da sociologia da quantificação, para possibilitar um diálogo entre as reivindicações desses movimentos e este instituto. De maneira geral, foram analisadas menções aos surdos e às línguas de sinais em: 1) Reivindicações dos surdos brasileiros; 2) Estatísticas do IBGE, principalmente no Censo Demográfico e na Pesquisa Nacional de Saúde. Além disso, estudou-se o ativismo estatístico dos povos indígenas nas estatísticas do IBGE, buscando inspirações para um estatativismo surdo brasileiro. A partir dessas análises, os resultados do estudo apontam que houve uma evolução na concepção sobre os surdos nos levantamentos censitários brasileiros, embora ainda os representem somente enquanto pessoas com deficiência. Para incorporar as reivindicações das comunidades surdas nessas pesquisas, mostram-se essenciais as parcerias nacionais e internacionais com acadêmicos e órgãos internacionais responsáveis pelas produções estatísticas, incorporando a perspectiva linguística sobre os surdos sinalizantes e a Libras, e diálogos constantes entre as representações de surdos, como a Feneis e a Federação Mundial de Surdos, e o IBGE.

Palavras-chave: Educação Especial; surdos; Libras; dupla categorização; pesquisas censitárias.

ABSTRACT

LIMA, João Vítor de Araujo. Reflections and Possibilities on the Quantification of Signing Deaf Individuals in Brazilian Census Surveys. 2023. Dissertation (Master's in Special Education from the Graduate Program in Special Education) - Federal University of São Carlos, São Carlos-SP, 2023.

Brazilian deaf individuals face a series of challenges in their daily lives, especially regarding the guarantee of their linguistic rights, even after the legal recognition of Brazilian Sign Language in 2002. A relevant aspect to be considered is how they are represented in the official statistics of the country's census surveys, which play a fundamental role in the production and monitoring of Brazilian public policies. From this context, the objective of this research was to identify how deaf signers are currently quantified in the statistics of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and present possible paths for a dialogue that allows for the inclusion of the demands of deaf social movements in the population statistics research in Brazil. To accomplish this, the study is based on the concept of dual category status of deaf individuals and sign languages, in order to understand the impact of different conceptions of deafness in the census surveys conducted by IBGE, and on the concept of *statactivism*, through the approach of the sociology of quantification, to facilitate a dialogue between the demands of these movements and the institute. In general, mentions of “deaf individuals” and “sign languages” were analyzed in: 1) Claims made by Brazilian deaf individuals; 2) IBGE statistics, mainly in the Demographic Census and the National Health Survey. In addition, the statistical activism of indigenous peoples in IBGE's statistics was studied, seeking inspiration for Brazilian deaf *statactivism*. Based on these analyses, the study results indicate that there has been an evolution in the conception of deaf individuals in Brazilian census surveys, but they are still represented solely as people with disabilities. To incorporate the demands of deaf communities into these surveys, national and international partnerships with academics and international organizations responsible for statistical production are essential, incorporating the socio-anthropological perspective on deaf individuals, as well as constant dialogues between deaf representations such as Feneis and the World Federation of the Deaf, and IBGE.

Keywords: Special Education; deaf; Brazilian Sign Language; dual category status; census survey research.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Logos utilizados pela Feneis (retirados do Jornal da Feneis)	38
Figura 2 - Página do relatório do Recenseamento de 1920 com as ilustrações dos “surdos-mudos” sinalizando	55

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fontes de dados para a análise documental	23
Quadro 2 - Apresentação dos cenários analisados e das categorias de análise	25
Quadro 3 - Breve apresentação de exemplos da identificação e análises feitas no documento “A Educação que Nós Surdos Queremos” (FENEIS, 1999)	40
Quadro 4 - Breve apresentação de exemplos da identificação e análises feitas no documento “Carta Aberta ao Ministro da Educação” (CAMPELLO <i>et al.</i> , 2012)	44
Quadro 5 - A categoria “surdez” nos 12 primeiros levantamentos censitários no Brasil	56
Quadro 6 - Menções à surdez e aos surdos nos documentos estudados, organizados em cenários para análise	66
Quadro 7 - Menções à Língua Brasileira de Sinais e a outras línguas de sinais nos documentos estudados, organizados em cenários para análise	71
Quadro 8 - Principais marcos, organizados por décadas, que contextualizaram ou influenciaram os movimentos sociais dos povos indígenas nas lutas estatativistas	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIPD	Ano Internacional das Pessoas Deficientes
ASL	<i>American Sign Language</i> (Língua Americana de Sinais)
CIF	Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CORDE	Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
DA	Deficiência Auditiva (antigo Deficiente Auditivo)
DGE	Diretoria Geral de Estatística
Feneis	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
GW	Grupo de Washington para Estatísticas sobre Pessoas com Deficiência
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICIDH	<i>International Classification of Impairments, Disabilities, and Handicaps</i>
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
L1	Primeira Língua
L2	Segunda Língua
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
Libras	Língua Brasileira de Sinais
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais (<i>grafia antiga</i>)
LSB	Língua de Sinais do Brasil
LSCB	Língua dos Sinais das Cidades Brasileiras
MEC	Ministério da Educação
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PDA	<i>Personal Digital Assistant</i> (Assistente Pessoal Digital)
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNS	Pesquisa Nacional de Saúde
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEEPEI	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNI	União das Nações Indígenas
WFD	<i>World Federation of the Deaf</i> (Federação Mundial de Surdos)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS: REIVINDICANDO POLÍTICAS LINGUÍSTICAS A PARTIR DA INTERSECCIONALIDADE “MINORIA LINGUÍSTICA” E “PESSOAS COM DEFICIÊNCIA”	19
2 PERCURSO METODOLÓGICO	21
2.1 IDENTIFICAÇÃO, SELEÇÃO E TRATAMENTO DOS DADOS.....	22
3 DUPLA CATEGORIZAÇÃO DOS SURDOS SINALIZANTES: CONTEXTO E PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES	26
3.1 A DUPLA CATEGORIZAÇÃO E O PAPEL DAS LÍNGUAS DE SINAIS.....	31
3.2 REIVINDICAÇÕES SURDAS, O RECONHECIMENTO DA LIBRAS E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DE ACESSIBILIDADE.....	36
3.2.1 Surdos Sinalizantes do Brasil e suas Reivindicações a partir de Documentos Direcionados ao Poder Público	36
3.2.2 Reconhecimento Legal da Libras e as Políticas Educacionais.....	46
4 OS SURDOS A PARTIR DAS PESQUISAS ESTATÍSTICAS POPULACIONAIS BRASILEIRAS	50
4.1 QUANTIFICAR PESSOAS: FAZER EXISTIR EM NÚMEROS O QUE SÓ ERA PERCEBIDO PELAS PALAVRAS	50
4.2 EVOLUÇÃO DA CATEGORIA “SURDO-MUDEZ” NAS ESTATÍSTICAS OFICIAIS DO BRASIL.....	54
4.3 REPRESENTAÇÃO DOS SURDOS E DA LIBRAS NAS ESTATÍSTICAS RECENTES DO IBGE	63
4.3.1 Sinalizante ou Pessoa com Dificuldade Permanente de Ouvir: Menções à Surdez e aos Surdos	65
4.3.2 Língua ou Instrumento: Menções à Língua Brasileira de Sinais e a Outras Línguas de Sinais	70
5 EXPLORANDO OUTRAS PERSPECTIVAS: INCLUSÃO DOS SURDOS E DA LIBRAS NOS CENSOS DEMOGRÁFICOS – UM DIÁLOGO INSPIRADO PELOS MOVIMENTOS DOS POVOS INDÍGENAS	77
5.1 MOVIMENTOS SOCIAIS E SUAS CONQUISTAS NOS LEVANTAMENTOS CENSITÁRIOS DO BRASIL – O CASO DOS POVOS INDÍGENAS.....	80
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS – CAMINHOS PARA COLOCAR A LIBRAS NO MAPA DO BRASIL	87
REFERÊNCIAS	90
ANEXO A - Recenseamento Geral do Imperio em 1872 (com Informações Sobre Condições Especiais e Observações: Surdos-Mudos)	101

ANEXO B - Trecho do Recenseamento da População da Republica dos Estados Unidos do Brazil 1890 com Informações Sobre <i>Defeitos Physicos (Surdo-Mudo e Surdo)</i>.....	102
ANEXO C - Recenseamento de 31 de Dezembro de 1900 (com Informações Sobre <i>Defeitos Physicos: Surdo-Mudo</i>)	103
ANEXO D - Página do Recenseamento de 1920 com Informações Sobre <i>Defeitos Physicos (Surdo-Mudo)</i>.....	105
ANEXO E - Página do Recenseamento Geral da População em 1930 Sobre <i>Defeitos Physicos (Surdo-Mudo)</i> - (Não Realizado)	106
ANEXO F - Página do Censo Demográfico 1940 com Informações Sobre <i>Defeitos Physicos (Surdo-Mudo)</i>.....	107
ANEXO G - Página do Censo Demográfico 1991: Questionário de Amostra com Informação Sobre <i>Deficiência Física (Surdez)</i>.....	108
ANEXO H - Página do Censo Demográfico 2000: Questionário de Amostra com Informações Sobre a <i>(In)Capacidade de Ouvir</i>.....	109
ANEXO I - Página do Censo Demográfico 2010: Questionário de Amostra com Informações Sobre <i>Dificuldade Permanente de Ouvir</i>	110
ANEXO J - Página da Pesquisa Nacional de Saúde 2019: Questionário dos Moradores do Domicílio com Informações Sobre <i>Dificuldade Permanente de Ouvir</i>	111
ANEXO K - Página do Censo Demográfico 2022: Questionário de Amostra com Informações Sobre <i>Dificuldade Permanente de Ouvir</i>	112

APRESENTAÇÃO

É com imenso prazer que faço esta apresentação em minha dissertação acadêmica, enfrentando o desafiante – porém gratificante – objetivo de compartilhar minha pesquisa e traçar um breve panorama da minha jornada até este momento. Digo isso principalmente por conseguir observar o quanto aprendi e me desenvolvi ao longo desses últimos anos durante o meu mestrado, e acredito que finalizar esta etapa, com este trabalho que tenho muito orgulho de ter finalizado, me mostra o quanto amadureci ao longo desse processo e o quanto muitas possibilidades ainda existem pela frente.

Antes de ingressar no mestrado em educação especial, tive a honra de realizar minha graduação em um curso de ciências exatas, onde aprendi muito sobre as motivações e desejos por trás dos vários pesquisadores e cientistas dessa área. Foi nesse contexto que tive meu primeiro contato com a área da programação e pude iniciar minha jornada no entendimento da importância das estatísticas para as ciências e para as sociedades.

Mesmo vindo de uma formação em ciências exatas, sempre nutri um enorme interesse em compreender a sociedade e o desenvolvimento humano. Nessa busca, fui acolhido e orientado de forma excepcional pelos pesquisadores e colegas do Grupo de Pesquisa Surdez e Abordagem Bilíngue (GPSABilíngue), onde tive a oportunidade de conhecer e me apaixonar pela área dos Estudos Surdos, ao mesmo tempo que me constituí enquanto pesquisador em formação.

Ao longo desse percurso, pude encontrar diversos outros espaços que contribuíram para a minha formação e me auxiliaram a chegar onde me encontro hoje, como o Grupo de Pesquisa em Educação de Surdos, Subjetividades e Diferenças (GPESDi), o Grupo de Estudos Surdez e Diferenças em pauta (GEDISp) e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT).

Desde então, tive a oportunidade de estar inserido em espaços que me proporcionaram diversos encontros com as comunidades surdas, em que aprendi a me comunicar nessa língua que até então era desconhecida por mim, e a me envolver em experiências que foram fundamentais para o meu desenvolvimento na área dos Estudos Surdos. Além disso, esses contatos não só me mudaram enquanto profissional, como também me proporcionaram uma autorreflexão sobre quem sou e que papéis quero desempenhar na minha vida daquele momento em diante.

Além disso, começar o mestrado junto com o início da pandemia de COVID-19 revelou-se um desafio significativo, impondo uma série de reorganizações pessoais, com a

descoberta de que estou no espectro autista, e acadêmicas, como no processo de pesquisa e de redação deste trabalho. Esse desafio reconfigurou completamente meu objetivo de estudo até chegar ao presente texto, o qual me possibilitou um novo olhar para todo o processo de quantificação e de criação das estatísticas públicas, à luz das leituras do campo da sociologia da quantificação, que me possibilitou imergir nesses estudos e elaborar as análises que compartilho ao longo deste meu trabalho.

Nesse sentido, considero relevante apresentar a estrutura desta dissertação, a qual abordo com imensa satisfação.

O primeiro capítulo, intitulado Considerações iniciais: reivindicando políticas linguísticas a partir da interseccionalidade ‘minoría lingüística’ e ‘pessoas com deficiência’, aborda brevemente os principais conceitos utilizados nesta dissertação e sua relação com as pesquisas censitárias para a elaboração de políticas públicas.

No segundo capítulo, Percurso metodológico, é apresentado o caminho metodológico adotado nesta pesquisa, bem como o detalhamento da pesquisa documental realizada e o modo como os dados foram coletados nos documentos analisados, assim como os cenários e as categorias de análise adotados.

No terceiro capítulo, Dupla categorização dos surdos sinalizantes – contexto e principais reivindicações, trabalharei o conceito de dupla categorização de De Meulder (DE MEULDER, 2015; 2017a; 2017b; DE MEULDER; MURRAY, 2017) e algumas de suas implicações na criação e desenvolvimento de políticas linguísticas para as comunidades surdas. Para isso, discuto também a centralidade das línguas de sinais para os surdos sinalizantes e como se deu o reconhecimento nacional da Libras no Brasil, junto com outras conquistas dos surdos brasileiros e as tensões entre as áreas dos Estudos Surdos e da Educação Especial, dialogando com algumas das principais reivindicações dos surdos do país. Ao fim deste capítulo, espero ter subsídios suficientes para apresentar um contexto dessa comunidade linguística, possibilitando relacionar suas reivindicações com a realidade contada sobre eles a partir das estatísticas oficiais do país.

Em seguida, no quarto capítulo, intitulado Os surdos a partir das pesquisas estatísticas populacionais brasileiras, apresento alguns conceitos da sociologia da quantificação para então apresentar as análises de como os surdos foram historicamente quantificados nos levantamentos censitários do Brasil, além de como são quantificados atualmente os surdos e a Libras nas pesquisas do IBGE, nas principais menções presentes em suas pesquisas. Desse modo, espera-se identificar as formas como a “quantificação” acaba por ter na vida dos surdos sinalizantes um papel duplo diante da realidade em que ela se expressa, ao mesmo tempo em

que ela também a faz existir, o que acaba por refletir e ao mesmo tempo transformar essa realidade (DESROSIÈRES; KOTT, 2005).

Depois, no quinto capítulo, “Explorando outras perspectivas: inclusão dos surdos e da Libras nos censos demográficos – um diálogo inspirado pelos movimentos dos povos indígenas”, apresento o conceito de estatativismo (DIDIER; BRUNO, 2021), para então apresentar o ativismo estatístico do movimento social dos povos indígenas e como eles alcançaram algumas reformas nos modos que eram quantificados no Censo Demográfico do IBGE. Essa escolha se deu para tornar possível, ao observar tal percurso, encontrar as principais diferenças e similaridades alcançadas nos modos como são quantificados os surdos e os indígenas nas estatísticas oficiais. Vale destacar que o estudo dessa trajetória de ativismo estatístico não buscou equiparar os contextos históricos e políticos dos movimentos sociais surdos e dos povos indígenas, que são essencialmente distintos, mas sim identificar caminhos possíveis que apoiem o fortalecimento de um estatativismo surdo brasileiro. Com isso, espero refletir sobre essas experiências a fim de construir caminhos possíveis para as reivindicações dos surdos sinalizantes do Brasil e outras maneiras de quantificá-los nas pesquisas do IBGE.

Por fim, no sexto capítulo, “Considerações finais – caminhos para colocar a Libras no mapa do Brasil”, são apresentados de forma concisa o percurso da pesquisa, seus principais resultados e as proposições e sugestões para uma reformulação dos métodos de quantificação dos surdos sinalizantes e da Libras nas estatísticas censitárias do país.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS: REIVINDICANDO POLÍTICAS LINGUÍSTICAS A PARTIR DA INTERSECCIONALIDADE “MINORIA LINGUÍSTICA” E “PESSOAS COM DEFICIÊNCIA”

No Brasil, os surdos sinalizantes¹ possuem reconhecimento legal da Libras desde o início do século XXI, pela Lei nº 10.436/2002 (BRASIL, 2002), fruto de um protagonismo surdo em seus movimentos sociais, que ganhou força a partir da década de 1990, e que contou com o apoio de acadêmicos, principalmente os linguistas, e de órgãos governamentais ligados aos direitos das pessoas com deficiência, como a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE. Mesmo assim, muitos surdos ainda enfrentam diversas barreiras para adquirir e usar sua língua nos espaços públicos do país. Dois fatores principais que contribuem para isso são: a não localização territorial da Libras para receber reconhecimento pleno de minoria linguística e a visibilidade social desses sujeitos enquanto pessoas com “problema de audição ou perda auditiva”, dentre outros.

Partindo dessa peculiaridade das comunidades surdas (do mundo), De Meulder (2017a) buscou identificar como essa *dupla categorização*² dos surdos enquanto “pessoa com deficiência” e “minorias linguísticas” influencia no desenvolvimento de políticas linguísticas voltadas às línguas de sinais e aos surdos sinalizantes. Ela identificou que o reconhecimento nacional das línguas de sinais não garante direitos linguísticos aos surdos em seus países, pois muitas vezes as políticas públicas feitas para eles partem do entendimento da surdez pela abordagem clínica, deixando de lado suas reivindicações linguísticas.

Um dos possíveis motivos para a falta de planejamento ou criação de políticas públicas voltadas para uma comunidade é o fato de elas serem minorias invisíveis para o Estado (SARAIVA, 2015), ou seja, quando não são representadas nas estatísticas oficiais de seu país. Desse modo, quando na ausência de políticas públicas suficientes, ou numa tentativa de diálogo maior entre as políticas desenvolvidas e suas necessidades reais, diversos grupos minoritários buscaram como estratégia se tornarem “estatisticamente visíveis”³ nos censos de seus países. Essa busca não costuma ser fácil, partindo de um ativismo para serem reconhecidos enquanto grupos que merecem ser contados nas estatísticas de seus países.

¹ Terminologia utilizada para se referir a surdos falantes das línguas de sinais, normalmente tendo alguma língua de sinais como sua língua de convívio e instrução (ou como língua materna, L1) e que apreende o mundo por meio das experiências visuais.

² Adotei a tradução do termo *dual category status* utilizada na dissertação de Montes (2018).

³ Como nos exemplos expostos por Loveman (2021) sobre estatísticas etnoraciais no Brasil.

Ser quantificado nas estatísticas oficiais normalmente traz uma maior garantia de financiamento e desenvolvimento de políticas públicas. Por conta disso, outro objetivo por trás desse ativismo é garantir que a maneira como são quantificados faça jus às suas reivindicações, sendo apresentada uma formulação conceitual condizente com seus entendimentos de si e que possibilitem mapear suas reais necessidades.

Esse ativismo estatístico, recentemente nomeado *estatativismo*⁴ no campo da sociologia da quantificação, busca entender, dentre outras coisas, como

Os processos de produção de estatísticas públicas, as resistências, as negociações e as incorporações se dão em torno das formas de classificar e enquadrar pessoas, espaços e relações. Tratar deste tipo de quantificação, portanto, é tratar das dinâmicas em torno da definição sobre quais são as realidades que (se) contam. (MOTTA, 2019, p. 17).

Desse modo, partindo dos estudos sobre a dupla categorização dos surdos e buscando diálogos com o estatativismo e as reivindicações linguísticas dos surdos do Brasil, buscou-se desenvolver uma pesquisa que auxiliasse a reimaginar a realidade dos surdos sinalizantes no Brasil, refletindo sobre as dinâmicas e definições acerca da realidade contada atualmente nas estatísticas do país.

⁴ Adotei a tradução do termo *statactivisme* do texto traduzido por Liana Fernandes dos autores Didier e Bruno (2021), que cunharam a expressão.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa visa identificar como os surdos sinalizantes são quantificados atualmente nas estatísticas do IBGE e apresentar caminhos possíveis para um diálogo que permita a inclusão das reivindicações dos movimentos sociais surdos nas pesquisas estatísticas populacionais do Brasil. Para isso, os objetivos específicos são:

- Relacionar as reivindicações dos surdos sinalizantes do Brasil com a realidade contada sobre eles, com base nas estatísticas oficiais do país;
- Relatar a experiência do ativismo estatístico do movimento social dos povos indígenas que resultou na reforma de como eram quantificados nas pesquisas censitárias do Brasil.

Para esse propósito, buscou-se na sociologia da quantificação inspirações sobre como imaginar outras realidades possíveis nas estatísticas oficiais. E, então, a partir disso, foram feitos estudos que compreendessem a quantificação dentro de sua complexidade enquanto atividade social que implica relações de poder, produzindo efeitos sobre a realidade que supostamente descreve (CAMARGO; DANIEL, 2021), e também estudos sobre as reivindicações dos surdos, enquanto membros de uma comunidade linguística, envolvendo toda a complexidade da dupla categorização dos surdos (DE MEULDER, 2017a; DE MEULDER; MURRAY, 2017).

Esses estudos foram essenciais para compreender os efeitos do ato de quantificar pelas estatísticas oficiais e, a partir disso, encontrar a importância dos movimentos sociais e suas resistências para tornar possíveis outras realidades quantificáveis.

Para analisar o contexto em que se inserem os surdos sinalizantes do Brasil, foram utilizados materiais empíricos e acadêmicos para recontar as histórias das lutas surdas no país, levantando suas principais reivindicações e as tensões entre as áreas dos Estudos Surdos e da Educação Especial no país. Em um segundo momento, para analisar como a “surdez” e a “Libras” são construídas como objeto quantificável, esta pesquisa se apoia no diálogo entre diferentes materiais empíricos produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) referentes a diferentes pesquisas estatísticas populacionais. Por fim, para analisar como uma determinada minoria estatisticamente invisível conseguiu dialogar com o IBGE, foram utilizados materiais empíricos e acadêmicos que recontam essas histórias, além de evidências dessas transformações nos levantamentos censitários que foram conquistadas pelas reivindicações desses povos.

2.1 IDENTIFICAÇÃO, SELEÇÃO E TRATAMENTO DOS DADOS

Nesta seção, são apresentados os processos de identificação e seleção dos documentos utilizados como dados para as análises desta pesquisa. Ressalta-se que o contato com esses documentos foi feito, desde o início, partindo de uma reflexão sobre sua cultura e seu tempo histórico de produção, além dos embates políticos que os envolvem.

O processo de identificação dos documentos se deu a partir de diversos estudos e mapeamento em páginas *web* e redes sociais de diversas instituições e canais de notícias, buscando encontrar caminhos para o desenvolvimento desta dissertação que atingissem o objetivo aqui proposto. O Quadro 1 mostra como foram identificados e selecionados os documentos estudados nesta pesquisa.

O processo de seleção de documentos e análise de dados se deu de maneira cíclica, pois, muitas vezes, ao realizar a leitura e análise dos documentos, outros eram evocados e acabavam por compor, direta ou indiretamente, o arcabouço teórico e documental desta pesquisa. Todavia, no quarto capítulo desta dissertação, intitulado “Os surdos a partir das pesquisas estatísticas populacionais brasileiras”, pela extensão, importância e característica técnica dos documentos analisados, foi necessário construir uma sistematização para a análise dos dados para esta pesquisa, buscando não deixar nenhuma informação relevante de fora.

Para isso, foi elaborado um protocolo de registro, com a finalidade de identificar o máximo de elementos que mereciam maior atenção e potencialmente comporiam esta pesquisa. A intenção dessa sistematização é não só conseguir um método claro para anotar questões técnicas dos documentos analisados, como também olhar para esses documentos de forma sistematizada, estabelecendo relação com o referencial teórico utilizado, possibilitando processos de destaque e análise mais direcionados ao objetivo desta pesquisa.

Para isso, durante a análise de documentos do IBGE, foram feitos estudos buscando citações (quando existiam) de palavras importantes para compreender como é feita atualmente a quantificação dos surdos sinalizantes. As palavras buscadas (e variações) foram: Mudez; Defeito; Doença; Enfermidade; Dificuldade; Ouvir; Deficiência; Auditiva; Surdez; Surdo; Língua; Sinais; e Libras. A escolha dessas palavras foi possível por meio do estudo teórico, mas ao longo do processo de análise foram encontradas outras palavras que, por vezes, também comentavam assuntos importantes para o desenvolvimento desta pesquisa, principalmente numa perspectiva histórica da representação da surdez nos documentos do IBGE.

Quadro 1: Fontes de dados para a análise documental

Momento do estudo	Principais documentos	Objetivos
Capítulo 3 - DUPLA CATEGORIZAÇÃO DOS SURDOS SINALIZANTES - CONTEXTO E PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES	<p>a) Cartas de surdos (doutores) brasileiros direcionados a órgãos públicos;</p> <p>b) Outros documentos elaborados por surdos com algumas de suas principais reivindicações;</p> <p>c) Relatos (acadêmicos e institucionais) e outros documentos que apresentem e discutam tais reivindicações numa perspectiva histórica e/ou jurídica.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer como os surdos do Brasil têm elaborado suas reivindicações; - Compreender também quais são suas reivindicações e como tem se configurado suas principais conquistas a partir destas reivindicações; - Identificar tensões nos documentos de políticas públicas voltadas aos surdos nessa dualidade conceitual “sinalizante” e “deficiência”.
Capítulo 4 - OS SURDOS A PARTIR DAS PESQUISAS ESTATÍSTICAS POPULACIONAIS BRASILEIRAS	<p>a) Questionários, manuais, livros de metodologia e publicações de dados das pesquisas do IBGE, focando nas edições do Censo Demográfico e da Pesquisa Nacional de Saúde;</p> <p>b) Documentos técnicos e jurídicos explicitamente citados pelo IBGE sobre os assuntos de interesse desta pesquisa (surdez, línguas de sinais, deficiência e minorias linguísticas);</p> <p>c) Quando necessários, outros documentos, como vídeos e reportagens, elaborados pelo próprio IBGE ou sobre essas pesquisas estatísticas, que deem indícios da relação entre o IBGE, a realização dessas pesquisas estatísticas e os surdos sinalizantes do Brasil.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar como a surdez foi historicamente concebida nos levantamentos estatísticos do IBGE; - Verificar como a surdez é entendida e representada atualmente pelo IBGE; - Identificar, quando possível, os objetivos expostos pelo IBGE na escolha das questões que quantificam este público; - Verificar como a Libras é entendida e representada pelo IBGE; - Identificar, quando possível, em que espaços a Libras está inserida nas pesquisas do IBGE e quais os objetivos expostos pelo IBGE na escolha das questões que coletam dados sobre ela; - Avaliar indícios, quando possível, de momentos em que os surdos sinalizantes estão estatisticamente visíveis ou invisíveis nas pesquisas do IBGE.
Capítulo 5 - EXPLORANDO OUTRAS PERSPECTIVAS: INCLUSÃO DOS SURDOS E DA LIBRAS NOS CENSOS DEMOGRÁFICOS - UM DIÁLOGO INSPIRADO PELOS MOVIMENTOS DOS POVOS INDÍGENAS	<p>a) Artigos acadêmicos que apresentem um contexto histórico sobre a relação entre os povos indígenas do Brasil e as pesquisas do IBGE, que se apoiem na abordagem da sociologia da quantificação;</p> <p>b) Documentos do IBGE que apresentem reflexos de mudanças a partir de tais reivindicações.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer experiências estatísticas no Brasil, em especial o movimento dos povos indígenas pela reforma das estatísticas oficiais do IBGE; - Identificar como tais movimentos influenciaram as estatísticas oficiais sobre esses povos, suas identidades e territórios, e sobre suas línguas; - Refletir sobre essas experiências a fim de construir caminhos possíveis entre as reivindicações dos surdos sinalizantes do Brasil e outras maneiras de quantificá-los nas pesquisas do IBGE.

Fonte: Quadro elaborado pelo pesquisador.

Já para a análise dos dados em geral, foram feitas leituras aprofundadas dos documentos selecionados. Os caminhos de análise desta pesquisa também foram fortemente inspirados na abordagem da sociologia da quantificação (CAMARGO; DANIEL, 2021; CAMARGO, 2022), principalmente nos estudos que discorrem sobre o estatativismo (DIDIER; BRUNO, 2021) e sobre quando esse ativismo busca proporcionar mudanças internas nas quantificações (SUJOBERT, 2014; MOTTA, 2019; LOVEMAN, 2021).

Além disso, para prosseguir nesta seção, mostra-se relevante apresentar a afirmação de Lima (2018, p. 259), ao falar sobre a pesquisa documental de políticas públicas voltadas aos surdos e suas línguas. Afirma o autor que:

[...] muitos são os conceitos e as terminologias que permeiam e fundamentam as intenções e ações da política pública, principalmente na Educação dos e para os Surdos, que estão carregados de similaridades, dicotomias e interpretações diversas, sendo, muitas vezes, utilizados e reutilizados de maneira infundada e descontextualizada, por ser uma área debatida recentemente, pouco ampliada e discutida na política pública brasileira. No entanto, ao entender os seus significados expressos nos possibilita desvendar as tramas que os compuseram, as intenções daqueles grupos que os utilizaram, bem como as suas implicações e resultados que fomentaram.

Partindo disso, para as análises realizadas nesta pesquisa, mostrou-se necessário separar os momentos em que os documentos comentavam sobre os surdos e sobre as línguas de sinais. Isso porque, muitas vezes, esses conceitos acabavam por partir de entendimentos diferentes, ou por estarem presentes em momentos distintos, sem uma comunicação clara entre a relevância das línguas de sinais para os surdos. Tal distinção possibilitou um olhar focado para cada um desses conceitos, além de análises sobre como eles dialogam ou deixam de dialogar nos documentos analisados.

Com isso, de maneira geral, foi realizada uma primeira organização dos dados obtidos nos documentos estudados em diferentes cenários a serem analisados. A escolha pela organização em cenários nos Capítulos 3 e 4 se deu tanto para facilitar a apresentação dos dados que compõem cada cenário, como também para indicar uma primeira análise feita por mim entre os dados e os conceitos utilizados. Em seguida, esses cenários foram analisados a partir da separação comentada anteriormente, de menção aos “surdos” e às “línguas de sinais”, que foram adotadas como categorias de análise nesta dissertação. Tais categorias – “surdos” e “línguas de sinais” – estarão presentes em cada um dos cenários apresentados nos capítulos; embora nem sempre haja uma separação e/ou distinção clara entre surdez e língua

de sinais nos documentos analisados, optou-se por essa divisão para fins de discussão. Um melhor detalhamento desses cenários e categorias de análises podem ser vistos no Quadro 2.

Quadro 2: Apresentação dos cenários analisados e das categorias de análise

Cenários analisados em cada capítulo	Categorias de análise
<p>Capítulo 3 - DUPLA CATEGORIZAÇÃO DOS SURDOS SINALIZANTES - CONTEXTO E PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES Sendo os cenários divididos nos seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Reivindicações de surdos brasileiros; b) Reconhecimento legal da Libras e as Políticas Educacionais para surdos. 	<p>1) Surdos A partir dessa categoria de análise, pretendo analisar como os surdos são compreendidos nos documentos estudados, principalmente quanto a sua dupla categorização (<i>pessoa com deficiência</i>, caracterizado pela falta de audição, e/ou membro de uma comunidade linguística, caracterizado pela cultura própria). Além disso, pretendo discutir como esses entendimentos impactam as reivindicações dos surdos por direitos linguísticos.</p>
<p>Capítulo 4 - OS SURDOS A PARTIR DAS PESQUISAS ESTATÍSTICAS POPULACIONAIS BRASILEIRAS Sendo os cenários divididos por representações nos seguintes tópicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Questões e comentários sobre suas finalidades; b) Orientações aos recenseadores e relatos sobre entrevistas com surdos sinalizantes; c) Divulgações dos resultados; d) Presentes em outros momentos. 	<p>2) Línguas de sinais A partir desta categoria de análise, pretendo analisar como as línguas de sinais, em específico a Libras, são compreendidas, quando aparecem, nos documentos estudados, principalmente quanto a sua dupla categorização (<i>língua</i> ou <i>instrumento de acessibilidade</i>). Além disso, pretendo discutir como esses entendimentos impactam as reivindicações que colocam as línguas de sinais enquanto língua de uma minoria linguística.</p>
<p>Observações:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Os cenários de análise são divisões na maneira de apresentar os dados em cada capítulo, já configurando uma primeira análise desses dados, que foram organizados por temáticas. 2. As categorias de análise são lentes que serão utilizadas ao longo de toda a dissertação na análise dos cenários. 	

Fonte: Quadro elaborado pelo pesquisador.

3 DUPLA CATEGORIZAÇÃO DOS SURDOS SINALIZANTES: CONTEXTO E PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES

Antes de iniciar os estudos sobre como os surdos sinalizantes são quantificados nas estatísticas oficiais brasileiras, mostra-se importante uma breve contextualização conceitual e histórica dos movimentos surdos no país. Embora muitas pesquisas contenham esse histórico, conhecer esses movimentos e suas principais tensões políticas é importante para que seja possível compreender, de maneira contextualizada, qual a situação atual dos surdos no Brasil. Desse modo, passaremos a ter um olhar mais atento às suas reivindicações atuais, além de entender de outras maneiras os alinhamentos e rupturas que os movimentos surdos têm.

Lacerda (1998) ao realizar um levantamento das diferentes abordagens na educação de surdos ao longo da história, constatou que os surdos eram vistos, até a idade média, como seres *não educáveis*⁵. Ainda segundo a autora, somente no século XVI tal concepção foi se modificando, aos poucos, até que eles fossem vistos como pessoas que precisavam *aprender a falar e compreender a língua falada*, necessitando, para isso, de algum modo, *superar a surdez* para se tornarem educáveis⁶.

Isso se manteve até o século XVIII, quando uma vertente oposta começou a ganhar força, afirmando a importância dos *gestos*⁷ no processo de educação dos surdos. Mesmo com os esforços dessa vertente apresentando seus resultados, houve em 1880 o Congresso de Milão⁸, considerado um marco histórico, que colocou os sinais como um *fator que atrapalhava a aprendizagem da língua oral*, assumindo o método oral, conhecido como oralismo, como referencial para as práticas educacionais voltadas aos surdos (LACERDA, 1998). Importante destacar que no Brasil, segundo Brito (2013), o oralismo se consolidou em

⁵ Ao longo da dissertação, nas citações indiretas, busquei manter os termos e conceitos dos autores e documentos estudados, colocando-os em *itálico*, para manter a ideia passada pelo documento ao mesmo tempo que faço uso desses conceitos nas citações indiretas.

⁶ Importante destacar que esses entendimentos sobre a pessoa surda, ora como *não educável* (aproximando-os aos *vagabundos e idiotas* – como se referiam às pessoas com deficiência intelectual à época), ora como alguém que precisava *superar a surdez* (aproximando-os aos cegos), continuavam sendo amplamente discutidos e não era consenso entre os intelectuais da época, mas marcava sempre uma perspectiva clínico-biológica sobre eles.

⁷ Maneira como os “sinais” eram vistos antes de serem compreendidos enquanto uma língua. Além disso, é possível encontrar outras nomenclaturas em documentos anteriores ao reconhecimento linguístico das línguas de sinais, como “mímica” ou “língua de sinais”.

⁸ Diversos foram os congressos internacionais realizados à época sobre o assunto, anteriores e posteriores ao Congresso de Milão. Nesses congressos, diversos foram os posicionamentos sobre a educação dos surdos, como o posicionamento dos Estados Unidos, contrário à decisão de 1880. Caso tenha interesse em se aprofundar nesses assuntos, sugiro os artigos de Witchs (2021), e de Vieira-Machado e Rodrigues (2022).

âmbito nacional como método de ensino aos surdos na década de 1950, e foi predominante até fins da década de 1970.

Diversos foram os motivos e argumentos para a realização do Congresso de Milão no ano de 1880, sendo um deles – que merece atenção especial nesta dissertação –, o uso que fizeram dos dados estatísticos para comprovar a superioridade do método oral. Tal decisão de uso dessas estatísticas para esse fim aconteceu em Paris, no ano de 1878, no “*Congresso Universal para o Melhoramento do Destino dos Cegos e dos Surdos-Mudos*”, em que se deliberou sobre a necessidade de estatísticas gerais confiáveis e precisas, propondo uma *estatística especial* independente do próprio levantamento censitário⁹, para conhecer e localizar as causas da surdez e evitar o desenvolvimento dessa *enfermidade*, retirando as crianças de seu *estado de inferioridade intelectual* (ROCHELLE, 1878). Esse mesmo uso pode ser visto no documento de Fornari (1881) sobre o Congresso de Milão.

Mesmo assim, inúmeras críticas foram se acumulando ao longo dos anos sobre o uso do método oral, principalmente no que diz respeito ao insucesso no desenvolvimento dos surdos, perdurando até meados do século XX¹⁰.

Na década de 1960, começaram a surgir estudos sobre as línguas de sinais utilizadas pelas comunidades surdas. Apesar da proibição dos oralistas no uso de gestos e sinais, raramente se encontrava uma escola ou instituição para surdos que não tivesse desenvolvido, às margens do sistema, um modo próprio de comunicação através dos sinais. (LACERDA, 1998, *n. p.*).

Dentre esses estudos realizados na década de 1960, vale destacar as publicações do linguista William Stokoe, consideradas como a primeira análise linguística da estrutura de uma língua de sinais (WITCHES; VIEIRA-MACHADO, 2020), no caso, a Língua Americana de Sinais (*American Sign Language - ASL*), tendo o efeito desses achados alcançado o território brasileiro entre as décadas de 1980 e 1990.

Sobre o início dos movimentos sociais surdos no Brasil, Brito aponta que “a formação do movimento social surdo guarda estreita relação com o movimento social das pessoas com deficiência que se originou na passagem da década de 1970 para a de 1980, no contexto de abertura política e redemocratização do país” (2019, p. 6), período em que diversos segmentos

⁹ Importante ressaltar que o primeiro congresso internacional de estatística, realizado em Bruxelas em 1853, já incluía a necessidade de quantificar as *enfermidades aparentes* nos levantamentos censitários (BRASIL, 1923), adotada como *estatísticas médicas* por diversos países da Europa, que também partilhavam o interesse de “localizar” as causas dessas *enfermidades* pelas estatísticas (HERVOIS, 2015; 2019; 2021).

¹⁰ Isso pode ser constatado, por exemplo, pela própria fundação da Federação Mundial de Surdos (*World Federation of the Deaf - WFD*) em 1951.

sociais passaram a se mobilizar para reivindicar seus direitos que haviam sido negados durante o período da Ditadura Militar (1964-1985)¹¹. Segundo o autor, essa “organização política no país contou também com um forte impulso internacional decorrente do fato de que, em 1976, a Organização das Nações Unidas (ONU) anunciara o ano de 1981 como Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD)” (BRITO, 2019, p. 6-7).

Desses movimentos sociais aconteceu, em 1980, o “I Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes”, que contou com a participação de alguns, ainda poucos, surdos. Nas reivindicações feitas nesse encontro, já é possível observar uma defesa pelo direito à *linguagem mímica*, bandeira levantada pelos próprios surdos, mas que tinha como justificativa, na época, “os mesmos argumentos utilizados pelos ativistas das demais deficiências, a saber: assegurar o direito de participação da pessoa com deficiência, em condição de igualdade de oportunidades, na vida social, política, econômica e cultural do país” (BRITO, 2013, p. 104).

Após se separarem dos movimentos sociais das pessoas com deficiência e fundarem a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis) em 1987, os movimentos sociais surdos se aproximaram de intelectuais acadêmicos, com especial importância os linguistas, e passaram a reivindicar a *LIBRAS*¹² enquanto uma língua, incorporando as características culturais e identitárias em suas reivindicações (BRITO, 2013; 2016; 2019)¹³. Na época, essa bandeira linguístico-identitária levantada pelos movimentos surdos também conquistou o apoio de alguns órgãos governamentais, em especial a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE (FENEIS, [1997] c2021; BRITO, 2013).

¹¹ Importante ressaltar, como expõe Mendes (2010), o grande interesse médico que existia desde o fim do século XIX sobre as crianças com deficiência, o que também incluía as crianças surdas, numa perspectiva ligada ao movimento higienista. Além disso, a autora também aponta que (pelo menos) até meados da década de 1930 as conceituações sobre deficiência continuavam contraditórias e imprecisas (MENDES, 2010).

¹² Segundo Brito (2013), nesse período, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) era citada de, pelo menos, três maneiras distintas: *LIBRAS* (reivindicada pela Feneis em 1993, possuía o mesmo nome, outra grafia), *LSB* (*Língua de Sinais do Brasil*) e *LSCB* (*Língua dos Sinais das Cidades Brasileiras*).

¹³ Deixo como sugestão a tese de Fábio Bezerra de Brito (2013), com o título “O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da língua brasileira de sinais”. Nesse trabalho o autor apresenta uma análise de diversos documentos produzidos pelas comunidades surdas e relatos de lideranças desses movimentos para compor essa narrativa sobre o surgimento do movimento social surdo em 1980, junto ao movimento das pessoas com deficiência, apontando os principais motivos de rompimento dessas lutas, até então conjuntas, o protagonismo surdo e a importância do encontro desses movimentos com a academia, em especial aos trabalhos desenvolvidos com linguistas, até a oficialização da Libras em 2002. Deixo também como sugestão o artigo intitulado “Breve histórico da educação especial no Brasil” de Enicéia Gonçalves Mendes, em que ela retrata toda a trajetória histórica e política dos espaços escolares voltados às pessoas com deficiência desde o século XIX.

Por conta disso, temos a década de 1990 como um marco na história dos movimentos surdos no Brasil, como corrobora Fernandes e Moreira, ao apontar que ganharam força diversos debates conceituais centrais para as comunidades surdas, como “língua de sinais, bilinguismo, os reflexos dos modelos clínicos-terapêuticos e socioantropológicos na educação de surdos, teorizações sobre a cultura e identidades surdas” (2014, p. 52).

Esse movimento foi protagonizado, por um lado, por ativistas surdos, seus familiares e profissionais da área e, por outro lado, por pesquisadores que buscavam edificar academicamente um campo epistemológico, localizando os movimentos surdos no espaço das lutas multiculturalistas mundiais, empreendidas por grupos políticos minoritários em defesa de direitos étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual, de liberdade religiosa, entre outros casos. (FERNANDES; MOREIRA, 2014, p. 52-53).

Isso possibilitou discussões que passaram a ressignificar a maneira como as próprias pessoas surdas se viam e queriam ser vistas. Isso porque eles criticavam a maneira como conceitualmente eram concebidos, sempre partindo do impedimento auditivo e das implicações da falta de audição em suas vidas. Surgiu, assim, a área conhecida atualmente como Estudos Surdos.

Essas reivindicações dão destaque à nova concepção de surdez, sujeito surdo e educação de surdos que se pretende afirmar, a partir do campo epistemológico dos Estudos Surdos com destaque ao papel central da língua, da cultura e da identidade surdas como campo discursivo de luta, como prática de significação, de produção de sentido sobre o mundo. (FERNANDES; MOREIRA, 2014, p. 57).

Tornou-se possível outra concepção sobre as pessoas surdas, que buscavam reconhecimento da sua condição de comunidades linguísticas falantes de línguas de sinais e não mais em decorrência da “perda auditiva”, mas pela língua da qual faziam uso, pelas trocas culturais entre seus pares surdos e pela maneira como estavam no mundo¹⁴. Tal mobilização permitiu o reconhecimento legal da Língua Brasileira de Sinais - Libras - em território brasileiro (BRASIL, 2002), além de orientações sobre a Educação Bilíngue de surdos, a ser ofertada em Libras e em português escrito, presentes em um Decreto Federal (BRASIL, 2005).

Mesmo assim, isso não garantiu um consenso no entendimento sobre as pessoas surdas. Ou seja, ora elas são entendidas como pessoas com deficiência, ora como minoria linguística, ora como ambos. Revela-se, assim, um campo de discussões ainda cheio de

¹⁴ Um exemplo dessa maneira de estar no mundo seria pela “visualidade surda” (PELUSO; LODI, 2015), que é um produto das vivências surdas com as línguas de sinais e seus modos de fala.

tensões sobre como essas pessoas deveriam ser entendidas e representadas, principalmente nas políticas públicas direcionadas a elas. Sobre isso, Fernandes e Moreira comentam que

Outro problema que se observa é a ambígua representação dos surdos que circula no conjunto desses documentos oscilando em um pêndulo discursivo que ora balança para uma categorização que toma os surdos como integrantes de um grupo cultural por falarem uma língua própria (a Libras), e ora os classifica como estudantes com deficiência, cujo tratamento diferenciado exigiria recursos de acessibilidade e atendimento educacional especializado (AEE) para ter garantida uma aprendizagem significativa, na qual a Libras figuraria como um recurso educacional. (2014, p. 62).

Ainda segundo as autoras, essa *representação ambígua* não envolve somente o entendimento acerca das pessoas surdas, mas acaba por envolver também o próprio papel que a Libras desenvolve, pois “o Estado atribui à língua de sinais o status de recurso de acessibilidade para surdos, com o mesmo valor instrumental de outras tecnologias assistivas para pessoas com deficiência [...]” (FERNANDES; MOREIRA, 2014, p. 64).

Outro grupo que ganhou força também na década de 1990, e que merece destaque aqui, foram os movimentos em defesa de uma política educacional de inclusão¹⁵ (LACERDA, 2006). Segundo Lacerda, as formas de se realizar inclusão apresentadas por esse movimento acabaram por proporcionar um processo educacional pouco responsável aos alunos surdos, isso porque

[...] o aluno surdo, frequentemente, não compartilha uma língua com seus colegas e professores, estando em desigualdade linguística em sala de aula, sem garantia de acesso aos conhecimentos trabalhados, aspectos estes, em geral, não problematizados ou contemplados pelas práticas inclusivas. (2006, p. 168).

Sobre isso, Fernandes e Moreira afirmam que “há uma clara contradição entre o que diz a letra da Lei – a educação bilíngue – e a prática cotidiana das escolas – a educação especial” (2014, p. 66), tirando a centralidade da Libras enquanto língua principal. Ainda segundo as autoras, isso ocorre porque essa prática

[...] pressupõe que ao incluir a Libras na escola, estariam, por decorrência, incluídos os surdos, ainda que, a despeito da presença da “língua”, estivessem suas vozes emudecidas, dissolvidas na cultura oral dominante, e

¹⁵ Movimentos esses que tentaram incorporar, nos espaços escolares, os direitos presentes nos documentos: Direitos das Crianças de 1988; Declaração Mundial sobre Educação para Todos de 1990; Declaração de Salamanca de 1994. Vale comentar que esses documentos foram produzidos no cenário crescente das lutas que buscavam estabelecer um modelo social da deficiência (sociológica e política) em contraposição ao modelo vigente que era médico/individual (diagnóstico biomédico) (PICCOLO, 2012).

eles continuassem a ser narrados como seres deficientes da linguagem (FERNANDES, 2009). (FERNANDES; MOREIRA, 2014, p. 66).

Todavia é importante ressaltar que “o bilinguismo do surdo não quer dizer apenas que ele exerça duas línguas, isto é, a língua de sinais como primeira língua (L1) e o português como segunda língua (L2)” (TOSTES; LACERDA, 2020, p. 541). Isso porque

[...] ser surdo implica em situar-se no mundo a partir de uma língua que se materializa, discursivamente, no plano visual; é pertencer a uma comunidade linguística que enuncia em Libras (no caso dos surdos brasileiros) e, por intermédio das distintas linguagens dela constitutiva construir os sentidos sobre o mundo, sobre o outro e sobre si mesmo. (LODI, 2021, p. 318).

Partindo dessa breve contextualização, torna-se possível observar como tais processos costumam não ser pacíficos, isso porque muitas das reivindicações e caminhos trilhados entre esses movimentos acabam por se distanciar ou serem contraditórios por si só. Isso faz com que muitas pessoas que se entendam enquanto surdas, sejam elas sinalizantes ou não, acabem sendo atravessadas por essas discussões e mobilizações, tanto pelas políticas públicas criadas para elas, ou então pelos espaços que essas pessoas acabam por ocupar ou são impedidas de ocupar. Além disso, mostra-se relevante observar que tais atravessamentos não se limitam somente aos surdos, uma vez que as línguas de sinais também passam a assumir diferentes papéis conforme as diferentes compreensões que as circunscrevem.

3.1 A DUPLA CATEGORIZAÇÃO E O PAPEL DAS LÍNGUAS DE SINAIS

Partindo do exposto anteriormente, apresentarei algumas análises sobre as visões acerca dos entendimentos de surdez e das línguas de sinais a partir dos conceitos de De Meulder (2015, 2017a, 2017b), para então desenvolver como tais concepções acabam por compor os entendimentos sobre as comunidades surdas, influenciando nas decisões públicas voltadas a essa parcela da população, como garantias legais e políticas públicas.

Segundo Fernandes e Moreira (2014), ao comentar sobre os surdos brasileiros e o reconhecimento legal da Libras (BRASIL, 2002),

Os fatores que condicionaram a existência de uma política pública específica para surdos ao longo dos últimos anos assumem nuances de sentido social diferenciados desde o momento de sua proposição, pós-década de 1990, e no contexto atual. No início da década de 1990, os movimentos surdos rebelavam-se pela afirmação de sua identidade surda, buscando consolidar a narrativa da alteridade surda a partir de critérios antropológicos fundamentados na identidade cultural e linguística, em oposição à representação audiológica dominante que operava pela manutenção de uma identidade forjada na materialidade da condição biológica da deficiência

auditiva como determinante da existência social do sujeito surdo (FERNANDES; MOREIRA, 2014, p. 65).

Ao se aprofundar sobre como esses acontecimentos se configuram em âmbito internacional, De Meulder¹⁶ desenvolveu diversos trabalhos, buscando compreender quais influências acabavam por transitar nos documentos jurídicos que buscam atender essas comunidades. Além de desenvolver inúmeros estudos classificando como os reconhecimentos das línguas de sinais surgem em diversos territórios (DE MEULDER, 2015), ela elabora um conceito que busca retratar essa condição em que os surdos sinalizantes acabam existindo em tais discursos, chamando de “*dual category status*” (DE MEULDER, 2017a; DE MEULDER; MURRAY, 2017), aqui traduzido como “dupla categorização”.

A autora, em seus achados, constatou que os documentos jurídicos analisados acabam por ter uma base híbrida, amalgamando a compreensão dos surdos enquanto pessoas com deficiência e enquanto minoria linguística, tendo como consequência um entendimento das línguas de sinais também capturado no sentido da dupla categorização, aproximando-as de “instrumentos de acessibilidade” (DE MEULDER, 2015; 2017b; DE MEULDER; MURRAY; MCKEE, 2019). Todavia, ainda segundo a autora, vale ressaltar que não é negado que as próprias comunidades surdas, muitas vezes, acabem por reivindicar seus direitos nessa interseccionalidade.

A dupla categorização dos surdos sinalizantes não é algo problemático por si só (DE MEULDER, 2017a), podendo trazer algumas garantias linguísticas que os diferenciam de outras minorias linguísticas, todavia constatou-se que também traz inúmeras limitações e desvantagens (DE MEULDER; MURRAY; MCKEE, 2019). Isso acontece tanto pelos conceitos contraditórios presentes nas políticas públicas voltadas aos surdos sinalizantes, quanto pelo perigo de serem retratados apenas como “pessoas com problemas de audição”, ou pela compreensão de línguas de sinais unicamente como “instrumentos de acessibilidade”.

Desse modo, torna-se extremamente necessário diferenciar como os surdos sinalizantes e as línguas de sinais são vistos nessas duas perspectivas, sendo estas ora vistas como *instrumento pelo qual os surdos são capazes de se comunicar*, ora como *língua que os*

¹⁶ A escolha deste referencial teórico foi motivada por sua relevância tanto para o tema das políticas públicas quanto para a perspectiva da autora como pessoa surda. De Meulder é reconhecida por suas contribuições significativas no campo das políticas linguísticas internacionais e surdez, trazendo uma perspectiva única que se alinha diretamente com os objetivos desta pesquisa. Embora existam outros autores renomados, como Carlos Skliar e Maura Lopes, que abordam aspectos importantes relacionados à surdez, suas obras não se concentram especificamente nas políticas públicas voltadas aos surdos, o que seria o foco principal desta pesquisa. Portanto, a escolha do referencial teórico de De Meulder foi feita com base na pertinência direta de sua abordagem ao tema em questão.

surdos têm direito de adquirir, com a qual eles podem se expressar, se identificar e socializar, sendo este direito visto tanto pela perspectiva dos direitos individuais quanto pelos coletivos (DE MEULDER, 2017b). Isso porque, em muitas políticas sobre as línguas de sinais, quando elas são vistas somente enquanto “instrumento”, acabam por não garantir o direito dos surdos de sinalizar, mas sim de tê-las presente em alguns espaços públicos, como escolas ou hospitais, normalmente sendo garantido pela presença de intérpretes de línguas de sinais nesses espaços (DE MEULDER; MURRAY, 2017).

Outro fator que diferencia ainda mais os surdos sinalizantes de outras minorias linguísticas, além da dupla categorização, diz respeito a como as línguas de sinais são passadas de uma geração a outra (DE MEULDER, 2017b). Isso porque, em territórios de outras minorias linguísticas, as línguas costumam ser adquiridas em casa, na própria relação com os familiares, enquanto, para os surdos, o primeiro contato com a língua de sinais costuma acontecer fora de casa, pois a maioria dos seus familiares é ouvinte e desconhece as línguas de sinais, proporcionando, muitas vezes, uma aquisição tardia de língua pelos surdos, quando comparada às outras minorias linguísticas.

Um aspecto importante a ser considerado – que pode impactar na forma como a sociedade e as políticas enxergam (ou não) os surdos sinalizantes – reside no fato de que comunidades linguísticas são compreendidas como aquelas que se firmam em espaços determinados, ou territórios, e aí utilizam uma língua em comum e partilham experiências culturais (MONTES, 2018). Não é o caso dos surdos, que vivem por todo o mundo, não partilhando de um território comum – embora as línguas de sinais e suas culturas marquem a especificidade dessas comunidades linguísticas. Desse modo, temos que o conceito de “território” passa a ser incorporado nas concepções sobre “minorias linguísticas” em diversos países, trazendo em evidência a importância desses territórios para a preservação de suas línguas e culturas (BRASIL, 1988; 2003; 2007; MONTES, 2018). Todavia, nas principais declarações universais que tratam especificamente sobre minorias linguísticas¹⁷, a compreensão sobre essas comunidades diz respeito ao partilhamento de uma mesma língua, residindo em um território de outra comunidade linguística, não mencionando a necessidade do agrupamento geográfico dos usuários dessa língua.

¹⁷ “Declaração Sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas”, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1992; “Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural”, publicado pela UNESCO em 2002; “Declaração Universal dos Direitos Linguísticos”, assinada em 1996 por diversas organizações, tendo o apoio da UNESCO (mas sem sua aprovação formal).

Em suma, o que podemos afirmar a partir disso é que a aquisição de uma língua de sinais, como a Libras, normalmente acaba por acontecer em momentos diferentes daqueles das pessoas de outras minorias linguísticas, que estão geograficamente agrupadas e adquirem suas línguas em suas relações com sua família e pessoas que moram nos arredores. Isso, no entanto, não retira dos surdos sinalizantes a consciência de que são minorias linguísticas. Por conta disso, é comum observar discussões que novamente questionam o entendimento de que as línguas de sinais são língua, mesmo com a existência de diversos reconhecimentos científicos e linguísticos afirmando que são. Com esses questionamentos, passa então a dominar concepções de que elas não possuem a complexidade ou *status* de uma língua em políticas públicas de diversos países.

Lodi (2021) aponta que o pouco reconhecimento social da Libras acaba por se materializar de diversas maneiras em nosso país, sendo algumas delas: 1) O tratamento dado a Libras como sinônimo do português; 2) A crença de que um intérprete de língua de sinais em sala de aula é suficiente para a *inclusão* dos surdos nesses espaços, mesmo quando a criança ainda não adquiriu a língua; 3) O entendimento de que *faltam sinais e modos de dizer* na Libras que são típicos do Português. Essas crenças acabam por reforçar a ideia de que o português e os espaços produzidos para ouvintes são suficientes para que os surdos sejam escolarizados e consigam *alcançar o português e o mundo dos ouvintes*, culpabilizando a Libras pelos insucessos dos alunos surdos, como se a língua não fosse suficiente por si só nesses espaços e processos (LODI, 2021).

Todavia, Tostes e Lacerda (2020) afirmam que é possível compreender os surdos enquanto pessoas bilíngues, mas que para isso é de extrema relevância conhecer os surdos em suas condições sociais, linguísticas, culturais e emocionais. Desse modo, mostra-se necessário compreender o papel que as línguas dessas pessoas, como a Libras e o Português¹⁸, desempenham na vida delas. E, além disso, identificar maneiras de garantir o uso da Libras pelos surdos sinalizantes como direito humano (tanto como direito individual, quanto direito coletivo).

Partindo disso, diversos autores (COURA, 2021; FERNANDES; MOREIRA; 2014; LODI, 2021; PELUSO; LODI, 2015) afirmam a importância das línguas de sinais para o desenvolvimento dos surdos. Isso porque a língua de sinais, segundo Montes,

é a única capaz de propiciar a constituição dos surdos como sujeitos ativos [...] [desempenhando] para os surdos, nas relações sociais, o mesmo papel

¹⁸ Sejam as línguas orais na modalidade escrita ou pela própria oralização, quando for acessível e compreensível (por surdos oralizados).

que a oralidade desempenha para os sujeitos ouvintes (LACERDA; LODI, 2009; SVARTHOLM, 2014; VYGOTSKY, 2007; 2008) (2018, p. 18).

Por conta disso, buscando reforçar o reconhecimento social das línguas de sinais, De Meulder, Murray e McKee (2019) afirmam que o conceito de *reconhecimento jurídico* das línguas de sinais passou a ser central nas reivindicações dos surdos sinalizantes. Segundo os autores, diferente de outras minorias linguísticas que não precisam provar o *status* de suas línguas¹⁹, esse reconhecimento jurídico se mostra necessário para que cada língua de sinais passe a ser vista enquanto *uma língua por si só* (DE MEULDER; MURRAY; MCKEE, 2019).

Desse modo, tal busca acaba por priorizar *territórios* em que essas línguas possam circular livremente, como é o caso das lutas por escolas bilíngues de surdos (DE MEULDER, 2017b; FERNANDES; MOREIRA, 2014), que são vistas como espaços privilegiados para aquisição das línguas de sinais, proporcionando também uma imersão na cultura surda e o contato intenso com surdos sinalizantes de diversas idades. Nesse sentido, alguns autores, como Mourão e Branco (2021), ao fazerem a diferenciação entre um *território local* e um *território nacional*, afirmam que os espaços das escolas bilíngues de surdos materializam um *território surdo*, assim como associações de surdos, dentre outros, por serem espaços culturais e identitários específicos, onde as pessoas surdas se sentem conectadas, pertencentes e capazes de expressar sua língua, história e tradições. Segundo esses autores, os *territórios surdos* são distintos do *território nacional*, pois neste há a tentativa de dominação e subjugação por uma perspectiva inclusiva ou pela maioria linguística. Os surdos, no entanto, vivem simultaneamente em ambos os *territórios*, passando por um *hibridismo cultural* (MOURÃO; BRANCO, 2021), ou seja, são sujeitos bilíngues (TOSTES; LACERDA, 2020).

Sobre as escolas bilíngues de surdos, segundo Lodi, temos que

Refletir sobre educação para surdos é considerar uma educação pensada, planejada, implementada em Libras, um processo não pode ser reduzido a apenas uma mudança de língua. Deve-se considerar que, por intermédio da Libras, todas as condições de aprendizagem serão transformadas, viabilizando, assim, distintas relações sociais, trocas de conhecimento, diálogos entre as diferentes histórias e culturas que circulam no espaço escolar. (2021, p. 326).

¹⁹ Isso porque, segundo esses autores, outras minorias linguísticas que fazem uso de línguas orais e/ou possuem um território normalmente não precisam provar o *status* de suas línguas enquanto línguas. O que não modifica as relações de poder que possam existir no contato entre essas línguas e as línguas oficiais do território que estão inseridas.

Com isso, é possível observar a importância que as línguas de sinais possuem para os surdos, sendo pauta prioritária, nas reivindicações das lutas surdas, tanto seu reconhecimento jurídico quanto a garantia de espaços de aprendizagem e convivência em que essas línguas possam circular, expressando suas culturas e posicionando modos de viver e interagir com o mundo. Além disso, também foi possível observar em diversas práticas (FERNANDES; MOREIRA, 2014; LODI, 2021) que, em teoria, fazem uso das línguas de sinais, muitas vezes não trazem nenhuma garantia dos direitos linguísticos aos surdos sinalizantes. O que acaba por reforçar a necessidade de um estudo mais amplo sobre o papel dessas línguas na vida dos surdos, buscando identificar seus modos de uso, para que seja possível avaliar a garantia dessas línguas para essas comunidades.

3.2 REIVINDICAÇÕES SURDAS, O RECONHECIMENTO DA LIBRAS E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DE ACESSIBILIDADE

Dando sequência aos estudos deste capítulo, nesta seção apresento, de maneira mais direcionada, as principais reivindicações de surdos sinalizantes brasileiros e algumas de suas principais conquistas, organizadas nos cenários: 1. Reivindicações de surdos brasileiros; 2. Reconhecimento legal da Libras e as Políticas Educacionais para surdos. Para isso, no primeiro cenário serão analisados alguns documentos elaborados por surdos (FENEIS, 1999; CAMPELLO *et al.*, 2012) e, em seguida, relatos acadêmicos sobre o reconhecimento legal dado à Libras e às políticas educacionais que envolvem os surdos (BONFIM; MARTINS, 2021; COURA, 2021; FERNANDES; MOREIRA, 2014; LODI, 2013; 2021; MONTES, 2018; REZENDE, 2022; TOSTES; LACERDA, 2020).

As análises aqui desenvolvidas servirão como base para diversas outras discussões nos próximos capítulos, proporcionando direcionamento para compreendermos as proximidades e distanciamentos que existem entre as reivindicações feitas pelos surdos sinalizantes do Brasil e os próximos cenários de análise que compõem esta dissertação.

3.2.1 Surdos Sinalizantes do Brasil e suas Reivindicações a partir de Documentos Direcionados ao Poder Público

Apresento aqui algumas das principais reivindicações feitas por surdos sinalizantes a partir de documentos elaborados por eles. Para isso, organizei as análises entre os períodos de tempo: 1) Anterior ao reconhecimento legal da Libras; 2) Posterior ao reconhecimento legal da Libras. Dessa maneira, também será possível verificar como as reivindicações da

comunidade surda se modificaram após tal acontecimento, além de entender tais modificações de uma perspectiva mais atual.

Para isso, foram analisados documentos produzidos a partir da década de 1990, considerado período marcante para os Estudos Surdos (BRITO, 2013; FERNANDES; MOREIRA, 2014; MONTES, 2018; LODI, 2013; 2021; THOMA; KLEIN, 2010; TOSTES; LACERDA, 2020), que tiveram um impacto direto na elaboração de leis e outros documentos jurídicos para as comunidades surdas sinalizantes.

Para cada documento, busquei identificar as reivindicações presentes, diferenciando entre as que diziam respeito aos “surdos (e suas relações com os ouvintes)”, às “línguas de sinais (e suas relações com as línguas orais)” ou que abordassem, de alguma maneira, ambos. Dessa maneira, foi possível analisar as reivindicações com base nas categorias de análise propostas, verificando de que entendimentos elas partiam, se transitavam entre eles ou se, de alguma maneira, estavam na intersecção desses entendimentos.

1) Anterior ao reconhecimento legal da Libras

O documento aqui analisado, intitulado “A Educação que Nós Surdos Queremos” (FENEIS, 1999), é considerado um documento essencial para o reconhecimento legal da Libras em 2002 (BRASIL, 2002) e base para o decreto que a regulamenta (BRASIL, 2005). Importante destacar que esse documento surgiu de diversas críticas sobre como os surdos eram vistos nos espaços educacionais até então, e nele são apresentadas diversas reivindicações que vão além das questões educacionais. Desse modo, mostra-se necessária uma breve contextualização da década de 1990 até chegar a esse documento.

Após separar-se do movimento social das pessoas com deficiência e fundar a Feneis, na década de 1980, o movimento social surdo, representado principalmente por essa federação, produziu inúmeros documentos, como o “Jornal da Feneis”, em que divulgavam as principais ideias da entidade. Nesses jornais, como o de dezembro de 1993, primeiro publicado pela Feneis, já é possível observar o desejo de oficialização da língua de sinais, sem, no entanto, eleger um método de ensino como o melhor aos alunos surdos e sem uma posição contrária à própria área da Educação Especial, como visto nesta passagem:

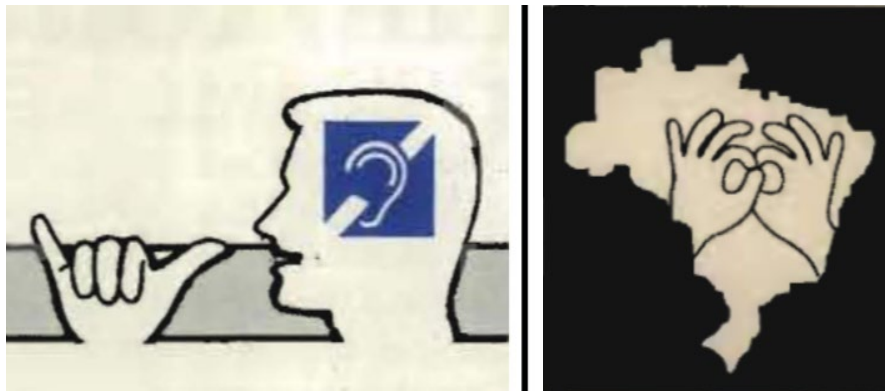
A FENEIS apoia qualquer iniciativa dentro da Educação Especial, contanto que os currículos escolares tenham sempre utilizado, primordialmente, a nossa Língua de Sinais - LIBRAS. [...] Toda metodologia ou filosofia educacional aplicada ou a ser aplicada (Comunicação Total, Oralismo, Verbo-Tonal, Perdocini, Bilinguismo e outros) pode ser boa para a educação de surdos, porque dependerá do esforço e da dedicação dos profissionais (FENEIS, [1993] c2021).

Segundo Brito (2013), somente na segunda metade da década de 1990 o movimento social surdo brasileiro passou a produzir e circular um discurso que não mais se assemelhava aos presentes nas reivindicações das pessoas com deficiência, visto que incorporavam suas características, enquanto minoria linguística, principalmente pelo uso da Libras, língua dessa comunidade, que passou a ser a ideologia central nas pautas levantadas por esse movimento.

Destaco aqui uma das análises utilizadas por Brito (2013, p. 154-155), que corroboram essa mudança de concepção pela Feneis. Nessa análise, o autor compara o logo oficial que a Feneis utilizou até o ano de 1994 com o logo que foi adotado em março de 1994, apresentados na Figura 1 (representados aqui pelos logos do “Jornal da Feneis”, que também utilizavam o logo da instituição). Segundo essa análise, é possível verificar o deslocamento de como os próprios surdos se viam, passando de uma visão centrada na audição para a união linguístico-cultural.

Figura 1 - Logos utilizados pela Feneis (retirados do Jornal da Feneis)

a) Logo utilizado até 1994 (à esquerda); b) Logo utilizado a partir de 1994 (à direita)



Fonte: adaptado de Feneis ([1993] c2021; [1997] c2021).

Segundo o próprio autor, dois fatores essenciais para isso foram o protagonismo surdo nesses movimentos e a aliança com diversos pesquisadores da academia, em especial os linguistas (BRITO, 2013). Brito (2013) também aponta que, em abril de 1993, foi produzido o primeiro documento da Feneis que reivindicava – pela visão socioantropológica da surdez e com argumentos essencialmente linguísticos – o reconhecimento da *Língua de Sinais* e o apoio à educação bilíngue de surdos, reivindicando pela primeira vez que o nome de sua língua de sinais fosse *LIBRAS* (diferente da grafia atual, *Libras*, ao invés das outras nomenclaturas que existiam na época, como *Língua de Sinais do Brasil - LSB* e *Língua dos Sinais das Cidades Brasileiras - LSCB*). Esse documento teve como principal responsável a

linguista Tanya Amara Felipe, e era intitulado “*As comunidades surdas reivindicam seus direitos linguísticos*”. Infelizmente, não foi possível obter esse documento para análise.

Desse modo, é possível observar que ambos os discursos pelo movimento surdo sobre a oficialização da Libras chegaram a coexistir nessa primeira metade da década de 1990. Em 1996, com o apoio da senadora do PT-RJ Benedita da Silva, conseguiram enviar pelo senado a proposta de oficialização da Libras como projeto de lei (PLS nº 131/96), o que possibilitou um cenário de diversas lutas e encontros organizados entre a academia e a Feneis em favor dessa oficialização, que contou também com o apoio da CORDE. Destaque-se que o “V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue de Surdos”, em 1999, foi um dos principais encontros para esse diálogo e luta, onde foi elaborado o documento “A Educação que Nós Surdos Queremos” (FENEIS, 1999).

Esse documento de 1999 apresenta um total de 147 pontos que os surdos sinalizantes reivindicam, organizados em 17 seções, distribuídos nos três capítulos do documento. Os assuntos abordados em cada capítulo são: “políticas e práticas educacionais para surdos”; “comunidade, cultura e identidade”; “formação do profissional surdo”.

Segundo Thoma e Klein (2010), as articulações entre os movimentos surdos e as universidades foram essenciais para possibilitar que esse documento de 1999 fosse produzido. Isso porque o documento foi elaborado pelos mais de 300 surdos que participaram do V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue de Surdos, que foi sediado no Rio Grande do Sul, tendo uma participação intensa da Feneis e de membros da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Tal a importância desse documento que, segundo Fernandes e Moreira, as reivindicações nele

[...] dão destaque à nova concepção de surdez, sujeito surdo e educação de surdos que se pretende afirmar, a partir do campo epistemológico dos Estudos Surdos com destaque ao papel central da língua, da cultura e da identidade surdas como campo discursivo de luta, como prática de significação, de produção de sentido sobre o mundo. (2014, p. 57).

A partir disso, no processo de identificação e análise das reivindicações presentes no documento, que apresento em um breve recorte no Quadro 3, pode-se constatar que grande parte das reivindicações se referem à categoria “surdos”, mas trazendo também menções importantes que se enquadram na categoria “línguas de sinais” ou em “ambas”.

Quadro 3: Breve apresentação de exemplos da identificação e análises feitas no documento “A Educação que Nós Surdos Queremos” (FENEIS, 1999)

Categoria	Estudos Surdos	Educação Especial	Intersecção
Surdos (64%)	<p>16. Respeitar a decisão do surdo em usar ou não aparelho de audição. Não impor o uso do mesmo, nenhum surdo pode ser obrigado a usar aparelho auditivo, já que esta decisão deve ser consciente.</p> <p>23. Propor o fim da política de inclusão/integração, pois ela trata o surdo como deficiente e, por outro lado, leva ao fechamento de escolas de surdos e/ou ao abandono do processo educacional pelo aluno surdo.</p> <p>25. Elaborar uma política de educação de surdos com escolas específicas para surdos.</p> <p>53. Substituir o termo de “deficiente auditivo” por surdo considerando que o deficiente auditivo e o surdo não têm a mesma identidade: o deficiente auditivo usa comunicação auditiva, tendo restos auditivos que podem ser corrigidos com aparelhos; o surdo usa comunicação visual (línguas de sinais) e não usa comunicação auditiva.</p> <p>54. Incentivar o contato do surdo com a comunidade surda, pois a construção das identidades surdas se dá prioritariamente no contato com outros surdos.</p> <p>104. Repensar e discutir a arte surda no que ela representa em suas implicações políticas.</p>	<p>10. Usar da tecnologia na comunicação com surdos em escolas e locais públicos uma vez que se tem constatado que a tecnologia ajuda na aquisição do português escrito.</p> <p>80. Oferecer aos educandos surdos o conhecimento de tecnologia de apoio, ou seja: os aparelhos especiais para uso de surdos, [...]</p>	<p>75. Contar com a ajuda de professores e pesquisadores surdos na mudança do currículo, para o qual devem ser consideradas inclusive as especificidades da comunidade surda, incluindo para os surdos os mesmos conteúdos das escolas ouvintes.</p> <p>111. Desenvolver ao máximo a educação e a formação das pessoas surdas.</p>
Línguas de Sinais (20%)	<p>43. Trabalhe-se com os surdos e suas famílias no sentido de que a família adquira a língua de sinais.</p> <p>45. Propor que administradores, professores de surdos e funcionários aprendam a língua de sinais.</p> <p>57. Oficializar a língua de sinais nos municípios, estados e a nível federal.</p> <p>62. Considerar que a língua de sinais tem regras gramaticais próprias.</p>	<p>136. Assegurar o direito da presença do Intérprete de Língua de Sinais no decorrer do concurso de vestibular.</p>	<p>13. Propor uso de legenda na mídia televisiva, particularmente nos momentos de noticiário regular extraordinário, o que favorece a compreensão pelos surdos.</p> <p>58. Propor o reconhecimento e a regulamentação da língua de sinais a nível federal, estadual e municipal para ser usada em escolas, universidades, entidades e órgãos públicos e privados.</p>
Mescla de ambas (16%)	<p>2. Assegurar a toda criança surda o direito de aprender línguas de sinais e também português e outras línguas.</p> <p>22. Considerar que a integração/inclusão é prejudicial à cultura, à língua e à identidade surda.</p>	<p>17. Nos concursos vestibulares os surdos devem contar com intérpretes na ocasião das provas e a prova de português deve ter critérios especiais de avaliação.</p>	<p>49. Assegurar que nas reuniões de escolas de surdos, os professores surdos tenham direito a intérpretes e a entender o que está sendo falado, tendo suas opiniões respeitadas e debatidas como são as dos professores ouvintes.</p>
<p>* Números em parênteses referem-se à porcentagem aproximada de reivindicações encontradas naquele determinado item, de um total de 147 pontos de reivindicação.</p> <p>** Nem todos os pontos dos documentos o pesquisador enquadrado dentro de uma destas categorias, pois ou tratavam sobre outros assuntos, ou estavam fora do escopo analisado.</p> <p>Ex.: 44. <i>Seja implantado um Programa de Pais garantindo o acesso a informação e assessoramento adequados.</i></p>			

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base nos dados de Feneis (1999).

Ao analisar as reivindicações presentes no Quadro 3, pode-se constatar que de fato houve uma tentativa de destacar essa nova concepção de surdo (FERNANDES; MOREIRA, 2014), principalmente no que diz respeito aos espaços escolares responsáveis pela educação de alunos surdos e a centralidade da Libras nesses espaços (DE MEULDER, 2017b). Isso fica evidente, por exemplo, nos pontos: **53.** *Substituir o termo de “deficiente auditivo” por surdo considerando que o deficiente auditivo e o surdo não têm a mesma identidade: o deficiente auditivo usa comunicação auditiva, tendo restos auditivos que podem ser corrigidos com aparelhos; o surdo usa comunicação visual (línguas de sinais) e não usa comunicação auditiva;* **25.** *Elaborar uma política de educação de surdos com escolas específicas para surdos;* e **2.** *Assegurar a toda criança surda o direito de aprender línguas de sinais e também português e outras línguas.*

Ao abordar esses espaços escolares, eles também criticam e negam em suas reivindicações a maneira como eram vistos e tratados até então nas políticas educacionais de inclusão (FERNANDES; MOREIRA, 2014; LACERDA, 2006), como nos pontos: **22.** *Considerar que a integração/inclusão é prejudicial à cultura, à língua e à identidade surda;* e **23.** *Propor o fim da política de inclusão/integração, pois ela trata o surdo como deficiente e, por outro lado, leva ao fechamento de escolas de surdos e/ou ao abandono do processo educacional pelo aluno surdo.* Desse modo, é possível observar não só uma crítica e negação pelos surdos de como essas políticas eram vistas e sentidas por essa comunidade, mas também uma reivindicação de fim dessas políticas, que não levavam em consideração – ao menos não explicitamente – os desdobramentos positivos que essas políticas de inclusão estavam alcançando e possibilitando para pessoas com outras deficiências.

Todavia, é possível observar uma grande quantidade de reivindicações que se aproximam do conceito de surdo enquanto pessoa com deficiência, seja em reivindicações isoladas, seja em reivindicações que acabam por unir as duas visões, algumas vezes na intersecção entre elas. Como exposto por De Meulder em seus trabalhos (2015; 2017a), a dupla categorização do surdo vale tanto para os entendimentos sobre eles nesse pêndulo entre deficiência e minoria linguística (FERNANDES; MOREIRA, 2014) ou em sua intersecção. Segundo a própria autora (DE MEULDER, 2015; 2017b), isso também acaba por modificar a maneira como as línguas de sinais são compreendidas, ora como língua de uma minoria linguística, ora como instrumento de acessibilidade, ora como ambas (FERNANDES; MOREIRA, 2014; LODI, 2021).

Alguns pontos em que isso pode ser observado são: **10.** *Usar da tecnologia na comunicação com surdos em escolas e locais públicos uma vez que se tem constatado que a*

tecnologia ajuda na aquisição do português escrito; 75. Contar com a ajuda de professores e pesquisadores surdos na mudança do currículo, para o qual devem ser consideradas inclusive as especificidades da comunidade surda, incluindo para os surdos os mesmos conteúdos das escolas ouvintes; e 136. Assegurar o direito da presença do Intérprete de Língua de Sinais no decorrer do concurso de vestibular. Isso porque, de alguma maneira, é possível observar que a presença da Libras, pela figura do intérprete, por si só torna algo “acessível” ao surdo, como também uma tentativa de se aproximar das produções feitas para comunidades de línguas orais, tanto pelo uso de *tecnologias (assistivas)*, quanto para alcançar ou adaptar os mesmos conteúdos dos currículos escolares.

Reforço que, como aponta De Meulder (2017a), a dupla categorização não é um problema por si só, mas sim uma condição que acaba por trazer vantagens e limitações quando comparada aos direitos de outras minorias linguísticas, podendo também, num cenário mais problemático, resumir e representar as pessoas surdas somente pelo viés da deficiência. Para isso, é preciso ter em mente também o exposto por Tostes e Lacerda (2020) que, para compreender os surdos como sujeitos bilíngues, necessitamos conhecê-los em suas condições sociais, linguísticas, culturais e emocionais, compreendendo o papel que ambas as culturas e línguas desempenham em suas vidas.

Outro ponto a se destacar nesse mesmo documento, mas que não consta no Quadro 3 (trazemos aqui em destaque por estar possivelmente relacionada às questões estatísticas, foco do estudo), é a seguinte reivindicação: **14. Realizar estudos a fim de levantar a real situação educacional dos surdos: escolaridade, número de surdos não atendidos, evadidos, analfabetos, etc.** Isso porque, a partir dela, é possível observar que eles já demonstravam interesse em compreender aspectos sobre a vida dos surdos sinalizantes do Brasil, principalmente nos processos escolares²⁰. Essa reivindicação reforça, de certo modo, a importância de se compreender tais aspectos em estatísticas oficiais do país.

Sobre o documento, em geral, mostra-se importante ressaltar que todas essas reivindicações são válidas e vieram dos próprios surdos sinalizantes, pertencentes a um determinado tempo e local, antes de verem os efeitos do reconhecimento legal da Libras no Brasil e compreender os desdobramentos que isso teria em suas vidas. Para compreender alguns desses desdobramentos e como se reconfiguraram as reivindicações de surdos a partir

²⁰ Os Censos Escolares e da Educação Superior de 2022, que não são foco desta dissertação, realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” - INEP, já incluem diversas questões sobre o papel da Libras dentro desses espaços e até mesmo da relação dos alunos surdos com as línguas na escola.

de então, serão apresentadas também algumas das reivindicações feitas por surdos sinalizantes após o reconhecimento legal da Libras.

2) *Posterior ao reconhecimento legal da Libras*

O documento aqui analisado é uma carta de doutores surdos enviada ao Ministério da Educação, intitulada “Carta Aberta ao Ministro da Educação” (CAMPELLO *et al.*, 2012). De maneira geral, esse documento veio em defesa da Educação Bilíngue de surdos e algumas de suas reivindicações acabaram por estar contempladas, de alguma maneira, nas Leis nº 13.005 (BRASIL, 2014) e nº 14.191 (BRASIL, 2021), incluindo a modalidade de educação bilíngue de surdos na PNE²¹ e na LDB²², respectivamente.

Algumas outras mobilizações de surdos, como as que ocorreram no ano de 2020 em favor do Decreto 10.502 (BRASIL, 2020) e do PL nº 4.909/2020²³, que deu origem à Lei nº 14.191 (BRASIL, 2021), não foram consideradas aqui nessas análises por serem reivindicações específicas sobre posicionamento a favor de determinados documentos jurídicos, e não das reivindicações de surdos em geral. Mas são documentos importantes a serem pontuados como formas de mobilização dos surdos sinalizantes do Brasil, que possibilitaram conquistas relevantes, tais como a manutenção da Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos (DIPEBS)²⁴.

A carta de 2012 é um documento que foi enviado ao Ministério da Educação pelos sete primeiros doutores surdos brasileiros. Possui cinco páginas, e os surdos que a redigiram se apresentam, expõem o problema que querem discutir e fazem seus apelos ao final. Além disso, é importante mencionar o uso das estatísticas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” (INEP) pelos autores para respaldar suas argumentações ao longo do texto. No entanto, é necessário destacar que essas estatísticas endossam principalmente as reivindicações das escolas bilíngues de surdos, mas não apresentam dados relevantes sobre a população surda em geral ou o uso da Libras pelos surdos brasileiros. Storto, Rocha e Cruz (2019) apontam que a narrativa que os autores construíram na carta sobre o lugar dos surdos nos processos educacionais, relacionando consigo mesmos, acaba por fortalecer suas reivindicações, para além de eles serem pesquisadores atuantes nessa área.

²¹ Com vigência de 10 anos, temos, de maneira bem resumida, a meta 4 que busca universalizar o acesso à educação básica para pessoas com deficiência e tem como uma de suas estratégias a oferta de educação bilíngue para surdos nos termos do Decreto nº 5.626/2005.

²² Altera a LDB para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos.

²³ Sobre as reivindicações referentes a esse PL, foram mais de 50 doutores surdos que assinaram a carta enviada, contando também com o apoio da Federação Mundial de Surdos (WFD).

²⁴ Uma indicação de leitura caso queira se aprofundar no assunto seria de Silva (2023).

A partir disso, no processo de identificação e análise dos argumentos apresentados para reivindicar a defesa da Educação Bilíngue de surdos e sua presença na PNE, que apresento em um breve recorte no Quadro 4, observei que os argumentos utilizados, em sua maioria, eram sobre os “surdos” e a importância desses espaços para eles, não apresentando tantos argumentos sobre as “línguas de sinais”.

Importante comentar que a escolha dos dados apresentados no Quadro 4 buscou aproximá-los das categorias de análise utilizadas nesta dissertação e que partiram dos principais argumentos utilizados pelos autores do documento estudado, que adotaram a estrutura de uma carta para se comunicar com o ministro da educação. Por conta disso, temos diversas possibilidades de leitura desses dados, sendo difícil adotar uma fronteira clara entre o que diz respeito somente aos surdos ou somente às línguas de sinais. Desse modo, as escolhas feitas por mim buscaram estabelecer uma relação direta com as categorias de análise por mim propostas e as leituras que fiz sobre essas passagens.

Quadro 4: Breve apresentação de exemplos da identificação e análises feitas no documento “Carta Aberta ao Ministro da Educação” (CAMPELLO *et al.*, 2012)

Categoria	Estudos Surdos	Educação Especial	Intersecção
Surdos	“Várias pesquisas mostram que os surdos melhor incluídos socialmente são os que estudam nas Escolas Bilíngues, que têm a Língua de Sinais brasileira, sua língua materna, como primeira língua de convívio e instrução, possibilitando o desenvolvimento da competência em Língua Portuguesa escrita, como segunda língua para leitura, convivência social e aprendizado.”	“A esse respeito, lembramos enfaticamente que a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência [...]”	“Por não atender a essa necessidade linguística, o fechamento de escolas e classes específicas para surdos não resultou em uma ampliação das matrículas de alunos surdos e com deficiência auditiva, mas em uma exclusão de milhares desses alunos do sistema educacional do país.”
Línguas de Sinais	“A Libras é a primeira língua da maioria dos surdos brasileiros e não uma língua falada apenas por pessoas “deficientes”.”	-	-
Mescla de ambas	“Temos uma língua própria, Senhor Ministro, precisamos de escolas que adotem essa língua, a língua de sinais brasileira, como primeira língua para instrução e para o convívio social.”	-	-
As reivindicações presentes neste documento são em defesa da Educação Bilíngue de surdos e sua presença na PNE, mas os argumentos acabam por transitar entre esses diversos entendimentos.			

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base nos dados de Campello *et al.* (2012).

Ao analisar os argumentos presentes no Quadro 4, verificamos que as principais menções feitas sobre a Libras são para reforçar a centralidade dela para os surdos sinalizantes (DE MEULDER; MURRAY; MCKEE, 2019; LODI, 2021), justificando a necessidade de escolas que tenham a Libras como língua de instrução e convívio, justificativa que já era feita nas reivindicações de 1999 (FENEIS, 1999), retomando a ideia da escola bilíngue de surdos como *território surdo*, ou seja, um espaço privilegiado onde a Libras circula livremente entre os falantes dessa comunidade linguística (MOURÃO; BRANCO, 2021). Todavia, ao buscar apoio em importantes documentos internacionais, os argumentos construídos partem de documentos elaborados para garantir o direito de pessoas com deficiência, como a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de 2007, demonstrando como esses argumentos acabam por costurar essa compreensão dos surdos na dupla categorização.

Importante ressaltar que, ao longo do documento, as argumentações sobre os “surdos” se baseiam nos estudos que os consideram “uma mesma comunidade linguística”, afirmando que:

Do ponto de vista da natureza humana não nos falta nada para viver como os ouvintes, se tivermos a língua de sinais como acesso principal de comunicação e via de aprendizado. [...] Insistimos, portanto, em que as escolas que oferecem um ensino bilíngue para crianças e jovens surdos se baseiem não na deficiência, mas na língua de sinais. (CAMPELLO *et al.*, 2012, *n. p.*)

Ou seja, buscam romper com a visão clínica ao mesmo tempo que negam a “educação inclusiva” para surdos, evidenciando a importância das línguas de sinais no processo educacional. Porém, mesmo com tais argumentos, os autores acabam por compor diversos diálogos com os direitos das pessoas com deficiência, além de comentar a queda no número de “alunos com deficiência auditiva” matriculados, comparando com os mesmos dados referentes ao número de “alunos surdos” matriculados. Desse modo temos, mesmo que indiretamente, uma manutenção na relação entre ambas as compreensões sobre os “surdos”.

Em uma perspectiva temporal, quando comparamos com as reivindicações feitas antes do reconhecimento legal da Libras, mesmo diferente em formato e objetivos dos documentos, é possível observar um posicionamento mais claro do entendimento dos “surdos” enquanto “minorias linguísticas”. Esse posicionamento continua, pós reconhecimento legal da Libras, buscando um distanciamento da “educação inclusiva” para os surdos, que, ao mesmo tempo, continua mantendo algumas relações com a área dos estudos da deficiência. Acredito que isso se deva principalmente pela dupla categorização dessas pessoas, pois acabam por criar uma

posição de sujeito que partilha história entre as duas concepções, sendo representado legalmente e com seus direitos garantidos também por essa área.

Além disso, a necessidade de se continuar reivindicando que o processo educacional dos surdos seja feito em escolas bilíngues, que tenham as línguas de sinais como língua de instrução e convívio social, evidencia que seus direitos, enquanto minorias linguísticas, continuam não sendo garantidos e que essas escolas, enquanto *território surdo*, continuam em disputa (com o *território nacional*). Todavia, isso não deixa de lado a necessidade de se continuar reivindicando o papel e o espaço linguístico da Libras, tanto nas escolas bilíngues de surdos, quanto em suas vidas fora dos espaços escolares.

3.2.2 Reconhecimento Legal da Libras e as Políticas Educacionais

Dando sequência às análises propostas neste capítulo, apresento aqui algumas narrativas acadêmicas e suas análises sobre os principais documentos jurídicos que dizem respeito às comunidades surdas sinalizantes. Para isso, apoio-me nas discussões feitas por Brito (2013), Bonfim e Martins (2021), Coura (2021), Fernandes e Moreira (2014), Lodi (2013; 2021), Montes (2018), Rezende (2022) e Tostes e Lacerda (2020).

Para tanto, além de refletir sobre o reconhecimento legal da Libras no Brasil, mostra-se relevante comentar o cenário das outras línguas que são usadas no país, principalmente as línguas de minorias linguísticas. Para isso, é importante destacar que no Brasil são faladas centenas de línguas (CARDOSO, 2016), possuindo, em nível federal, apenas uma língua oficial²⁵ em sua Constituição (BRASIL, 1988).

Coura, ao desenhar o cenário nacional sobre esse tema, comenta que:

O Brasil sempre foi um país multilíngue, apesar de as políticas linguísticas ao longo dos séculos terem tentado reforçar uma realidade monolíngue do país (CAVALCANTI; MAHER, 2018). De acordo com Cavalcanti e Maher (2018, p. 4), essas políticas ‘moldaram não apenas o cenário da diversidade sociolinguística no Brasil, mas também as formas como as identidades individuais e coletivas de falantes de línguas de imigrantes, línguas indígenas e de sinais foram representadas no país’. As autoras mencionam que somente com a Constituição de 1988 é que as línguas e culturas de povos indígenas foram reconhecidas como parte do patrimônio nacional. Isso abriu portas para programas de educação bilíngue tanto para povos indígenas, quanto para comunidades de imigrantes, mesmo não sendo esses últimos mencionados na Constituição. Nessa mesma época também houve esforços de parte da sociedade e, especialmente, da comunidade surda, visando ao reconhecimento da língua de sinais no Brasil (2021, p. 1).

²⁵ “Língua oficial” é a língua empregue no domínio público, no quadro de atividades oficiais. Diversos municípios brasileiros possuem línguas cooficiais (IPOL, 2022), mas constitucionalmente a única língua oficializada em todo o território brasileiro é o Português.

Nesse mesmo sentido, vale destacar a importância dos movimentos sociais surdos que ocorreram nas décadas de 1980 e 1990 (BRITO, 2013) que, em seu ápice, tiveram como principais bandeiras a oficialização da Libras, a Educação Bilíngue *de* surdos e o reconhecimento de suas identidades e de seus direitos linguísticos e culturais. O que culminou na Lei nº 10.436 de 2002, que trouxe a oficialização legal da língua de sinais, muitas vezes denominada como Lei de Libras (BRASIL, 2002). Ao estudar esse marco e sua influência nas políticas públicas voltadas para surdos sinalizantes, Montes reforça a importância que o reconhecimento da Libras teve para os surdos sinalizantes do Brasil, mas também que:

a própria lei, que em si aporta um caráter de ampliação do respeito à surdez e à pessoa surda, é redutora quando define a Libras como forma de “comunicação” e “expressão” de comunidades surdas brasileiras, pois se refere apenas à função comunicativa da língua, restringindo, de certa forma, a língua a um tipo de código de comunicação. Nesse sentido, o surdo não é deslocado efetivamente para uma posição de membro de uma comunidade linguística minoritária e com direitos próprios, permanecendo marcas na maneira de compreendê-lo como uma “pessoa com deficiência”. (MONTES, 2018, p. 76).

Desse modo, segundo a própria autora, permanece uma certa visão de possibilidade de superação da deficiência para alcançar o tão desejado domínio do português, pois “a surdez é marcada por ausências e privações, contexto em que o discurso médico ‘normalizante’ também ganha destaque” (MONTES, 2018, p. 77). Isso acontece, segundo a autora, pois

No Brasil, os debates sobre a Libras não foram compostos por discussões vindas dos direitos linguísticos de minorias existentes no país. Ao contrário, sempre estiveram estritamente ligados aos direitos da pessoa com deficiência. A Lei de Libras não proporcionou status de minoria linguística oficial para a comunidade surda brasileira, e um dos fatores que pode ter contribuído com este fato é a dupla categorização dada às pessoas surdas: são vistas como pessoas com deficiência e como membros de grupos minoritários (DE MEULDER, 2015c).” (MONTES, 2018, p. 99).

Ou seja, as mobilizações de surdos sinalizantes e suas produções na década de 1990 foram essenciais para o reconhecimento legal da Libras em 2002, mas tal reconhecimento manteve presente em seu texto outras concepções de surdez que já circulavam no cenário nacional, como “portadores de deficiência auditiva”. Desse modo, as diferentes concepções sobre a pessoa surda presentes neste texto se misturam e, quando se resumem esses movimentos a uma única característica, como a “falta de audição”, essas diferentes

reivindicações acabam por se esbarrar e se confundir nesses documentos, mesmo quando conflitantes entre si, apresentando-se como “uma mesma coisa”.

Ainda assim, o Decreto 5.626/2005 (BRASIL, 2005), que regulamenta a Lei de Libras, teve como base de sua elaboração as reivindicações dos surdos sinalizantes presentes no documento intitulado “A Educação que Nós Surdos Queremos” (FERNANDES; MOREIRA, 2014; TOSTES; LACERDA, 2020). Todavia, em 2008 foi promulgada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPEI (BRASIL, 2008), que trouxe uma compreensão diferente sobre “pessoa surda” e “Libras” daquela concepção apresentada no Decreto de 2005.

Um exemplo dessas diferentes concepções está na apresentação do conceito de “educação bilíngue” nos documentos. Enquanto no Decreto 5.626 as escolas e classes de educação bilíngue são denominadas como “aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo” (BRASIL, 2005, *n. p.*), na PNEEPEI é apresentada como maneira de inclusão dos alunos surdos nas escolas comum. É o que se constata na seguinte passagem: “ensino escolar na Língua Portuguesa e na língua de sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para alunos surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino de Libras para os demais alunos da escola” (BRASIL, 2008, *n. p.*). Ou seja, além da inversão proposital da ordem das línguas, elas passam a ser língua de ensino e não mais de instrução, destacando o papel do intérprete de Libras nesse cenário, além de suprimir que a instrução pelo português deva se dar na sua modalidade escrita, passando a ser somente o ensino desta língua nesta modalidade.

Isso acaba por possibilitar, como apontam Bonfim e Martins (2021), o entendimento de que o ensino nos anos iniciais não mais seja realizado pelo educador bilíngue diretamente em Libras, mas sim pelo profissional intérprete, que fica responsável também pela interpretação da instrução oral do português para a Libras, desconsiderando o papel essencial das escolas bilíngues para surdos como espaço para aquisição da Libras. Nesse mesmo caminho, Lodi (2013) afirma que na PNEEPEI a Libras acaba por adquirir caráter instrumental, reforçando a necessidade de que os surdos consigam alcançar o português comunicado oralmente.

Nos anos de 2014 e 2015 foram aprovadas as Leis nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014) e nº 13.146/2015 (BRASIL, 2015), sendo elas o Plano Nacional de Educação para o decênio de 2014 a 2024 e o Estatuto da Pessoa com Deficiência / Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI, respectivamente. Todavia, no que diz respeito aos surdos e à Libras,

como aponta Lodi (2021), tais documentos aproximam seus entendimentos às áreas da deficiência e da “educação inclusiva”.

Anos mais tarde foi aprovada a Lei nº 14.191 de 2021 (BRASIL, 2021), que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Nesse documento é possível verificar uma compreensão mais alinhada ao Decreto de 2005, ao indicar que:

Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos. (BRASIL, 2021, *n. p.*).

Importante reforçar que a sanção dessa lei é fruto de diversas lutas das comunidades surdas sinalizantes (REZENDE, 2022) e trazem, segundo Lodi (2021), uma centralidade à Libras há tanto tempo reivindicada pelos surdos sinalizantes, ainda que somente nos processos educacionais.

Mesmo com todas as dificuldades encontradas, é notável o espaço que os surdos conquistaram nesses documentos, enquanto minoria linguística, reforçando também o papel da Libras enquanto língua. Todavia muitas destas discussões ainda acabam por focalizar os espaços educacionais, sendo necessário expandir tais discussões para outros espaços, buscando compreender como os surdos e a Libras são entendidas também em outros espaços sociais.

Diante do exposto, tornou-se possível refletir sobre os impactos da dupla categorização dos surdos e da Libras nas reivindicações dos surdos sinalizantes e nas garantias legais que eles conquistaram ao longo dos anos, além da importância das escolas bilíngues de surdos para essa comunidade. Essa reflexão acaba por se situar na relação complexa entre as lutas surdas e os movimentos a favor da educação inclusiva, que cresceram durante a década de 1990, em que ambas buscavam (re)pensar os conceitos sobre si mesmos para além da visão clínica que pairava na época. Desse modo, temos uma evolução da compreensão sobre os surdos sinalizantes que caminha em direção ao reconhecimento deles como minoria linguística, mas que partilha histórias e conquistas com a área dos estudos da deficiência, que acabam por manter alguns dos entendimentos afetados pela dupla categorização dessas pessoas.

4 OS SURDOS A PARTIR DAS PESQUISAS ESTATÍSTICAS POPULACIONAIS BRASILEIRAS

Neste capítulo, apresenta-se como os surdos foram historicamente quantificados nos levantamentos censitários do Brasil e como são atualmente quantificados nas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Para isso, inicialmente, abordou-se alguns conceitos da sociologia da quantificação, visando possibilitar um olhar mais crítico sobre o próprio ato de quantificar e como a quantificação de pessoas acaba por influenciar a compreensão e desenvolvimento das comunidades presentes e ausentes nas estatísticas oficiais.

Importante destacar que, mesmo focando as análises presentes nesta pesquisa em surdos sinalizantes, muitos documentos irão se referir a essas pessoas com as mais diversas nomenclaturas, incluindo as que trazem leituras e entendimentos numa perspectiva clínico-biológica. Devido a isso, foi necessário trazer esses documentos para compor as análises nesta seção, podendo aparecer tais nomenclaturas em citações.

4.1 QUANTIFICAR PESSOAS: FAZER EXISTIR EM NÚMEROS O QUE SÓ ERA PERCEBIDO PELAS PALAVRAS

Para compreender melhor as pesquisas estatísticas populacionais, mostra-se de extrema relevância conhecer suas origens e quem eram e são os mais interessados em empregá-las. Outro ponto importante a se destacar e compreender é sua relação estreita com o ato de “quantificar pessoas”. A partir disso, levanto algumas questões que considero essenciais para o desenvolvimento desta seção: “O que significa quantificar pessoas?”; “Como as estatísticas se tornaram peça chave nesse processo?”; “Quem se beneficia com isso?”; “Qual a relação entre as estatísticas e as percepções de fenômenos sociais?”; “Como estes números acabam por impactar as vidas que contam?”.

Minha intenção nesta seção não é esgotar o assunto, muito menos proporcionar respostas definitivas para essas perguntas, mas sim levantar possíveis caminhos de reflexão a partir de achados acadêmicos que auxiliem no processo de proporcionar uma reflexão crítica sobre o assunto. Além disso, tais questões continuam sendo amplamente discutidas por diversos pesquisadores em inúmeras áreas do conhecimento. Desse modo, torna-se possível um olhar contextualizado para as minorias nos processos estatísticos, contribuindo para uma melhor compreensão sobre as comunidades surdas sinalizantes.

De maneira geral, temos que o ato de “contar pessoas”, ou de “registrar quantitativamente informações sobre a população”, possui diversos registros ao longo da história humana. Memória (2004), ao narrar a história das estatísticas, nos apresenta dados de como diversos povos e governos já faziam isso há milhares de anos. Nas palavras do autor, ao comentar sobre a palavra “estatística”:

A etimologia da palavra, do latim *status* (estado), usada aqui para designar a coleta e a apresentação de dados quantitativos de interesse do Estado, [...] a mera coleta de dados assim apresentados está longe de ser o que entendemos, hoje, por Estatística. (MEMÓRIA, 2004, p. 10).

Portanto, temos a estatística como algo essencial ao Estado, mas que se modificou ao longo do tempo, incorporando conceitos de diversas áreas do saber, como a probabilidade e a astronomia, por exemplo, além de implementar o uso dos computadores em seus processos (MEMÓRIA, 2004). Essa incorporação possibilitou a melhor estruturação dos métodos empregados, seja nos levantamentos e amostragem, seja nos conhecimentos matemáticos empregados em todo o seu processo. Desse modo, o autor afirma que os saberes matemáticos são de extrema importância no desenvolvimento da teoria estatística, mas que “conhecer Matemática, embora necessário, não é suficiente para formar um estatístico” (MEMÓRIA, 2004, p. 82).

Diversos são os motivos por trás disso, seja pelos seus modos de uso, seja pelas apresentações e discussões feitas sobre os dados coletados. De qualquer modo, é evidente a proporção e a importância que as estatísticas tomaram nos dias de hoje. Ignácio (2010), ao explorar tal acontecimento, comenta que “O grau de importância atribuído à estatística é tão grande que praticamente todos os governos possuem organismos oficiais destinados à realização de estudos estatísticos” (IGNÁCIO, 2010, p. 1), pois se tornou uma ferramenta essencial na produção e disseminação do conhecimento. Tal uso pelo Estado, por exemplo, está na aplicação dos Censos Demográficos, pois os “Censos demográficos auxiliam o governo a entender melhor sua população e a organizar seus gastos com saúde, educação, saneamento básico, infraestrutura etc.” (IGNÁCIO, 2010, p. 1), ou seja, é uma ferramenta essencial na tomada de decisão, principalmente no que tange a investimentos e à implementação de políticas públicas.

É possível observar, diante do exposto, que a estatística possui papel fundamental na construção do Estado como o entendemos hoje. Isso porque permitiu ao Estado administrar seu *povo* e seu *território* (MARTIN, 2001), como também porque acabou por apoiar esse papel na ideia de *objetividade estatística* enquanto “sentido clássico (‘é objetivo aquilo que é

real, aquilo que constitui os fatos, independentemente de nossa percepção’) e [...] sentido social (‘objetivo é aquilo que é visto do exterior, que não é subjetivo, isto é, que não depende do ponto de vista de um indivíduo’)” (MARTIN, 2001, p. 31). Porém, nesse mesmo movimento, temos que tal papel transcende a linguagem puramente matemática, adquirindo caráter público (CAMARGO; LIMA; HIRATA, 2021), pois

Por serem públicos, esses números dão consistência a aspectos da realidade considerados socialmente problemáticos, mas que ainda se encontram difusos e controversos. [...] Por esta razão, a quantificação dos fatos sociais é parte importante – e, até recentemente, negligenciada – dos processos de reprodução e transformação das sociedades modernas. (CAMARGO; LIMA; HIRATA, 2021, p. 22).

Partindo desse contexto, tornou-se necessário adotar uma abordagem para compreender a estatística em sua complexidade. Desse modo, os conceitos apresentados a seguir partem da sociologia da quantificação, em específico das contribuições de Desrosières estudadas pelos autores dessa abordagem²⁶. Buscou-se, assim, construir um entendimento coerente desse papel das estatísticas e suas influências no social, e vice-versa, que sanasse as questões levantadas nesta pesquisa. Nas palavras de Camargo, a perspectiva analítica da sociologia da quantificação

[...] se interessa tanto pelos processos de quantificação na ciência ou por ela orientados, quanto pelos processos situados na fronteira entre a política, a administração e a vida pública – como a implementação de tecnologias numéricas, os procedimentos de padronização e gestão burocrática e o processo decisório e a formação de sujeitos coletivos (Diaz-Bone e Didier, 2016).” (CAMARGO, 2022, p. 3).

Partindo disso, utilizo a definição elaborada por Camargo sobre o papel da quantificação atualmente:

No mundo moderno, espera-se que as qualidades das pessoas e das coisas sejam abstraídas dos julgamentos e das tomadas de decisão que envolvam alocação de recursos e que produzam efeitos sobre o destino dos indivíduos e grupos sociais. Qualidades resultam de percepções particulares e negociações de significado em interações locais, razão pela qual dificilmente inspiram consensos sobre a definição de uma situação ou sobre a necessidade e a conveniência de uma intervenção. Para que tal ocorra, é preciso que as qualidades sejam convertidas em quantidades, que fornecem

²⁶ Além deste autor, também são incorporados em seus estudos as contribuições de outro referencial, Michel Foucault e *governmentality studies*. Decidi não me aprofundar nos conceitos da sociologia da quantificação produzidos a partir desse outro referencial por serem usados em contextos que se distanciam do estudado em minha pesquisa, mas sei que dialogam com os que utilizarei ao longo desta dissertação.

protocolos de objetividade e, nas democracias liberais, fontes de controle do poder discricionário. Quantificar os fatos sociais permite exprimir e fazer existir, sob a forma numérica, o que antes só podia ser percebido por palavras (Desrosières e Kott; 2005). (CAMARGO, 2022, p. 1).

Partindo disso, “as estatísticas importam não como método ou disciplina científica, mas como objetos culturais, artefatos que resultam de práticas sociais de classificação, registro e comparação de diferentes dimensões da realidade, desenvolvidas por instituições públicas e privadas” (CAMARGO; LIMA; HIRATA, 2021, p. 21). Pois, a partir delas entendemos “os contornos assumidos pela percepção de um fenômeno social – como a desigualdade –, e sua construção como problema público” (CAMARGO, 2022, p. 2).

As estatísticas não apenas estabelecem essas divisões sociais, como também fixam essas categorias de pessoas, mesmo quando as margens dos grupos não são claramente definidas na vida social (Alonso; Starr, 1987). No trabalho de agrupamento, as estatísticas oficiais podem reunir pessoas que até então não eram consideradas parte de uma mesma categoria. Uma vez subordinados a um estatuto administrativo e estatístico comum, pode ocorrer também que seus interesses se complementem ou se combinem. Nesse sentido, como disse Starr, as classificações oficiais não apenas registram, como também reescrevem as linhas da diferenciação social (CAMARGO; DANIEL, 2021, p. 66).

Isso acontece, segundo Desrosières e Kott (2005), pela dimensão social e cognitivamente criativa do uso do verbo quantificar, que, em sua forma ativa (fazer-se números), implica na série de convenções e codificações que proporcionaram os cálculos que levam a fixação em número. Ou seja, para os autores a quantificação pode ser entendida como “dois momentos”, sendo eles o de “concordar” e o de “medir”. Proporciona, pois, ao mesmo tempo, uma reflexão do mundo e sua própria transformação (DESROSIÈRES; KOTT, 2005).

Assim, a partir desse movimento, temos que “a estatística passou a ser um meio de reconhecimento da identidade e da importância numérica dos grupos (étnicos, raciais, de gênero etc.) perante o Estado” (CAMARGO; DANIEL, 2021, p. 66). Pois é a partir dela que se quantifica a população, sendo esse ato responsável por “construir posições de sujeito e, assim, solidificar identidades mais reais do que outras – tradicionais, familiares, locais, regionais – [atribuindo] efeitos legais e simbólicos a categorias que diluíam as individualidades em individualizações” (CAMARGO; DANIEL, 2021, p. 63).

Além disso, Camargo, Lima e Hirata (2021) destacam como os microprocessos burocráticos estão diretamente ligados ao espaço para a criação de programas de trabalho e agendas de pesquisa, tendo o domínio técnico ganhado um maior destaque. Desse modo, torna-se possível verificar que, além de um esforço por parte dos movimentos sociais pelo

convencimento de pertinência política de algum assunto, torna-se necessário demonstrar também a viabilidade técnica em um uso “estável” nas estatísticas (CAMARGO; LIMA; HIRATA, 2021). Isso porque a quantificação precisa e confiável de uma classificação requer uma compreensão sólida dos critérios e definições envolvidos, evitando ambiguidades, inconsistências e erros na coleta e análise dos dados. Além disso, uma classificação mal definida ou mal aplicada pode levar a distorções e interpretações equivocadas dos resultados estatísticos, comprometendo a qualidade e a utilidade das informações obtidas.

Em resumo, se as estatísticas realmente acabam por construir identidades mais reais do que outras, fixando categorias que podem reunir pessoas de diferentes categorias em uma só, combinando os diferentes interesses desses grupos (CAMARGO; DANIEL, 2021), torna-se necessário um olhar mais atento sobre como os surdos são representados nas estatísticas do IBGE. Para que isso seja possível, temos que levar em consideração as contribuições de Desrosières e Kott (2005) sobre a quantificação, um verbo que parte da compreensão de uma realidade com a intenção de medi-la, refletindo-a enquanto também a transforma.

4.2 EVOLUÇÃO DA CATEGORIA “SURDO-MUDEZ” NAS ESTATÍSTICAS OFICIAIS DO BRASIL

Para dar continuidade às discussões deste capítulo, mostra-se de extrema relevância realizar um levantamento sobre como os surdos foram historicamente quantificados nas estatísticas oficiais de nosso país. Para isso, recorreu-se aos trabalhos de Senra sobre a “História das Estatísticas Brasileiras” (2006a; 2006b; 2006c; 2006d; 2009) para identificar quais levantamentos censitários representavam essas pessoas, além das discussões que acabavam por girar em torno dos conceitos apresentados anteriormente. Além disso, realizou-se uma busca da história dos Censos no portal “memória IBGE” (IBGE, c2023a) e dos questionários utilizados nos levantamentos censitários (ANEXOS A, B, C, D, E, F, G, H, I) no portal “Biblioteca IBGE” (IBGE, c2023b).

Os levantamentos censitários no Brasil se iniciaram ainda no Brasil Império, mais precisamente no ano de 1872, levantando uma série de dados, como os de território e de população, incluindo também os que seriam referentes à população surda do país na época. De lá para cá, foram realizados um total de 12 levantamentos censitários; a surdez esteve representada em oito dessas edições, tendo o modo de sua qualificação nas estatísticas modificado bastante ao longo dos anos. No momento de redação desta dissertação, está sendo realizada a 13ª edição do Censo Demográfico, que iniciou sua etapa de coleta de dados no ano de 2022 e finalizou sua etapa de apuração no dia 28 de maio de 2023.

Uma observação que merece destaque diz respeito à representação imagética dos surdos em um dos relatórios elaborados pela Diretoria Geral de Estatística em 1923. Embora não haja uma menção por escrito sobre a língua de sinais (ou a qualquer meio de comunicação entre os surdos) nesse relatório, é possível constatar o uso de ilustrações para representar a categoria “*defeitos físicos*” (Figura 2), na qual foram incluídos os dados referentes à surdez. Nessas ilustrações, os “surdos-mudos” e as “surdas-mudas” (à direita na figura) são representados pelos gestos das mãos, evidenciando a utilização da sinalização. Assim, mesmo sem menções explícitas, é possível observar que a língua de sinais já era empregada, pelo menos a partir da década de 1920, para identificar as pessoas surdas.

Figura 2 - Página do relatório do Recenseamento de 1920 com as ilustrações dos “surdos-mudos” sinalizando



Fonte: Brasil (1923, p. 156-157).

Com o objetivo de analisar a evolução da categoria “surdez” nos levantamentos censitários do país e identificar as edições em que essa categoria esteve ausente, o Quadro 5 foi elaborado para apresentar os principais dados relacionados a essa categoria nas primeiras doze edições dessas estatísticas. Essa abordagem é crucial para compreender os processos pelos quais a categoria “surdez” passou ao longo do tempo e destacar sua importância no contexto dos levantamentos censitários.

Quadro 5: A categoria “surdez” nos 12 primeiros levantamentos censitários no Brasil

(continua)

Edição	Início da realização	Nomenclatura e categoria	Questão	Comentários sobre os levantamentos censitários
I	1872	<i>Surdos-mudos</i> <i>Condições especiais e observações / Enfermidades aparentes</i>	<i>“Condições especiais e observações: surdo-mudo, cego, torto, aleijado, demente, alienado”</i>	<ul style="list-style-type: none"> ● Realizado pela Diretoria Geral de Estatística (anterior ao IBGE), no Brasil Império; ● Na época, já estava em funcionamento o <i>Collégio Nacional para Surdos-Mudos</i> (atual INES), na cidade do Rio de Janeiro.
II	1890	<i>Surdo-mudo & Surdo</i> <i>Defeitos físicos (apparentes)</i>	<i>“Defeito Physico: cego, surdo-mudo, surdo, idiota, aleijado”</i>	<ul style="list-style-type: none"> ● Primeiro da República (porém ainda antes da Constituição republicana); ● Primeiro após o Congresso de Milão; ● Os dados dessa categoria (<i>Defeitos físicos (apparentes)</i>), coletados nesta edição, não foram divulgados.
III	1900	<i>Surdo-mudo</i> <i>Defeitos físicos</i>	<i>“Defeito Physico: mencionar somente si cego, surdo-mudo ou idiota”</i>	<ul style="list-style-type: none"> ● Primeiro sob a primeira Constituição republicana do Brasil, de 1891.
IV	1920	<i>Surdo-mudo</i> <i>Defeito physico</i>	<i>“É cêgo? É surdo-mudo?”</i>	<ul style="list-style-type: none"> ● Primeiro <i>de fato</i> geral, segundo Senra (2006b; 2009).
V	1940	<i>Surdo-mudo</i> <i>Defeitos físicos</i>	<i>“É surdo-mudo? É cego: De nascença? Por doença? Por acidente?”</i>	<ul style="list-style-type: none"> ● Primeiro realizado pelo IBGE; <ul style="list-style-type: none"> ○ Importante destacar que só se perguntava a “origem do <i>defeito físico</i>” para os “cegos”, não sendo coletado esses dados sobre os “<i>surdo-mudos</i>”.
VI	1950	Ausente	-	<ul style="list-style-type: none"> ● Diminuição do número de questões, eliminando as referentes aos “defeitos físicos”, o que causou a retirada das questões referentes à “surdo-mudez”.
VII	1960	Ausente	-	<ul style="list-style-type: none"> ● Primeiro a usar a técnica de amostra; ● Primeiro após a fundação da Federação Mundial de Surdos (WFD - 1951); ● Primeiro após o oralismo se consolidar em âmbito nacional no Brasil.
VIII	1970	Ausente	-	<ul style="list-style-type: none"> ● Primeiro após os achados linguísticos das línguas de sinais por Stokoe (década de 1960).
IX	1980	Ausente	-	-

Quadro 5: A categoria “surdez” nos 12 primeiros levantamentos censitários no Brasil
(conclusão)

Edição	Início da realização	Nomenclatura e categoria	Questão	Comentário
X	1991	<i>Surdez</i> <i>Deficiência física</i>	“ <i>Deficiência física ou mental: Cegueira, Surdez, Paralisia de um dos lados, Paralisia das pernas, Paralisia total, Falta de membro(s) ou parte dele(s), Deficiência Mental, Mais de uma, Nenhuma das enumeradas</i> ”	<ul style="list-style-type: none"> • Primeiro sob a Constituição de 1988 - pós Ditadura Militar e do início dos movimentos sociais no contexto de redemocratização do país; • Primeiro após a Lei nº 7.853/1989 (BRASIL, 1989) - a pedido do Comitê Nacional para Educação Especial, mesmo Comitê que solicitou a criação da CORDE; • Primeiro após o Ano Internacional das Pessoas Deficientes - AIPD pela ONU (1981); • Primeiro após a fundação da Feneis (1987); • Retorno das questões referentes à surdez, agora na categoria de deficiência física; • Primeiro em que as questões referentes à surdez estão presentes <i>somente</i> no questionário de amostra.
XI	2000	<i>(In)Capacidade de ouvir</i> <i>Graus de Dificuldade permanente (ou incapacidade) / Deficiência</i>	“ <i>Como avalia a sua capacidade de ouvir? (Se utiliza aparelho auditivo, faça sua avaliação quando o estiver utilizando). Incapaz; Grande dificuldade permanente; Alguma dificuldade permanente; Nenhuma dificuldade</i> ”	<ul style="list-style-type: none"> • Questões referentes à surdez presentes no questionário de amostra; • Primeiro a utilizar o critério de autodeclaração nas questões sobre “deficiência”; • Primeiro a incorporar orientações a partir das discussões sobre a Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde (CIF) da Organização Mundial da Saúde (OMS); • Primeiro após a Declaração de Salamanca.
XII	2010	<i>Dificuldade permanente de ouvir</i> <i>Graus de dificuldade / Deficiência</i>	“ <i>Tem dificuldade permanente de ouvir? (Se utiliza aparelho auditivo, faça sua avaliação quando o estiver utilizando). Sim, não consegue de modo algum; Sim, grande dificuldade; Sim, alguma dificuldade; Não, nenhuma dificuldade</i> ”	<ul style="list-style-type: none"> • Questões referentes à surdez presentes no questionário de amostra; • Primeiro após a criação do Grupo de Washington para Estatísticas sobre Pessoas com Deficiência (GW); • Primeiro após o reconhecimento legal da Libras no Brasil;

* Optou-se por manter a forma de escrita dos documentos, dando visibilidade às mudanças que ocorreram ao longo do tempo nos termos utilizados.

** Destaques em negrito na coluna “questão” feitos por mim.

*** Nos anos de 1880, 1910 e 1930 não foram realizadas as pesquisas censitárias.

**** Mesmo não tendo ocorrido o Recenseamento Geral da População em 1930, existe o questionário que seria aplicado, em que era feita a pergunta “*É cego? É surdo-mudo?*” (assim como em 1920).

***** Durante o intervalo ausente das questões sobre “surdez” nos levantamentos censitários (1950-1980), o MEC realizou três levantamentos estatísticos sobre a educação especial (1974, 1981, 1987); e o IBGE, no suplemento sobre saúde na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (1981, repetindo em 1998, 2003 e 2008).

***** Mesmo influenciando o Censo Demográfico de 2000, a CIF só passou a ser assinada por todos os membros da OMS em 2001.

Fonte: Quadro elaborado pelo pesquisador, adaptado dos questionários utilizados pelos 12 primeiros levantamentos censitários do Brasil (ANEXOS A, B, C, D, E, F, G, H, I) e dos estudos de Senra (2006a; 2006b; 2006c; 2006d; 2009).

O exame do Quadro 5 permite observar o processo de mudanças das diversas compreensões sobre os “surdos” presentes nos levantamentos censitários realizados no Brasil, já na sua nomenclatura, que passou de “surdo-mudo”²⁷ para “dificuldade permanente de ouvir”, passando pelas nomenclaturas “surdez” e “(in)capacidade de ouvir”. Além disso, é possível observar a diferenciação entre “surdo-mudo” e “surdo” na 2ª edição, mas que desapareceu logo em seguida, mantendo somente a nomenclatura “surdo-mudo” em 1900. As categorias em que os “surdos” se enquadram também se modificou ao longo das edições, passando de “Condições especiais e observações / Enfermidades aparentes” para “Graus de dificuldade / Deficiência”, passando pelos termos “Defeitos Physicos (apparentes)”; “Deficiência física”; e “Graus de dificuldade permanente (ou incapacidade) / Deficiência”.

Junto com essas mudanças, é possível observar também que a própria noção de Estado se modificou ao longo do tempo, pois o primeiro levantamento censitário ocorreu ainda no Brasil Império e ao longo do tempo diversos foram os modelos de Estado que o Brasil assumiu, além de diversas mudanças na Constituição ao longo dos anos. Com isso, e levando em consideração a relação entre Estado e estatística apontada por Memória (2004) e Ignácio (2010), nota-se como esses conceitos e concepções também foram se moldando às necessidades do Estado, contextualizados em seu tempo e espaço, principalmente no que tange ao social e político.

Sobre os levantamentos censitários, é importante reforçar que houve um intervalo em que essas categorias não foram quantificadas, nos levantamentos censitários dos anos de 1950 e 1980, em quatro edições dos censos decenais, estando presentes, nesse período, somente em quatro estatísticas do MEC (1974, 1981, 1987) e uma do suplemento sobre saúde na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (1981). Grande parte das mudanças de concepções sobre os surdos e sobre a que categoria eles pertenciam aconteceram nas últimas três edições dos levantamentos censitários, após a Lei nº 7.853/1989²⁸, que possui o seguinte artigo: “Art. 17. Serão incluídas no censo demográfico de 1990, e nos subsequentes, questões concernentes à problemática da pessoa portadora de deficiência, objetivando o conhecimento atualizado do número de pessoas portadoras de deficiência no País” (BRASIL, 1989). Sobre essa lei, é importante destacar que ela surgiu no contexto das lutas dos movimentos sociais das pessoas com deficiência (fim da década de 1970, e se estabeleceram em nível nacional

²⁷ Eram utilizadas também as nomenclaturas “surdos-mudos” e “surdo-mudez”.

²⁸ Essa lei foi regulamentada pelo Decreto nº 3.298/99 que prevê a criação do “Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência – SISDEF”. Todavia, tal sistema só foi oficialmente lançado pelo governo em 2022, mas já apresenta manifestações de apoio à sua manutenção e ampliação, segundo carta presente na própria página inicial do SISDEF.

durante a década de 1980) e após o Ano Internacional das Pessoas Deficientes – AIPD (1981) anunciado pela ONU.

Ainda assim, foram diversas as mudanças de concepção da surdez que ocorreram anteriormente ao período ausente, buscando manter um vínculo com outras questões médicas e biológicas. Uma breve descrição e detalhamento dos principais conceitos utilizados pode ser vista no documento “Recenseamento de 1920 – População do Rio de Janeiro (Districto Federal)” (BRASIL, 1923), em que é apresentada a forte influência dos encontros internacionais de estatística sobre as estatísticas estudadas no Brasil acerca *dos deficientes*. Igualmente importante foi o papel dos médicos nesse processo, como pode ser visto na passagem “Na sessão de 1909, realizada em Paris, o Instituto [Internacional de Estatística] lembrou a conveniencia de, nos recenseamentos da população, serem feitas indagações suplementares sobre os cegos, mediante um questionário especial, preenchido, se possível, por um médico” (BRASIL, 1923, p. 114).

Nesse documento também é duramente criticada a decisão de separar os surdos entre “surdos-mudos” e “surdos” na pesquisa censitária de 1890, apontando que:

Sem vantagem e mesmo em desacôrdo com as resoluções dos congressos de estatistica, separou o censo de 1890 em dous grupos os surdos e os surdos-mudos, discriminação desnecessaria e que, provavelmente, motivou o registro arbitrario dos mesmos defeitos phisicos num ou noutro grupo, como parecem indicar os algarismos censitarios. (BRASIL, 1923, p. 114).

Em minhas pesquisas, não localizei uma justificativa oficial para essa separação, todavia é possível verificar que tal separação conceitual continuava existindo para a Diretoria Geral de Estatística – DGE, como citada em outro documento, intitulado “Recenseamento de 1920 – População (População do Brazil por Estados e Municipios, segundo os defeitos phisicos, por idade, sexo e nacionalidade)” (BRASIL, 1928), em que, ao apontar a ausência de padronização e precisão na coleta dos dados sobre os *surdos-mudos*, é afirmado que a maneira como era feita a coleta permitia “o emprego improprio de aspas, confundindo na mesma especie um simples surdo com um individuo congenitamente surdo-mudo” (BRASIL, 1928, p. 6). Diante disso, mostra-se importante destacar a imprecisão dos conceitos sobre deficiência que existiam na época (MENDES, 2010) e a discussão sobre a diferença entre os “*surdos* (ou *surdos-não mudos*)” e os “*surdo-mudos*”, que já acontecia na Europa desde o século XIX (HERVOIS, 2015)²⁹.

²⁹ É possível observar influências dessas nomenclaturas nas análises do levantamento de 1920 (BRASIL, 1928), separando os “*surdos-mudos (congenitamente imperfeitos ou de nascença)*” dos

Além disso, mostra-se importante mencionar o exposto por Senra (2006b), de que tais discussões presentes no documento do “Recenseamento de 1920 – População do Rio de Janeiro (Districto Federal)” foram apresentadas no 1º Congresso Brasileiro de Eugenia em um artigo intitulado “Estatística dos Tarados³⁰ no Brazil” por Bulhões Carvalho, que na época comandava a Diretoria Geral de Estatística. Constata-se aí a existência de um interesse internacional nessas estatísticas, já discutidas antes mesmo do primeiro levantamento censitário no país, além de uma lógica clínico-normativa sobre essas pessoas, sendo até mesmo tratadas como estatísticas nosológicas, higiênicas e sanitárias (SENRA, 2006a). As afirmações de Mendes (2010) e Hervois (2015; 2021) corroboram essa ideia ao constatar o grande interesse médico que existia, no Brasil, desde o fim do século XIX, sobre as crianças com deficiência, numa perspectiva ligada ao movimento higienista (MENDES, 2010) e, na França, a influência dos movimentos higienistas nas ambições médicas em meados do século XIX sobre as estatísticas dos *enfermos*, na época chamada “*estatísticas médicas*” (HERVOIS, 2015; 2021).

Ainda assim, com o passar do tempo, as estatísticas no Brasil passaram a se limitar somente aos *céegos* e aos *surdos-mudos*³¹, conforme grafia da 4ª edição, que se iniciou em 1920, até a 5ª, que se iniciou em 1940, sendo esta última a primeira realizada pelo IBGE. Isso se deu, de acordo com a própria DGE (BRASIL, 1928), por ser a prática mais corrente em outros países, apresentando algumas *opiniões* que apontavam que estas eram as *enfermidades apparentes* mais importantes e porque os *asylos de alienados* (onde se encontravam outras *enfermidades apparentes*, como os *idiotas e cretinos*) eram capazes de fazer inquéritos mais precisos sobre as *varias especies de demencia* no que diz respeito aos *individuos anormaes e imperfeitos* (BRASIL, 1928).

Nesse período entre 1872 e 1940, é possível observar, como exposto por Camargo, Lima e Hirata (2021), que as estatísticas, enquanto objetos culturais, partiam das classificações e comparações que essas instituições públicas faziam sobre essas pessoas,

“*surdos (individuos simplesmente affectados da surdez adquirida, ou que perderam o uso da palavra)*”, e de 1940 (IBGE, 1950), que separaram entre “*surdos-mudos*” e “*surdos não mudos*”.

³⁰ *Tarados* era a forma que utilizavam para se referir aos *vagabundos*, mas neste documento prestava esclarecimentos sobre os *cegos, surdos-mudos, débeis mentais e atrasados, epilépticos, toxicômanos e alienados*.

³¹ Uma hipótese para este tratamento equiparável entre *céegos* e *surdos-mudos* pode ser vista no trabalho de Buton (2003), em que o autor comenta sobre a produção estatal da categoria “deficientes sensoriais”, em que inicialmente eram vistos enquanto “comparáveis” pelo fato de que eram concebidos tanto numa norma clínica-biológica, quanto numa norma educacional, pois, enquanto *defeito fisico*, eram classificados tanto pela ausência de um dos sentidos considerados essenciais ao desenvolvimento humano, quanto pela capacidade de serem educáveis, carecendo, no entanto, de *processos educacionais especiais* para aprender e se desenvolver.

compreendendo-se os contornos que historicamente foram assumidos como problema público (CAMARGO, 2022). Além disso, como comentam Camargo e Daniel (2021), esses contornos acabaram por criar posições de sujeitos, reescrevendo as linhas das divisões sociais dos agrupamentos nas categorias assumidas nas estatísticas oficiais, o que possibilita a leitura de que seus interesses são complementares ou combinados entre si.

Com a diminuição no número das questões do Censo, em 1950, decidiram por deixar de fora as questões que se referiam aos *defeitos físicos*, que só retornaram após a Constituição de 1988, representadas pelas categorias *deficiência física e mental*, no questionário de amostra do Censo de 1991. Para além da nova Constituição, que enfatiza a importância dos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, deve-se lembrar que esse período foi marcado por diversas lutas e conquistas, tanto dos movimentos surdos (LACERDA, 1998; FERNANDES; MOREIRA, 2014), quanto dos movimentos que buscavam estabelecer um modelo social da deficiência (PICCOLO, 2012). Tais movimentos tiveram grande importância para a instituição, em 1985, do Comitê Nacional para Educação Especial (MENDES, 2010; LANNA JÚNIOR, 2010), que possibilitou a instituição da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, CORDE, em 1986, e o envio do projeto de lei que deu origem a Lei nº 7.853/1989 (BRITO, 2013; LANNA JÚNIOR, 2010).

Sobre isso, destacam-se as mudanças realizadas nas questões referentes aos “surdos” nos Censos de 2000 e de 2010, pois nesse momento as questões deixaram de ser sobre “a surdez” e se tornaram sobre “o ouvir”, mais especificamente sobre a “*incapacidade / dificuldade (permanente) de ouvir*”, sem deixar de se referir à deficiência em si como categoria em que se encontra. Dois fatores essenciais para essas mudanças foram a Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde (CIF)³² e a criação do Grupo de Washington para Estatísticas sobre Pessoas com Deficiência (GW)³³, como parte da Comissão Estatística das Nações Unidas, além do apoio da CORDE sobre essas questões.

As contribuições da CIF vieram principalmente para revisar o entendimento até então apresentado pela *International Classification of Impairments, Disabilities, and Handicaps* (ICIDH), ambas pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Isso porque a ICIDH era considerada base do modelo individual da deficiência, marcando o paradigma médico³⁴ (PICCOLO, 2012). Depois de diversas críticas vindas das próprias pessoas com deficiência

³² Em inglês: *International Classification of Functioning, Disability and Health (ICF)*.

³³ Em inglês: *Washington Group on Disability Statistics (WG)*.

³⁴ Segundo Piccolo, a ICIDH partia da “concepção de que a deficiência resulta de um problema individual decorrente de uma lesão orgânica e produz um conseqüente desajuste na realização de uma atividade ou tarefa habitual” (2012, p. 72).

sobre a visão adotada sobre elas pela ICIDH, as revisões presentes na CIF buscaram incorporar o modelo social da deficiência, que mudava radicalmente como essas pessoas eram entendidas até então (PICCOLO, 2012).

Todavia, vale destacar que alguns autores do modelo social da deficiência, como Rodriguez-Diaz e Ferreira (2010), criticam o fato de a CIF manter o discurso médico como legítimo na definição da deficiência. Isso porque, segundo os autores, ainda se parte de uma concepção do saber médico especializado, que classifica um corpo individual pelo seu estado de saúde, estado esse que afeta seu desenvolvimento e sua vida cotidiana, sendo hierarquizado e regulado segundo uma norma orgânica – de um corpo considerado ilimitado, sem restrições e *eficiente* (RODRIGUEZ-DIAZ; FERREIRA, 2010).

Mesmo assim, diversas foram as mudanças que a CIF trouxe na compreensão sobre deficiência, modificando a maneira como ela foi quantificada nos Censos Demográficos de 2000 e 2010, incluindo também conceitos e termos referentes aos surdos. Em específico sobre o Censo de 2010, além da CIF, temos a influência do Grupo de Washington – GW, em atividade desde 2001.

Buscando seguir a concepção da CIF sobre deficiência, o GW tem como objetivo criar estatísticas sobre deficiência que sejam comparáveis em todo o mundo (WG, 2023). Para isso, apresenta modelos de questões (e suas traduções para diversas línguas³⁵) para pesquisas censitárias e de saúde. Assim, o GW afirma buscar maneiras de identificar o número de pessoas com deficiência a partir de uma escala de dificuldades de realizar atividades diárias, mas que tais questões não devem ser utilizadas para substituir o saber médico ou servir como diagnóstico.

Sobre a influência do GW nas questões sobre deficiência e surdez no Censo do IBGE, temos que o IBGE participa do grupo desde sua formação, sendo representante oficial do Brasil (IBGE, 2018). Desse modo, observa-se que as questões utilizadas pelo Censo de 2010 seguem os modelos de questões e as orientações de entrevista e análises do GW (IBGE, 2012; IBGE, 2018)³⁶. Tamanha a importância do GW sobre essas questões que o IBGE lançou a nota técnica 01/2018 (IBGE, 2018), realizando uma releitura dos dados do Censo 2010, seguindo uma nova recomendação do GW. Todavia, vale lembrar que tais questões têm por objetivo servirem de base comparativa internacionalmente, seguindo a conceituação proposta pela CIF, e que, ao fazerem uso somente dessas questões, corre-se o risco de deixar de fora

³⁵ Vale apontar que essas traduções não são feitas para nenhuma língua de sinais, somente para línguas orais-auditivas.

³⁶ Tais questões foram avaliadas em conjunto com os países do MERCOSUL (IBGE, 2012).

situações que possam ser relevantes ou necessárias, no cenário nacional, para as comunidades representadas nessas questões.

Outro dado importante que aparece no Censo de 2000 é a passagem da heterodeclaração para a autodeclaração (autoidentificação). Isso porque, até o Censo de 1991, as respostas das perguntas na categoria *Deficiência física* poderiam ser dadas por outra pessoa, inclusive o próprio recenseador. Desse modo, a partir do Censo de 2000, as perguntas da categoria *Deficiência* passaram a ser respondidas pelas próprias pessoas, não mais partindo de um julgamento externo sobre o respondente.

Importante pontuar que as reivindicações feitas pelas comunidades surdas, como as que ocorreram na década de 1990, não foram diretamente contempladas nos Censos de 2000 e 2010. Isso fica expresso tanto pela maneira como são representados, que se distancia do proposto por essas comunidades, quanto pela ausência da Libras no Censo de 2010 (seja pela não quantificação dela nas questões do Censo, pela ausência de manuais e treinamentos aos recenseadores voltados à essa comunidade linguística, ou pela não tradução dos questionários e das divulgações dos resultados em Libras), mesmo após seu reconhecimento legal em 2002. Por outro lado, mesmo com a ausência da Libras, o reconhecimento das línguas de sinais possibilitou que as línguas indígenas de sinais fossem contempladas nas estatísticas oficiais do IBGE de 2010.

Alguns possíveis motivos para que isso tenha acontecido pode ser tanto a intenção de manter a compreensão dos surdos enquanto pessoas com deficiência, que aparecem historicamente nessa categoria desde os primeiros levantamentos censitários no país, quanto a dificuldade de incorporar os surdos nas estatísticas oficiais pela sua dupla categorização (DE MEULDER, 2015; 2017a), levando em consideração o papel assumido pelos Censos para o Estado, apoiado na noção de *objetividade estatística*, comentada por Martin (2001).

4.3 REPRESENTAÇÃO DOS SURDOS E DA LIBRAS NAS ESTATÍSTICAS RECENTES DO IBGE

Dando sequência aos estudos deste capítulo, nesta seção apresento as principais menções feitas nas pesquisas e documentos mais recentes do IBGE, sobre os “surdos” e sobre a “Libras”. Para isso, e levando em consideração a extensão e complexidade dessas pesquisas, organizei os dados em quatro cenários para análise, baseados nas representações dos seguintes momentos dessas pesquisas: **a)** Questões e comentários sobre suas finalidades; **b)** Orientações aos recenseadores e relatos sobre entrevistas com surdos sinalizantes; **c)** Divulgações dos resultados; **d)** Presentes em outros momentos.

Para apresentação e análise dos cenários adotados, dividi esta seção em dois momentos, com base nas principais menções referentes às categorias de análise adotadas: **1.** Sinalizante ou Pessoa com Dificuldade Permanente de Ouvir: Menções à surdez e aos surdos; **2.** Língua ou Instrumento: Menções à Língua Brasileira de Sinais e a outras línguas de sinais. Dessa maneira, propõe-se focar em cada uma dessas categorias de maneira separada, para assim poder analisar a partir de quais compreensões/conceitos essas menções se baseiam.

De início, busquei identificar a missão do IBGE, para conseguir verificar como essa missão se traduz nos objetivos de suas pesquisas, além de usar como auxílio para refletir sobre as menções aos “surdos” e às “línguas de sinais (Libras)” nessas pesquisas. Desse modo, temos que o IBGE, fundado em 1934 (BRASIL, 1934),

tem como missão retratar o País, com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania, por meio da produção, da análise, da pesquisa e da disseminação de informações de natureza estatístico-demográfica, socioeconômica, geocientífica, geográfica, cartográfica, territorial, geodésica e ambiental” (BRASIL, 2022, *n. p.*).

Partindo disso, busquei identificar quais pesquisas estatísticas populacionais representavam os “surdos” ou as “línguas de sinais (Libras)” em pelo menos uma de suas questões, sendo encontradas questões em algumas edições de duas pesquisas: Censo Demográfico e Pesquisa Nacional de Saúde. Farei também uma breve apresentação de ambas as pesquisas para então retomar o estudo aqui proposto.

O Censo Demográfico, iniciado no fim do século XIX e realizado a cada dez anos, segundo o próprio site do IBGE, é assim apresentado:

O Censo Demográfico tem por objetivo contar os habitantes do território nacional, identificar suas características e revelar como vivem os brasileiros, produzindo informações imprescindíveis para a definição de políticas públicas e a tomada de decisões de investimentos da iniciativa privada ou de qualquer nível de governo. Também constitui a única fonte de referência sobre a situação de vida da população nos municípios e em seus recortes internos, como distritos, bairros e localidades, rurais ou urbanas, cujas realidades dependem de seus resultados para serem conhecidas e terem seus dados atualizados. (c2023c, *n. p.*).

A Pesquisa Nacional de Saúde – PNS, realizada nos anos de 2013 e 2019 pelo Ministério da Saúde em parceria com o IBGE, segundo o próprio site da PNS, tem como

[...] objetivo principal [de] produzir dados em âmbito nacional sobre a situação de saúde e os estilos de vida da população brasileira, bem como sobre a atenção à saúde, no que diz respeito ao acesso e uso dos serviços, às

ações preventivas, à continuidade dos cuidados e ao financiamento da assistência (c2021, *n. p.*).

Partindo dessas pesquisas, para identificar os documentos e as citações de interesse nesta seção, foram estudados diversos documentos sobre ambas as pesquisas, sendo eles: Questionários (ANEXOS J, K); Manuais (IBGE, 2021a; [2022]; 2022a); Livros de metodologia (IBGE, 2016), Publicações dos resultados (IBGE, 2012; IBGE; [MS], 2021); Vídeos (ENTREVISTA, 2020, IBGE, 2021b; 2022b) e; Reportagens (G1 PI, 2022; G1 RJ, 2022).

4.3.1 Sinalizante ou Pessoa com Dificuldade Permanente de Ouvir: Menções à Surdez e aos Surdos

Apresento aqui as menções à surdez e aos surdos nos documentos estudados nesta seção. Para isso, busquei organizar os dados no Quadro 6, a fim de facilitar a visualização e leitura dessas informações, organizados nos quatro cenários mencionados anteriormente.

Quadro 6: Menções à surdez e aos surdos nos documentos estudados, organizados em cenários para análise (continua)

Cenário	Documento	Citação/menção nos documentos
<p>a) Questões e comentários sobre suas finalidades</p>	<p>Questão usada para quantificar os surdos no Censo 2022 (ANEXO K)</p>	<p>Presente no Tema: “Pessoas com Deficiência”</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tem dificuldade permanente de ouvir, mesmo usando aparelhos auditivos? (2 anos ou mais de idade)
	<p>Questão usada para quantificar os surdos na PNS 2019 (ANEXO J)</p>	<p>Presentes no Módulo G: “Pessoas com Deficiência”</p> <ul style="list-style-type: none"> • ___ tem dificuldade permanente de ouvir [<i>mesmo usando aparelhos auditivos</i>]? (5 anos ou mais de idade) • ___ tem dificuldade permanente de ouvir sons como vozes ou música [<i>mesmo usando aparelhos auditivos</i>]? (2 a 4 anos de idade)
	<p>Outras questões referentes aos surdos na PNS 2019 (ANEXO J)</p>	<p>Presentes no Módulo G: “Pessoas com Deficiência”</p> <ul style="list-style-type: none"> • ___ usa aparelho auditivo ou outro aparelho de auxílio para ouvir melhor? > (<i>Especificando para cada aparelho em perguntas seguintes, mas no geral são: o aparelho auditivo, implante coclear, sistema FM ou outro, perguntando também se obteve pelo SUS - Todas para pessoas de 2 anos ou mais de idade</i>) • Sabe usar a Língua Brasileira de Sinais - Libras? (5 anos ou mais de idade)
	<p>Finalidade do Tema presente no Manual de Entrevista - Censo 2022 (IBGE, 2022a)</p>	<p>“A finalidade deste tema é conhecer o número de pessoas com deficiência na população, bem como o grau de severidade dessas deficiências. A partir desses dados, podem ser adotadas políticas públicas que promovam a inclusão social dessa parcela da população.”</p>
	<p>Finalidade do Módulo presente no Manual de Entrevista de Saúde - PNS 2019 (IBGE, 2021a)</p>	<p>“Este módulo tem como objetivo principal gerar indicador de pessoas com deficiência, além de abordar o uso de aparelhos de auxílio e a forma de obtenção desses aparelhos.”</p>
<p>b) Orientações aos recenseadores e relatos sobre entrevistas com surdos sinalizantes</p>	<p>Orientações aos recenseadores presentes no Manual de Entrevista - Censo 2022 (IBGE, 2022a)</p>	<p>“A investigação deste tema [Pessoas com Deficiência] requer que as perguntas sejam feitas uma a uma para cada morador com 2 (dois) anos ou mais de idade, seguidas das opções de resposta para o entrevistado, assinalando a quadrícula correspondente à declaração deste, sem nenhuma interpretação pessoal por parte do Recenseador.”</p> <p>“O Recenseador deve ler a pergunta até o final para que fique evidente que a medida do grau de dificuldades para a pessoa se dá mesmo com o uso de aparelhos, como óculos, bengalas etc.”</p>
	<p>Orientação aos recenseadores presente no Manual de Entrevista de Saúde - PNS 2019 (IBGE, 2021a)</p>	<p>“O módulo de pessoas com deficiência será realizado por todos os moradores de 2 anos ou mais de idade. Como está inserido no bloco do domicílio, é possível que um respondente único responda por todos os moradores. Entretanto, algumas questões possuem caráter muito pessoal, por se tratar de mensuração do grau de dificuldade de algumas atividades que a pessoa realiza. Sendo assim, sempre que possível, o ideal é que a própria pessoa responda sua parte.”</p>

Quadro 6: Menções à surdez e aos surdos nos documentos estudados, organizados em cenários para análise (continuação)

Cenário	Documento	Citação/menção nos documentos
<p>b) Orientações aos recenseadores e relatos sobre entrevistas com surdos sinalizantes</p>	<p>Orientação aos recenseadores presentes na parte de perguntas e respostas no site do Censo 2022 (IBGE, [2022])</p>	<p>Não há uma orientação específica para entrevistas com pessoas falantes da Libras, mas há a seguinte orientação para entrevistar <i>estrangeiros que não falam nem entendem português</i>:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Qual a orientação para os domicílios nos quais há moradores estrangeiros que não falam nem entendem português? <ul style="list-style-type: none"> ➢ O objetivo é sempre o de tentar fazer a entrevista. Caso seja impossível, deve-se assinalar o domicílio como "MORADOR AUSENTE", explicar a situação no campo de OBSERVAÇÕES e registrar o NÚMERO DE MORADORES.
	<p>Notícia sobre entrevista com intérprete de Libras (G1 RJ, 2022)</p>	<p>Título da reportagem: Censo inclusivo leva intérprete de Libras para casa de deficientes auditivos Notícia do G1 (em vídeo). A notícia conta a história de um morador que solicitou intérprete de Libras para que fosse possível responder o questionário. Além disso, a notícia também cita que o morador que entrou em contato pedindo para participar da entrevista, colocando a seguinte fala do entrevistado (interpretado pela intérprete para o português): “Eu tenho o direito, né, e eu entrei em contato e falei da importância da Libras”.</p>
	<p>Notícia sobre comunicação direto em Libras pela recenseadora (G1 PI, 2022)</p>	<p>Título da reportagem: Recenseadora do IBGE recorre à Libras em entrevista com moradora surda na Zona Rural de Teresina: 'quebrar barreira' Notícia do G1 (em texto). A notícia conta a história de uma recenseadora do IBGE que “recorreu à Libras” para entrevistar uma moradora. A notícia traz dois dados que considero relevantes para a pesquisa:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● A recenseadora não é fluente em Libras; ● A passagem contada pela própria recenseadora em entrevista ao G1: “A moça falou que não poderia responder porque era surda, então fiz um sinal pra ela, que compreendeu e disse que poderíamos entrar”.
<p>c) Divulgações dos resultados</p>	<p>Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência - Censo 2010 (IBGE, 2012)</p>	<p>Não fazem uma separação específica por “tipo de deficiência”, mas juntam com as análises gerais sobre a temática “deficiência”, descrevendo, em algumas análises, os tipos de deficiências nas tabelas apresentadas. De maneira geral, fazem uma apresentação em Distribuição espacial, seguindo de: Estrutura por idade e sexo; Alfabetização; Frequência escolar; Nível de instrução; Características de trabalho.</p>
	<p>PNS 2019 - Ciclos de Vida (IBGE; [MS], 2021)</p>	<p>Aqui apresentam os dados por: Total; <i>Sexo</i>; Cor ou Raça; Grupos de Idade; Classes de rendimento domiciliar <i>per capita</i>; Condição em relação à força de trabalho; Nível de instrução.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● De maneira geral, apontam: <ul style="list-style-type: none"> ➢ Pessoas com 60 anos ou mais constituía a maior parte das pessoas com <i>limitações auditivas</i>; ➢ Pessoas com deficiência auditiva estão majoritariamente fora do mercado de trabalho; ➢ O nível de escolaridade é similar à situação das pessoas com deficiência visual, ou seja, quanto maior o grau de escolaridade, menor a parcela de pessoas com deficiência auditiva compondo o grupo. <p>Além disso, eles também afirmam que entre as pessoas de 5 a 40 anos de idade, o percentual de <i>deficientes auditivos</i> que sabe Libras é 22,4%, sendo mais expressivo entre os que declararam não conseguir ouvir de forma alguma (61,3%).</p>

Quadro 6: Menções à surdez e aos surdos nos documentos estudados, organizados em cenários para análise (conclusão)

Cenário	Documento	Citação/menção nos documentos
c) Divulgações dos resultados	Informativo: Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais no Brasil (IBGE, 2022c)	Faz uso dos dados da PNS 2019, cruzando com alguns dados de outras pesquisas, sendo as principais: Pesquisa de Informações Básicas Municipais; Censo Escolar; Tribunal Superior Eleitoral; dentre outras. As análises feitas foram sobre: Características Gerais; Trabalho; Educação; Saúde; Participação e Gestão; Rendimento e Moradia.
d) Presentes em outros momentos	Post no portal IBGEeduca sobre o Censo (IBGE, 2022b)	Título da postagem: IBGEeduca lança vídeo em Libras sobre o Censo Realizado em parceria com a UERJ. Segundo o próprio vídeo, a intenção deste é “ampliar o conhecimento acerca da operação censitária, tornando-o acessível à população surda”.
	Vídeo no canal oficial do YouTube do IBGE (ENTREVISTA, 2019)	Título do vídeo: Entrevista em Libras: desafio marcante da pesquisa PNAD Covid19 do IBGE Único vídeo no canal oficial do Youtube do IBGE (que comenta sobre “Libras”). Trouxe este material por representar uma entrevista realizada com surdos publicado pelo próprio IBGE, mesmo não sendo sobre a PNS ou sobre o Censo. No vídeo é narrada uma tentativa de entrevista por parte do IBGE (realizada a partir de ligações e mensagens de áudio), e que receberam como resposta um vídeo em Libras de uma pessoa surda. Eles comentam no vídeo que a saída que encontraram para a realização da entrevista após <u>o surdo reforçar que gostaria de ser incluído na pesquisa</u> foi o trabalho em equipe.
<p>* Nas pesquisas da PNS, “pessoas com deficiência” representa um módulo da pesquisa (Módulo G). ** Destaques em negrito nas linhas das questões realizadas por mim. *** Em ambas as pesquisas a pessoa responsável por realizar a <i>entrevista</i> é intitulada <i>recenseador</i>. **** Nos documentos estudados, nenhum apresentou orientações específicas de entrevista para esse público. Mas há orientações sobre como realizar as perguntas da categoria “Pessoa com Deficiência”. ***** Como o Censo 2022 está em andamento, a linha “Representação em resultados” levou em consideração a última edição concluída, o Censo 2010.</p>		

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, adaptado dos documentos analisados neste capítulo (ANEXOS J, K; ENTREVISTA, 2020; IBGE, 2012; 2016; 2021a; 2021b; [2022]; 2022a; 2022b; IBGE; [MS], 2021; G1 PI, 2022; G1 RJ, 2022).

A partir da leitura dos dados presentes no Quadro 6, é possível observar que se manteve a influência internacional nas questões sobre “os surdos”, tanto na PNS 2019, quanto no Censo 2022, analisando-os na categoria “Pessoas com Deficiência”. Ambas as pesquisas afirmam seguir as concepções sobre as pessoas com deficiência a partir da CIF e fazem uso das questões do GW. Desse modo, as questões que buscam quantificar os “surdos” continuam a ser referentes ao “ouvir”, mais especificamente sobre a “dificuldade permanente de ouvir”, como nos Censos 2000 e 2010.

Sobre a PNS 2019, por ser uma pesquisa que visa desenhar o cenário da saúde do país, mostra-se relevante a discussão sobre os aparelhos que auxiliam a ouvir, principalmente

quando a compreensão do instrumento parte da lógica da deficiência, mas nada foi discutido sobre o cenário dos surdos enquanto minoria linguística, como por exemplo o acesso à saúde em línguas de sinais. Além disso, essa pesquisa se propôs a perguntar a todos os entrevistados se eles *sabiam usar a Libras*, apresentando uma realidade que pode ser vista e usada pelos surdos sinalizantes a seu favor em suas lutas e reivindicações. Todavia, este levantamento por si só não garante que haja uma compreensão adequada da Libras enquanto língua dos surdos sinalizantes do Brasil, ou que ela seja entendida de fato como língua, somente se apresentam dados sobre a quantidade de pessoas que declararam *saber usá-la*.

Outro aspecto importante a destacar é que ambas as pesquisas, mesmo mantendo as questões e orientações dos Censos anteriores, define-se “pessoas com deficiência” a partir do Estatuto da Pessoa com Deficiência de 2015. É possível, porém, observar que alguns entendimentos utilizados aí se distanciam do que foi proposto no estatuto como finalidade desse tema no Censo 2022, que é “conhecer o número de pessoas com deficiência na população, bem como o grau de severidade dessas deficiências” (2022), pois no estatuto se discute o *grau de autonomia de jovens e adultos com deficiência* (BRASIL, 2015), ao invés do *grau de severidade*.

Outra compreensão que aparece de maneira menos explícita é a relação de similaridade que se faz do nível de escolaridade dos surdos e dos cegos nos resultados da PNS 2019 (2021). Ao abordar os dados referentes à “deficiência auditiva”, recupera-se pontualmente a análise feita sobre o nível de escolarização das pessoas com deficiência visual para afirmar a similaridade entre ambos os processos. Trago essa afirmação tendo em vista que essa relação esteve explicitamente aparente nos levantamentos censitários do Brasil anteriores à ausência dos dados referentes aos “defeitos físicos”.

Desse modo, é possível constatar como diferentes percepções e negociações de significados sobre a surdez acabam sendo convertidas em quantidades, compondo o protocolo de objetividade dessas estatísticas (CAMARGO, 2022). Além disso, como esses sentidos continuam em disputa, no prisma da dupla categorização dos surdos, é possível observar uma certa refração nas maneiras de quantificar essas pessoas, mas ainda pouco evidente no que tange à compreensão deles enquanto comunidade linguística. Isso porque, como exposto por Camargo, Lima e Hirata (2021), mostra-se necessário um amplo repertório técnico-científico por essas agências para uma incorporação efetiva de novos temas em suas pesquisas, demandadas por atores econômicos e movimentos sociais.

Sobre isso, vale destacar que, para a elaboração dessas questões, não há menção sobre parcerias com instituições que representam os surdos enquanto minoria linguística³⁷, ou mesmo uma orientação clara sobre como realizar as entrevistas dessas pesquisas com surdos que se comunicam exclusivamente em Libras. Ademais, é possível observar que as poucas menções publicadas oficialmente pelo IBGE para os surdos em Libras são extremamente recentes, o que pode significar um possível começo de construção desse repertório técnico-científico, mas que ainda não se manifestou concretamente em suas pesquisas censitárias.

Além disso, ao se discutir brevemente as porcentagens de surdos que se comunicam em Libras com base em diferentes graus de dificuldade permanente de ouvir, principalmente entre diversas outras tecnologias de acessibilidade, mostra-se uma posição pautada na dupla categorização dessas pessoas. Com isso, torna-se possível tanto uma leitura de que os surdos usuários da Libras ainda estão estatisticamente invisíveis, ou que a fronteira entre eles e outros grupos que se identificam pela sua *dificuldade permanente de ouvir* se apaga, possibilitando o entendimento de que são uma mesma categoria, reforçando a compreensão de que suas reivindicações são as mesmas, ou que se somam (CAMARGO; DANIEL, 2021).

4.3.2 Língua ou Instrumento: Menções à Língua Brasileira de Sinais e a Outras Línguas de Sinais

Apresento aqui as menções à Língua Brasileira de Sinais e a outras línguas de sinais nos documentos estudados nesta seção. Para isso, busquei organizar os dados no Quadro 7, a fim de facilitar a visualização e leitura das informações, organizadas nos quatro cenários mencionados anteriormente. Quando as informações forem as mesmas do Quadro 6, irei apresentar a citação, mas o foco será somente nos comentários sobre as línguas de sinais.

³⁷ Ao buscar menções à “Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE” ou ao “Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES” nos livros de metodologia do Censo Demográfico de 1991, 2000 e 2010, foi possível observar a inclusão de ambos no de 2010, sendo o INES citado somente para realizar perícia de laudo médico, enquanto a CORDE recebeu destaque, afirmando que houve contato permanente e apresentando casos de solicitação de inclusões, modificações e exclusões de questões pela CORDE. Já no de 2010, o INES não é mencionado nenhuma vez e a CORDE, agora como “Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SNPD”, tem uma única menção ao citar o “Teste Cognitivo” realizado pelo IBGE em 2006, mas sem destacar alguma atividade realizada em conjunto, de fato, diferente do Grupo de Washington (GW) que recebeu especial destaque ao falar sobre essas questões. Em nenhum desses documentos foi citada a Feneis.

Quadro 7: Menções à Língua Brasileira de Sinais e a outras línguas de sinais nos documentos estudados, organizados em cenários para análise (continua)

Cenário	Documento	Citação/menção nos documentos
a) Questões e comentários sobre suas finalidades	Questão usada para quantificar os surdos no Censo 2022 (ANEXO K)	Ausente
	Questão usada para quantificar os surdos na PNS 2019 (ANEXO J)	Presentes no Módulo G: “Pessoas com Deficiência” ● Sabe usar a Língua Brasileira de Sinais - Libras? (5 anos ou mais de idade) ➤ Sim ou Não
	Objetivos presentes no Manual de Entrevista de Saúde - PNS 2019 (IBGE, 2021a)	<ul style="list-style-type: none"> ● <i>Objetivo dentro do Módulo:</i> “gerar indicador de pessoas com deficiência, além de abordar o uso de aparelhos de auxílio e a forma de obtenção desses aparelhos.” ● <i>Objetivo da questão:</i> “Conhecer o percentual da população de 5 anos ou mais de idade que sabe se comunicar por Libras, tendo ou não deficiência auditiva.”
b) Orientações aos recenseadores e relatos sobre entrevistas com surdos sinalizantes	Orientações aos recenseadores presentes no Manual de Entrevista de Saúde - PNS 2019 (IBGE, 2021a)	Nos documentos estudados, nenhum apresentou orientações específicas de entrevista em Libras. Mas há orientações sobre o que significa a Libras: “ LIBRAS é a sigla de Língua Brasileira de Sinais, um conjunto de formas gestuais utilizada por deficientes auditivos para a comunicação entre eles e outras pessoas, sejam elas surdas ou ouvintes. A língua brasileira de sinais não simboliza, portanto, a simples gestualização da língua portuguesa. A língua de sinais é um legítimo sistema linguístico, pois atende de forma eficaz às necessidades de comunicação entre os indivíduos surdos, os quais são capazes de expressar qualquer assunto de seu interesse ou conhecimento. Marque conforme o caso 1. Sim ou 2. Não ”
	Orientação aos recenseadores presentes na parte de perguntas e respostas no site do Censo 2022 (IBGE, [2022])	Não há uma orientação específica para entrevistas em Libras, mas há a orientação para entrevistar <i>estrangeiros que não falam nem entendem português</i> apresentada no Quadro 6. Não é mencionado o que fazer caso a pessoa seja falante de alguma língua de sinais.
Relatos de entrevistas em Libras	Notícia sobre entrevista com intérprete (G1 RJ, 2022)	Título da reportagem: Censo inclusivo leva intérprete de Libras para casa de deficientes auditivos Importante destacar que a entrevista ora colocava a intérprete enquanto alguém que “ajudava”, ora referia-se à Libras enquanto direito ao acesso aos meios de comunicação.
	Notícia sobre comunicação direto em Libras pela recenseadora (G1 PI, 2022)	Título da reportagem: Recenseadora do IBGE recorre à Libras em entrevista com moradora surda na Zona Rural de Teresina: 'quebrar barreira' Importante reforçar que a Libras apareceu enquanto maneira de se comunicar, mesmo com a falta de fluência da recenseadora.

Quadro 7: Menções à Língua Brasileira de Sinais e a outras línguas de sinais nos documentos estudados, organizados em cenários para análise (continuação)

Cenário	Documento	Citação/menção nos documentos
c) Divulgações dos resultados	PNS 2019 - Ciclos de Vida (IBGE; [MS], 2021)	Mesmo tendo coletado dados gerais sobre o uso da Libras, a única divulgação feita é a partir do recorte de pessoas com alguma dificuldade de ouvir que possuem entre 5 e 40 anos de idade, organizadas em uma única tabela. Além disso, se referem a Libras como meio de comunicação utilizado especialmente por quem <i>tem deficiência auditiva</i> . A justificativa apresentada para o recorte de idade é para excluir as pessoas que <i>apresentaram perda auditiva pela velhice, já sendo fluentes na sua língua materna</i> .
	Informativo: Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais no Brasil (IBGE, 2022c)	Neste informativo as políticas linguísticas são apresentadas como “políticas amigáveis às pessoas com deficiência auditiva”. Consideraram como <i>políticas amigáveis ter pessoal capacitado</i> para atendimento na sede do governo municipal, OU tradução de conteúdo em Libras (sem comentar como era feita essa tradução).
d) Presentes em outros momentos	Menções à Libras e outras línguas de sinais no Manual de Entrevista - Censo 2022 (IBGE, 2022a)	Existe uma citação a outras línguas de sinais e duas à Libras: <ul style="list-style-type: none"> ● Nas questões para pessoas que se declararem indígenas ao Censo, há uma pergunta sobre línguas faladas, e no manual há a seguinte passagem: <ul style="list-style-type: none"> ➢ “Considere também a Língua de Sinais Urubu-Ka’apor (LSUK) e outras línguas de sinais que sejam informadas.” ● Nas questões para pessoas que se declararem indígenas ao Censo, há uma pergunta sobre se fala português no domicílio e no manual há a seguinte passagem: <ul style="list-style-type: none"> ➢ “Considere também o uso da língua brasileira de sinais”. ● Nas questões gerais em que se pergunta se a pessoa sabe ler e escrever, há a seguinte passagem: <ul style="list-style-type: none"> ➢ “O uso da língua brasileira de sinais - LIBRAS não é considerado como saber ler e escrever”.
	Post no portal IBGEeduca sobre sinal do IBGE em Libras (IBGE, 2021b)	Título da postagem: Conheça o sinal do IBGE em Libras Interessante de ser apresentado aqui pela sua data de publicação, que é quase 20 anos após o reconhecimento legal da Libras.
	Post no portal IBGEeduca sobre o Censo (IBGE, 2022b)	Título da postagem: IBGEeduca lança vídeo em Libras sobre o Censo Realizado em parceria com a UERJ. Segundo o próprio vídeo, a intenção deste é “ampliar o conhecimento acerca da operação censitária, tornando-o acessível à população surda”.
	Vídeo no canal oficial do YouTube do IBGE (ENTREVISTA, 2019)	Título do vídeo: Entrevista em Libras: desafio marcante da pesquisa PNAD Covid19 do IBGE Interessante reforçar que a saída para “este desafio” foi o “trabalho em grupo”, sem mencionar nenhuma orientação explícita do IBGE ou o papel da Libras ou do intérprete no processo.

Quadro 7: Menções à Língua Brasileira de Sinais e a outras línguas de sinais nos documentos estudados, organizados em cenários para análise (conclusão)

- * Nas pesquisas da PNS, “pessoas com deficiência” representa um módulo da pesquisa (Módulo G).
- ** Destaques em negrito nas linhas das questões realizadas por mim.
- *** Em ambas as pesquisas a pessoa responsável por realizar a *entrevista* é intitulada *recenseador*.
- **** As menções da linha “Outras menções à Libras no Censo” também estão presentes no Censo 2010.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, adaptado dos documentos analisados neste capítulo (ANEXOS J, K; ENTREVISTA, 2020; IBGE, 2012; 2016; 2021a; 2021b; [2022]; 2022a; 2022b; IBGE; [MS], 2021; G1 PI, 2022; G1 RJ, 2022).

A partir da leitura dos dados presentes no Quadro 7, observa-se o aparecimento da questão que pretendia quantificar a porcentagem de pessoas que sabem usar a Libras na PNS 2019, mas que não manteve sua presença no Censo 2022. Todavia, vale destacar a diferença das proporções e dos objetivos de ambas as pesquisas, visto que o Censo é o único levantamento realmente censitário, ou seja, que passa por todos os domicílios do país e que tem por objetivo identificar as características do povo brasileiro e revelar como vivem. E, diferente do Censo, a PNS usa outra abordagem para a coleta de dados para a posterior análise estatística, não sendo uma pesquisa realizada em todos os domicílios do país. Além disso tem por objetivo produzir dados sobre a situação de saúde e estilos de vida da população.

Desse modo, mostra-se extremamente relevante imaginar e discutir a ausência desse levantamento na principal pesquisa utilizada para definição de políticas públicas, que é o Censo Demográfico, e sua visibilidade estatística em uma pesquisa de saúde, na categoria “Pessoas com Deficiência”, que visa gerar indicador de pessoas com deficiência e o *uso de aparelhos de auxílio*. Com isso, é possível observar a Libras sendo colocada lado a lado com diversos *aparelhos de auxílio*, como o *aparelho de auxílio para ouvir melhor*, ao longo dessa categoria no questionário, o que acaba por apagar as fronteiras entre a Libras e esses aparelhos, possibilitando a compreensão de que seus usos se somam ou são equivalentes, principalmente nas políticas públicas voltadas aos surdos. Reforço aqui que essa análise não busca negar a importância dos levantamentos estatísticos sobre tais aparelhos, mas sim reforçar a necessidade de uma conceituação mais precisa e coerente da Libras nessas pesquisas, para que essas fronteiras entre língua e *instrumento de auxílio* estejam mais bem delimitadas em levantamentos futuros.

Além disso, é possível observar indícios da dupla categorização da Libras nos documentos da PNS 2019, pois na apresentação das análises feitas sobre essa questão afirma-se que “A Libras é utilizada como meio de comunicação por uma parcela da população, em

especial às que têm deficiência auditiva” (IBGE; [MS], 2021, p. 40), enquanto no Manual de Entrevista de Saúde afirma-se que

A língua brasileira de sinais não simboliza, portanto, a simples gestualização da língua portuguesa. A língua de sinais é um legítimo sistema linguístico, pois atende de forma eficaz às necessidades de comunicação entre os indivíduos surdos, os quais são capazes de expressar qualquer assunto de seu interesse ou conhecimento. (IBGE, 2021a, p. 169).

Ou seja, ora o documento afirma que a Libras não simboliza uma gestualização do português e que possui um sistema linguístico utilizado pelos surdos, ora afirma que é um meio de comunicação utilizado por uma parcela da sociedade, em especial pelos que têm deficiência auditiva, reforçando esse papel duplo (DE MEULDER, 2015; 2017b) que essa língua adquire nesses documentos, tanto como língua dos surdos, quanto como meio de comunicação de uma parcela da sociedade.

Vale reforçar, também, que nenhuma das duas pesquisas possui uma versão em Libras ou uma orientação ao recenseador sobre como realizar as entrevistas em Libras. Mesmo nos casos em que alguma das entrevistas tenha sido realizada diretamente em Libras ou com a mediação de um intérprete, não temos a garantia de que os processos tradutórios tenham sido respeitados de maneira a garantir uma compreensão plena das questões pelos respondentes. Diversas foram as etapas de estudo e validação das perguntas utilizadas nessas pesquisas para garantir que, em português, elas respeitassem os protocolos de objetividade estatística e tivessem valor técnico-científico. Esse valor, todavia, parece ser deixado de lado nas menções encontradas nas entrevistas realizadas em Libras. As duas únicas informações em Libras divulgadas nas plataformas oficiais do IBGE são sobre o sinal do IBGE em Libras (2021b) e um vídeo em Libras sobre o Censo (2022b), ambos publicados no início de 2020, não existindo, até o momento da escrita desta dissertação, a divulgação dos resultados das pesquisas em Libras.

Sobre as menções no Censo de 2022, mesmo a Libras não sendo quantificada em sua pesquisa, é possível encontrar duas referências no Manual de Entrevista, que são feitas desde o Censo de 2010. A primeira menção é a orientação que acompanha a questão “Fala português no domicílio?”, pertencente à categoria “Identificação Étnico-Racial”, realizada após a pessoa se declarar indígena. A orientação feita ao recenseador é para que ele “Considere também o uso de língua brasileira de sinais” como resposta positiva nessa questão, ou seja, caso o entrevistado afirme que não se comunica em português no domicílio, mas sim em Libras, ele será contabilizado como uma pessoa que fala português em seu domicílio.

A segunda menção é outra orientação, agora referente à questão “Sabe ler e escrever?”, pertencente à categoria “Educação” e realizada a todos os respondentes de 5 anos ou mais de idade. A orientação feita é que o recenseador tenha em mente que “O uso da língua brasileira de sinais – LIBRAS **não é considerado como saber ler e escrever**” (destaque em negrito do original).

Isso reforça os achados de Lodi (2021) sobre o tratamento dado à Libras, tanto no seu tratamento como sinônimo do português, quanto na crença de que faltam elementos na Libras para que possa ser considerada uma língua completa, assim como o próprio português. Esse tratamento acontece, segundo a autora, pelo pouco reconhecimento social dado a Libras, que acaba por colocá-la em uma posição de instrumento, que tem como função possibilitar o alcance do português, que por sua vez é considerada a *única* língua que deve ser alcançada pelos surdos, já que a Libras deixa de ser suficiente por si só enquanto língua.

Ainda assim, é importante ressaltar que o reconhecimento legal da Libras em 2002 possibilitou a aparição das línguas indígenas de sinais nas questões sobre as línguas faladas pelas pessoas que se declaram indígenas ao Censo 2022 (presentes desde o Censo 2010). Desse modo, é possível colocar em diálogo as diferenças entre as menções feitas entre as línguas de sinais, pois são mencionadas em momentos diferentes das pesquisas do Censo, possivelmente porque, diferente da Libras, as línguas indígenas de sinais e seus falantes possuem um território próprio, específico de seus povos.

Ademais, outro documento que merece destaque é uma *live* publicada no canal oficial da Feneis no YouTube, intitulada “Quantos somos no Brasil” (FENEIS, 2023). Nesse vídeo, Máira Bonna Lenzi, uma pessoa surda oralizada que atua no Grupo de Trabalho "Pessoas com Deficiência" do IBGE, fez uma apresentação em Libras sobre os dados da PNS-2019. Esse material mereceu destaque especial por ser um registro oficial de comunicação entre representantes da Feneis e uma funcionária do IBGE, discutindo em Libras os dados sobre os surdos sinalizantes e sobre o uso da Libras, que foram coletados na última edição da Pesquisa Nacional de Saúde.

No vídeo, alguns aspectos relevantes foram abordados, como: a diferença entre pesquisa censitária e pesquisa amostral, destacando que a PNS não é uma pesquisa censitária; a importância do embasamento legal e técnico-conceitual para a realização das pesquisas do IBGE, reforçando a relevância da padronização internacional, principalmente pelos protocolos do Grupo de Washington (GW); e a importância do conceito de “Deficiência Auditiva – DA” para o IBGE como forma de padronização da terminologia e representação do grupo de

“pessoas com dificuldade permanente de ouvir” como um todo, incluindo os surdos sinalizantes.

Um aspecto de grande relevância, no meu modo de compreensão, foi a explicação da funcionária acerca da inclusão de perguntas sobre a Libras pela primeira vez pelo IBGE, justificando-se essa conquista como resultado da luta das comunidades surdas e da atuação que ela teve junto ao Grupo de Trabalho "Pessoas com Deficiência". Compreende-se que as questões e discussões presentes nos levantamentos estatísticos acerca dos surdos (especialmente os surdos sinalizantes) ao longo do tempo foram se ampliando, embora de forma lenta e quase exclusivamente pela perspectiva da deficiência. As principais inclusões e mudanças de concepção sobre a surdez e a língua de sinais nessas pesquisas resultaram das progressivas evoluções desses entendimentos em nível internacional, com destaque para a influência da ONU e da OMS através do GW e da CIF, bem como dos movimentos sociais ocorridos em âmbito nacional, como os que ganharam destaque no processo de redemocratização do país, principalmente o dos surdos e o das pessoas com deficiência.

Percebe-se, entretanto, que há um distanciamento das instituições representativas dos surdos junto aos instrumentos censitários e estatísticos de forma geral, talvez porque as lutas das comunidades surdas tenham se concentrado de forma mais acentuada no âmbito educacional. E por essa razão as conquistas mais recentes dos surdos, de fato, são observadas nas políticas educacionais e na legislação sobre o modo de organização da educação bilíngue de surdos. Talvez seja necessário, a essas instituições representativas, um olhar mais atento às pesquisas estatísticas e formas de lutar pelo “aparecimento” da Libras e dos surdos sinalizantes nessas pesquisas censitárias, como forma de assegurar a sintonia entre as suas principais reivindicações e as compreensões sobre esses conceitos pelo IBGE. Esses aspectos serão aprofundados no capítulo a seguir.

5 EXPLORANDO OUTRAS PERSPECTIVAS: INCLUSÃO DOS SURDOS E DA LIBRAS NOS CENSOS DEMOGRÁFICOS – UM DIÁLOGO INSPIRADO PELOS MOVIMENTOS DOS POVOS INDÍGENAS

Meu propósito neste capítulo é apresentar algumas possibilidades de caminhos para incorporar as principais reivindicações das comunidades surdas sinalizantes do Brasil nos levantamentos censitários realizados pelo IBGE. A partir das análises realizadas nos capítulos anteriores, foi possível constatar que as reivindicações atuais das comunidades surdas sinalizantes do Brasil (FENEIS, 1999; CAMPELLO *et al.*, 2012) dizem respeito à sua condição enquanto comunidade linguística, buscando maneiras de se reafirmar como tal no Brasil.

No entanto, quando olhamos a maneira como os surdos são representados nas estatísticas oficiais utilizadas pelo IBGE (IBGE, 2012, 2022c; ANEXO K), observamos que eles são historicamente quantificados pela perspectiva médico-biológica (HERVOIS, 2021; MENDES, 2010; SENRA, 2009), além de haver uma tendência de incorporar as principais concepções sobre as pessoas surdas a partir das propostas dos órgãos internacionais mais importantes (IBGE, 2018). Em outras palavras, nas estatísticas atuais, eles são classificados como pessoas com deficiência, e os objetivos centrais de seus dados são para fomentar a criação de políticas públicas que possibilitem uma maior acessibilidade a eles (IBGE, 2022a).

Portanto, mesmo com todos os avanços conquistados pela mobilização das comunidades surdas sinalizantes do Brasil, que historicamente tiveram como principais bandeiras a oficialização da Libras, o protagonismo surdo e a implementação da educação bilíngue de surdos (BRITO, 2013; FERNANDES; MOREIRA, 2014), ainda encontramos um cenário em que o instrumento essencial para representar a população brasileira e produzir dados para a criação e manutenção de políticas públicas ainda desconsidera suas condições linguístico-culturais nas questões voltadas ao público surdo. Desse modo, essas estatísticas ainda carecem de dados que possibilitem uma tomada de decisão pelo Estado, ou pelos próprios movimentos sociais surdos, coerentes com as principais reivindicações dessas comunidades.

Dois fatores que se mostram fundamentais para essa constatação são: o enfoque das reivindicações dos movimentos surdos até o presente momento, concentrado essencialmente nas questões linguístico-educacionais; as diretrizes internacionais seguidas pelo IBGE (como a CIF e as orientações do GW) e seus principais diálogos (com representantes da antiga CORDE) partilharem até então da compreensão de surdez enquanto deficiência. Não há

registros documentados ou oficiais de diálogos consistentes entre a Feneis e o IBGE para a elaboração ou reformulação de estatísticas das comunidades surdas sinalizantes no Brasil. No entanto, foi encontrado um vídeo de uma apresentação do IBGE, a convite da Feneis, divulgando os dados da PNS de 2019 (FENEIS, 2023). Essa apresentação não constituiu um diálogo contínuo para aprimorar as estatísticas das comunidades surdas sinalizantes, mas sim uma divulgação dos dados coletados.

Com base nessa constatação, apresento a seguir a importância dos movimentos sociais se apoderarem das estatísticas oficiais, apresentando como exemplo o ativismo estatístico dos povos indígenas, que conquistaram uma profunda mudança sobre sua forma de quantificação nas estatísticas oficiais do IBGE. Como o foco desta dissertação é a representação dos surdos enquanto minoria linguística nos levantamentos censitários, o enfoque dado será nos modos de mobilização desses movimentos como lutas estatativistas, para então encontrar as principais diferenças e similaridades entre suas conquistas, buscando apresentar possíveis motivos para isso. Quando necessário, serão feitas indicações de leituras que se aprofundem em tais acontecimentos. Para isso, retomarei alguns conceitos elaborados em capítulos anteriores para contextualizar o conceito de estatativismo que será abordado neste capítulo.

Conforme mencionado no Capítulo 4, as estatísticas desempenham um papel fundamental na construção do Estado como o entendemos hoje, uma vez que a criação e aperfeiçoamento de instrumentos e métodos para registrar quantitativamente informações sobre a população remonta à própria noção de Estado. Tal importância se apoia na ideia de *objetividade estatística*, que traz consigo as noções de autoridade científica e de imparcialidade técnica. Portanto, a construção e validação de conceitos e métodos, supostamente neutros, são de extrema importância nesse campo.

No entanto, é importante destacar que diversos movimentos sociais identificaram nesse processo de quantificação uma poderosa ferramenta para suas lutas e resistências. Dessa forma, possibilitou-se o surgimento de uma utilização alternativa das estatísticas, indo além das intenções do Estado, revelando desigualdades sociais e fortalecendo as reivindicações dos próprios movimentos sociais.

Para compreender e explorar esse uso outro das estatísticas, é relevante trabalhar o conceito de estatativismo a partir da abordagem teórica da sociologia da quantificação, destacando sua importância conceitual e ativista, para essa área, ao estudar as diferentes maneiras de resistir aos modos de quantificar que o Estado tem utilizado. Isso se dá, segundo Camargo, pela compreensão de que “a generalização da quantificação abre novas possibilidades de crítica à realidade e permite uma outra atitude em relação aos números

públicos: a de conferir visibilidade às desigualdades produzidas pelo capitalismo global” (2022, p. 8).

Para Bruno e Didier, criadores do neologismo “Estatativismo”, o termo foi cunhado principalmente “para explorar o campo dessas práticas militantes, usando a estatística como recurso de resistência” (2021, p. 85), o que possibilita conceber as estatísticas oficiais pelo “seu potencial para a transformação social, na medida em que essas ferramentas também nos permitem mobilizar críticas, denunciar desigualdades, definir e dar visibilidade a novos problemas, para que seja possível intervir sobre eles” (CAMARGO; DANIEL, 2021, p. 74). Tornam-se então possíveis, partindo dessa compreensão, diferentes maneiras de inventar e criticar novas estatísticas, principalmente pelas lutas e resistências dos movimentos sociais, que passam a se reapropriar de um poder emancipatório que é específico das estatísticas (DIDIER; BRUNO, 2021).

Sobre as possibilidades de intervenção nas estatísticas oficiais, Sujobert (2014) afirma ser possível que atores da sociedade pressionem uma reforma nas estatísticas públicas, possibilitando a inclusão de informações que são essenciais para os grupos sociais dos quais fazem parte. Isso é possível, segundo o autor, porque o estatativismo atua de muitas maneiras, inclusive transformando as próprias estatísticas públicas para que informem questões essenciais sobre os povos e as desigualdades sociais que vivenciam (SUJOBERT, 2014).

Algumas dessas diferentes maneiras que expressam o estatativismo podem ser vistas no trabalho de Camargo e Daniel, em que os autores afirmam que:

Por vezes, [o estatativismo] tomou a forma da militância a favor das estatísticas oficiais, levando em consideração aspectos da realidade até então negligenciados, denunciando as prioridades estabelecidas pelos regimes de medição, e destacando a relevância de elementos desprezados pelas práticas de quantificação. Em outros casos, procurou-se expor as contradições internas de um sistema estatístico ou expor os preconceitos em que este se baseia, para mostrar que as estatísticas não têm a neutralidade ou a imparcialidade que muitos pretendem. (2021, p. 69).

O mesmo se expressa nos comentários de Didier e Bruno sobre tais movimentos, em que os autores apresentam que

[...] alguns apontam os efeitos perversos insuspeitados das políticas públicas ou gerenciais. Outros apontam para a importância e relevância de elementos que não são levados em consideração pelas medidas quantitativas oficiais. Alguns permitem contar o que (ainda) não conta, outros, discutir o indiscutível. (2021, p. 101).

Além disso, a importância das parcerias acadêmicas e artísticas tem sido destacada por vários autores, como Loveman (2021), Didier e Bruno (2021), como um ponto crucial para o sucesso dos movimentos estatativistas, visto que tais parcerias desempenham um papel significativo nas propostas e reivindicações desses movimentos. Loveman (2021) ressalta também a relevância do apoio de organizações internacionais e acadêmicos com *expertise* comparativa internacional para as lutas estatativistas dos povos indígenas da América Latina.

Dessa forma, temos os movimentos estatativistas como uma abordagem fundamental para a luta dos movimentos sociais em busca de uma visibilidade estatística, que tomam as estatísticas como forma de resistência a partir do seu potencial para a transformação social. Diversas podem ser as intervenções nas estatísticas oficiais por esses movimentos. Para alcançar uma reforma nas maneiras de quantificar os grupos sociais, mostra-se imprescindível uma rede de parcerias entre os movimentos e outros segmentos da sociedade, como os acadêmicos e os artistas. É possível, portanto, através das perspectivas proporcionadas pela sociologia da quantificação, conforme discutido por Camargo, Lima e Hirata (2021), a inclusão de novos temas nas agendas políticas, bem como uma ampliação da legitimidade sociopolítica, sem comprometer a credibilidade técnico-científica.

5.1 MOVIMENTOS SOCIAIS E SUAS CONQUISTAS NOS LEVANTAMENTOS CENSITÁRIOS DO BRASIL – O CASO DOS POVOS INDÍGENAS

Dando sequência aos estudos deste capítulo, nesta seção apresento, resumidamente, um exemplo de ativismo estatístico que tem acontecido no Brasil nas últimas décadas, protagonizado pelos povos indígenas. Esse movimento continua em profundo contato com o IBGE e já conquistou profundas mudanças sobre como são quantificados em suas estatísticas oficiais. Mesmo que o caminho por eles trilhado tenha sido a partir de outra categoria utilizada pelo instituto, “*cor/raça*”, suas conquistas permitiram a inclusão de perguntas específicas sobre suas línguas e etnias (para respondentes que declararam ser indígenas), além da elaboração de questionários específicos para os povos indígenas residentes em *territórios indígenas*.

Minha área de atuação e pesquisa foge dos estudos dos povos indígenas e suas línguas, assim, minhas considerações neste capítulo serão sobre os principais marcos encontrados em trabalhos acadêmicos desenvolvidos por pesquisadores que apontaram, de alguma maneira, os percursos desses movimentos estatativistas e as conquistas alcançadas nos diálogos com o IBGE. Faço esse levantamento para que seja possível, ao observar tal percurso, encontrar as principais diferenças e similaridades alcançadas nos modos como são quantificados os surdos

e os indígenas nas estatísticas oficiais, buscando relações entre seus movimentos sociais para identificar caminhos possíveis que apoiem o fortalecimento de um estatativismo surdo brasileiro.

Para isso, e levando em consideração o objetivo desta dissertação e as limitações impostas para este capítulo, compilei no Quadro 8 os principais acontecimentos, ao longo das décadas, que contextualizaram ou influenciaram de algum modo as mobilizações dos movimentos sociais dos povos indígenas nas lutas estatativistas. Mantive a nomenclatura *indígena* principalmente por ser a variável utilizada pelo IBGE, e também por ser a mais encontrada e adotada nas literaturas estudadas. Todavia, reforço que esse conceito ainda é amplamente estudado e debatido, aparecendo outras nomenclaturas ao longo dos estudos realizados, como a de *pan-indígena* e a de *povos originários*. Esse estudo foi feito com base em trabalhos acadêmicos que apresentam um contexto histórico das mobilizações dos povos indígenas e suas reivindicações frente às estatísticas oficiais do Estado (GUIRAU; SILVA, 2013; LOVEMAN, 2021; MUNDURUKU, 2012; RAMOS, 1999; RODRIGUES, 2005; SANTOS *et al.*, 2019; SANTOS; GUIMARÃES; SIMONI, 2023; TROQUEZ, 2012) e de documentos institucionais do IBGE que apresentem reflexos de mudanças nas formas como quantificam os indígenas (IBGE, 2003; 2016; [2022]; 2022a; c2023a).

Quadro 8: Principais marcos, organizados por décadas, que contextualizam ou influenciaram os movimentos sociais dos povos indígenas nas lutas estatativistas (continua)

Período	Acontecimentos
Década de 1910-1960:	<ul style="list-style-type: none"> ● Criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) como o primeiro órgão governamental voltado para as populações indígenas - Responsável também pelas estatísticas sobre os povos indígenas; ● Missão do SPI de "emancipar" a população indígena e assimilá-la para contribuir com o desenvolvimento do país; ● Políticas assimilacionistas e a falta de divulgação de estatísticas pelo SPI - Uso das estatísticas oficiais para fins de políticas assimilacionistas. ● População indígena considerada "relativamente incapaz" e sob tutela legal do Estado.
Década de 1960-1980:	<ul style="list-style-type: none"> ● Durante a Ditadura Militar, a tutela foi usada para reprimir líderes indígenas que denunciavam abusos contra seus povos; ● Fechamento do SPI e criação da FUNAI (1967) pelo governo, transferindo as responsabilidades para este novo órgão; ● Darcy Ribeiro e a análise dos dados não divulgados da SPI; ● Organizações da sociedade civil iniciaram levantamentos demográficos (externos aos do IBGE) das populações indígenas para comprovar sua existência e influenciar na garantia de direitos, especialmente o direito à terra.
Década de 1980:	<ul style="list-style-type: none"> ● Criação da União das Nações Indígenas (UNI) - fortalecimento do movimento social dos povos indígenas - impulsionados pelo contexto de redemocratização do país; ● Missões religiosas ("Conselho Indigenista Missionário" - CIMI) como fontes históricas de dados populacionais indígenas (publicação em 1982); ● Levantamentos mostraram que a população indígena não estava à beira do desaparecimento e estava crescendo, desafiando as políticas assimilacionistas; ● A "virada demográfica" dos povos indígenas se tornou um fato central na luta contra as políticas assimilacionistas e de extermínio; ● Movimentos sociais, instituições religiosas, lideranças indígenas e pesquisadores acadêmicos, principalmente demógrafos e antropólogos, se envolveram nos debates sobre a população indígena no Brasil, sua dinâmica populacional e a necessidade de revisão das políticas governamentais; ● A Constituição Federal de 1988 adotou uma nova concepção sobre os povos indígenas, rompendo com a abordagem anteriormente adotada - Mudança na abordagem estatal, passando de tutela para uma abordagem multiculturalista.
Década de 1990:	<ul style="list-style-type: none"> ● O Censo de 1991 foi o primeiro a utilizar "indígena" na categoria "cor/raça" (no questionário de amostra), resultado de debates políticos no Brasil e diretrizes internacionais; ● Observou-se a necessidade de continuar melhorando a coleta de dados sobre a população indígena nos Censos Demográficos; ● Avanços na identificação e demarcação de Terras Indígenas pela FUNAI.
Década de 2000:	<ul style="list-style-type: none"> ● O Censo Demográfico de 2000 se consolidou como a maior fonte de informação sobre a população indígena, incluindo aqueles que vivem em áreas urbanas; ● Questão sobre "cor/raça" agora era por autodeclaração; ● Os dados do Censo de 2000 apontaram que houve um aumento no número de indígenas nas áreas urbanas; ● Promulgação, pelo Decreto 5.051/2008, da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata de direitos fundamentais dos indígenas ou tribais; ● Conferências internacionais sobre as estatísticas relacionadas à categoria "cor/raça" com a participação de indígenas e afrodescendentes, patrocinados pela Organização das Nações Unidas - ONU; ● Estudos e cooperação entre o IBGE, FUNAI e outros órgãos para aprimorar a metodologia de coleta e distribuição de dados. ● O IBGE publicou um livro analisando tendências demográficas e fornecendo análises específicas da população indígena autodeclarada.

Quadro 8: Principais marcos, organizados por décadas, que contextualizam ou influenciaram os movimentos sociais dos povos indígenas nas lutas estatativistas (conclusão)

Período	Acontecimentos
Década de 2010:	<ul style="list-style-type: none"> ● O Censo Demográfico de 2010 atendeu diversas recomendações internacionais, como: <ul style="list-style-type: none"> ○ Inclusão da pergunta sobre “<i>cor/raça</i>” no questionário básico; ○ Inclusão de perguntas adicionais aos que se declararam “indígena” na pergunta sobre “<i>cor/raça</i>”, sobre “etnia ou povo pertencente” e “línguas faladas em casa”; ○ Avanço tecnológico (uso de questionário eletrônico - PDA) permitiu a inclusão de perguntas adicionais, ou de alternativas adicionais, quando o recenseador estivesse em Terra Indígena; ○ Houve a possibilidade de realização da entrevista com o recenseador mediada por intérpretes (reconhecimento linguístico), mediante solicitação prévia, caso contrário era feita em português.
Alguns desafios que continuam:	<ul style="list-style-type: none"> ● Existência de poucos demógrafos indígenas no país; ● Escolha de somente uma categoria no quesito “<i>cor/raça</i>” em um país que adotou durante séculos uma política de miscigenação; ● A identificação da população indígena nos centros urbanos e fora das Terras Indígenas.

Fonte: Quadro elaborado pelo pesquisador, adaptado de trabalhos acadêmicos (GUIRAU; SILVA, 2013; LOVEMAN, 2021; MUNDURUKU, 2012; RAMOS, 1999; RODRIGUES, 2005; SANTOS *et al.*, 2019; SANTOS; GUIMARÃES; SIMONI, 2023; TROQUEZ, 2012) e documentos do IBGE (IBGE, 2003; 2016; [2022]; 2022a; c2023a).

Antes de me aprofundar nas análises realizadas a partir dos dados apresentados no Quadro 8, destaco novamente aqui que esse breve contexto apresentado dos movimentos sociais dos povos indígenas e as conquistas alcançadas no âmbito de suas representações estatísticas não têm como objetivo aprofundar a complexidade histórica e política desses movimentos, muito menos equiparar suas lutas e reivindicações às dos movimentos sociais dos surdos sinalizantes do Brasil. Esse breve histórico foi elaborado tanto para mostrar aos leitores a trajetória e contextualização dos movimentos estatativistas dos povos indígenas, como também para facilitar o processo de identificação de possíveis motivações para as mudanças adotadas nas representações sobre os indígenas nos levantamentos censitários brasileiros, sem, contudo, englobar a totalidade dessas lutas, que envolvem diferentes atores políticos e econômicos, além de um longo contexto de políticas de extermínio desses povos presente em nosso país.

Ao analisar o recorte apresentado sobre as lutas estatativistas dos povos indígenas, pela leitura do Quadro 8, e sobre os movimentos sociais dos surdos sinalizantes, presentes nos Capítulos 3 e 4 desta dissertação, é possível identificar tanto conquistas compartilhadas quanto diferenças significativas em relação aos modos como foram historicamente quantificados. Também se identificam as reformas que alcançaram nas estatísticas censitárias e os desafios político-identitários que enfrentaram nestas últimas décadas. Ambos os movimentos possuem uma história de políticas assimilacionistas e, ao longo das últimas

décadas, contaram com o apoio de acadêmicos, políticas internacionais e mobilizações internas para avançar nas conquistas de direitos e visibilidade (BRITO, 2013; RAMOS, 1999; TROQUEZ, 2012). No entanto, há aspectos específicos que marcaram cada um dos movimentos, influenciando suas trajetórias e conquistas no campo de suas representações estatísticas.

Ambos os movimentos foram impulsionados por uma série de fatores em comum. Em primeiro lugar, os movimentos sociais dos povos indígenas e dos surdos puderam contar com o apoio de acadêmicos que contribuíram com estudos e pesquisas fundamentais para embasar suas reivindicações. A produção acadêmica tornou-se uma ferramenta crucial para demonstrar a importância da preservação das culturas indígenas (SANTOS *et al.*, 2019) e para afirmar a língua de sinais como uma língua legítima e reconhecida (BRITO, 2013).

Além disso, os movimentos sociais em questão encontraram respaldo em políticas internacionais voltadas para a promoção dos direitos humanos. A partir da década de 1960, as políticas internacionais voltadas para os direitos dos povos indígenas proporcionaram uma base legal e moral para os movimentos indígenas (MUNDURUKU, 2012). De forma semelhante, a partir da década de 1980, as políticas internacionais possibilitaram uma maior visibilidade aos movimentos sociais das pessoas com deficiência (MENDES, 2010), que propiciaram o surgimento de um movimento social surdo e sua busca por reconhecimento, principalmente linguístico-identitário (BRITO, 2013).

Junto a isso, o contexto de redemocratização do país, na década de 1980, favoreceu uma série de fatores para a mobilização desses movimentos sociais (RODRIGUES, 2005; BRITO, 2013), o que possibilitou: um olhar mais atento a essas comunidades, a inclusão delas no Censo Demográfico de 1991 e a autodeclaração no Censo de 2000 (IBGE, 2016; GUIRAU; SILVA, 2013; SANTOS; GUIMARÃES; SIMONI, 2023; SANTOS *et al.*, 2019). Isso se deu em um contexto de nova Constituição Federal e pela pressão e parcerias do IBGE com órgãos que buscavam representá-los e proporcionar-lhes uma visibilidade estatística. A autodeclaração é um marco importante, pois é a partir dela que os próprios sujeitos passam a falar sobre si e sobre suas identidades, e não mais classificados por critérios externos ou por outras pessoas.

Apesar das similaridades, existem diferenças significativas nas conquistas dos movimentos sociais dos povos indígenas e dos surdos nos levantamentos censitários. Um aspecto central diz respeito à “virada demográfica” que os povos indígenas usaram como bandeira em suas lutas na década de 1980 (SANTOS *et al.*, 2019). Isso foi possível principalmente pelos usos que estavam sendo feitos das estatísticas oficiais e externas ao

IBGE e pelo envolvimento de demógrafos nas lutas dos povos indígenas. Com isso, foi possível impulsionar as reivindicações desses povos que alcançaram, na Constituição de 1988, o rompimento da visão assimilacionista desses povos, adotando uma visão multiculturalista (RODRIGUES, 2005; SANTOS *et al.*, 2019). Além disso, também possibilitou um olhar atento sobre esse movimento, bem como sobre as inclusões que estavam sendo feitas nas estatísticas do IBGE (LOVEMAN, 2021; SANTOS; GUIMARÃES; SIMONI, 2023).

Diante desse cenário, um acontecimento que merece destaque nesta dissertação é o problema encontrado após a divulgação dos dados de “*cor/raça*” do Censo de 2000, que passaram a ser respondidas por autodeclaração no questionário de amostra. Essa alteração evidenciou uma nova situação até então estatisticamente invisível nas pesquisas censitárias, a dos “indígenas que residiam fora dos *territórios indígenas*” (GUIRAU; SILVA, 2013; SANTOS *et al.*, 2019). Isso porque, no Censo de 1991, o *território indígena* ainda era um indicador muito presente para a classificação de uma pessoa como *indígena* nessa categoria. Desse modo, mostrou-se necessário repensar como as pesquisas censitárias iriam quantificar esse grupo social que se tornara estatisticamente visível, dada a nova configuração que essa categoria ganhou, quando se retirou a importância atribuída ao “*território (ou aldeamento)*”, passando a dar prioridade à autoidentificação de cada respondente.

Para resolver esse novo problema que se apresentava, os movimentos sociais dos povos indígenas contaram com o apoio da ONU para a realização de palestras e conferências internacionais, junto aos movimentos de povos indígenas de outros países da América Latina, para se discutir questões referentes a políticas públicas e às pesquisas censitárias de seus países, incluindo os usos das estatísticas oficiais e as modificações necessárias para possibilitar uma melhor representação da realidade dos povos indígenas (LOVEMAN, 2021), inclusive dos que residiam fora das terras indígenas. Diversas foram as conquistas alcançadas junto ao IBGE a partir desses encontros, como a inclusão das questões sobre “*cor/raça*” no questionário básico, que possibilitou coletar informações mais precisas sobre os indígenas que viviam em territórios urbanos, de questões adicionais para pessoas que se declarassem indígenas, coletando dados sobre suas línguas, inclusive das línguas indígenas de sinais, de suas etnias, e se faziam uso do português, além de questões e opções adicionais em *território indígena* (IBGE, 2016; LOVEMAN, 2021; SANTOS *et al.*, 2019).

Outra diferença que merece destaque diz respeito às parcerias feitas para as criações e reformulações das categorias “*deficiência*” e “*cor/raça*”. Enquanto os povos indígenas contaram com parcerias entre o instituto e representações dos movimentos indígenas para o levantamento de informações mais precisas, os surdos tiveram menos apoio institucional

direto, sendo representados principalmente por órgãos que partilham da concepção da surdez pela noção de deficiência (IBGE, 2003; 2016; [2022]; LOVEMAN, 2021; SANTOS *et al.*, 2019).

Os movimentos sociais dos povos indígenas e dos surdos apresentam conquistas e desafios que refletem a complexidade e a diversidade das lutas por direitos e reconhecimento. Apesar das diferenças nas trajetórias, ambos os movimentos têm buscado a valorização de suas identidades culturais e a preservação de suas línguas, mesmo fora de seus *territórios*. As conquistas alcançadas até o momento são fruto de um esforço conjunto de mobilização social, apoio acadêmico e respaldo internacional. Vale ressaltar que as conquistas alcançadas pelos povos indígenas continuam sendo pauta de lutas, principalmente para fazer valer seus direitos que constantemente são colocados em ameaça.

Ao observar o movimento estatativista dos povos indígenas e os usos estratégicos que fizeram das estatísticas oficiais e não oficiais, que resultaram nos achados da “virada demográfica”, constata-se um marco crucial na luta desses povos. Isso porque houve um uso outro das estatísticas pelos movimentos sociais dos povos indígenas a partir de seu potencial para a transformação social (BRUNO; DIDIER, 2021; CAMARGO; DANIEL, 2021), o que possibilitou um rompimento com a concepção anteriormente adotada no país. Além disso, o apoio de órgãos internacionais e as comunicações com o IBGE foram essenciais para a manutenção dessas estatísticas, consonantes aos achados de Loveman (2021), sobre a importância de parcerias acadêmicas nas lutas estatativistas, e de Sujobert (2014), que apontam caminhos a partir do estatativismo para a inclusão de informações essenciais para um determinado grupo social nas estatísticas oficiais.

Tais achados possibilitam um olhar outro às pesquisas censitárias, que podem ser aliadas desses povos em suas lutas e reivindicações, servindo como argumentação para o rompimento da perspectiva clínico-normativa sobre os surdos sinalizantes e da perspectiva instrumental sobre a Libras. Além disso, para que seja possível uma reforma nas estatísticas censitárias, é essencial que sejam feitas parcerias nacionais e internacionais com acadêmicos e órgãos internacionais voltados para a criação e manutenção de estatísticas que levem em consideração a surdez pela óptica socioantropológica, além de diálogos entre as representações de surdos, como a Feneis e a Federação Mundial de Surdos – WFD, e o IBGE.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS – CAMINHOS PARA COLOCAR A LIBRAS NO MAPA DO BRASIL

Com este trabalho, busquei identificar como os surdos sinalizantes são quantificados nas estatísticas oficiais do IBGE, construindo caminhos possíveis para um diálogo que permita a inclusão das reivindicações dos movimentos sociais surdos nos levantamentos censitários do Brasil. Esse percurso possibilitou uma visão histórica sobre a produção dessas estatísticas, assim como uma análise detalhada sobre como a Libras e os surdos brasileiros são representados nas pesquisas censitárias. Essa análise foi possível principalmente pelo compromisso de transparência e divulgação assumido pelo IBGE, o que permitiu um olhar atento e detalhado a esses documentos, que contam uma história que merece ser resgatada e recontada, a fim de abrir caminhos para novas direções, compreendendo os motivos que levaram até o presente momento.

Ao analisar os documentos produzidos pelo IBGE e a história dos movimentos sociais surdos, juntamente com suas principais reivindicações linguísticas e educacionais ao longo das últimas décadas, notamos o papel fundamental desempenhado pelo movimento social das pessoas com deficiência, que propiciou o surgimento do protagonismo surdo em suas lutas, bem como a inclusão de dados essenciais sobre eles nas pesquisas censitárias do IBGE, nas quais, atualmente, a quantificação dos surdos é realizada com base na autodeclaração dos respondentes pelos seus graus de “(dificuldade permanente de) ouvir”. Essas conquistas não foram espontâneas, foram resultantes das lutas e reivindicações de movimentos nacionais e internacionais. Entretanto, outras questões essenciais à comunidade surda, como o próprio reconhecimento e uso da Libras, ainda não aparecem de forma explícita e alinhadas com as reivindicações dessa comunidade. Desse modo, é possível constatar, como afirma De Meulder (2015; 2017b), o papel que a dupla categorização dos surdos sinalizantes acaba por assumir em sua conceituação, tanto enquanto pessoa com deficiência, quanto enquanto membro de uma comunidade que é minoria linguística, impactando também o próprio entendimento sobre a Libras, que ora é representada enquanto língua dessa comunidade, ora enquanto instrumento de acessibilidade, ora como ambas.

Nesse sentido, foi possível perceber uma primeira tentativa de incorporar questões relacionadas à Libras na edição de 2019 da Pesquisa Nacional de Saúde, uma conquista significativa para a comunidade surda, a qual possibilitou um primeiro olhar sobre como e o que se foi perguntado sobre essa língua de sinais. No entanto, ao refletir sobre essas descobertas, observa-se que tais dados não receberam o destaque que mereciam e enfrentaram inúmeras dificuldades, especialmente conceituais, o que equiparou o entendimento da Libras a

dispositivos de acessibilidade, quase como um instrumento desprovido de caráter linguístico. Isso representa um avanço, mas ainda demanda ajustes conceituais e metodológicos para ser aplicado de forma a melhorar a representação do uso dessa língua pelas suas comunidades linguísticas. Além disso, também foi possível observar uma ausência de diretivas para garantir a acessibilidade em diversas etapas do Censo Demográfico, em especial para os surdos sinalizantes, tanto na divulgação sobre o Censo e de seus resultados, como também nos processos de coleta de dados e das entrevistas realizadas.

Nesse contexto, é importante ressaltar a necessidade de os próprios movimentos sociais surdos desempenharem um papel fundamental na intensificação do diálogo com o IBGE. Como esses dados são essenciais para essas comunidades, é extremamente importante que a comunidade surda tome essas estatísticas pelo seu poder de transformação social, abrindo novos horizontes para as lutas surdas. Para isso, constatamos a importância de parcerias com acadêmicos, principalmente de linguistas, antropólogos e demógrafos, e de apoio de instituições internacionais, como a ONU e a WFD, a fim de tornar possível uma visibilidade estatística que incorpore as questões dessas comunidades surdas.

Como sugestão, considero que a inclusão de uma pergunta sobre a Libras no Censo Demográfico não precise ser separada da variável *dificuldade permanente de ouvir*, podendo ser uma extensão apresentada aos que se autodeclararem com *muita* ou *extrema dificuldade de ouvir*, de modo similar ao que já acontece nas questões específicas para pessoas em *territórios indígenas* ou que se autodeclararam indígenas nas questões sobre Raça/Etnia. Desse modo, mesmo mantendo essa relação entre a “dificuldade permanente de ouvir” e o “uso da Libras”, temos que essa dupla categorização do surdo sinalizante não é um problema por si só, como afirma De Meulder (2017a). Todavia, para que isso seja possível, mostra-se necessária uma conceituação sobre a surdez, a Libras e o surdo sinalizante que respeite suas características linguísticas, marca das principais reivindicações dessa comunidade, sendo que tais características já possuem entendimento legal, linguístico e científico bem consolidadas e podem ser incorporadas no arcabouço técnico-científico do IBGE em suas pesquisas futuras.

Dessa forma, espera-se que as sugestões apresentadas neste trabalho contribuam para o fortalecimento dos movimentos sociais surdos, principalmente no que diz respeito aos seus usos das estatísticas oficiais, de modo a fortalecer suas reivindicações e viabilizar a implementação e fiscalização das políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos linguísticos das comunidades surdas. Além da inclusão de questões sobre o uso da Libras nas pesquisas do IBGE, conforme sugerido neste trabalho, também é necessário considerar que as compreensões sobre essa língua e sobre os próprios surdos sinalizantes incorporem as

perspectivas socioantropológicas em suas abordagens para quantificar essa comunidade linguística.

Isso se mostra possível ao observar o percurso trilhado pelos ativismos estatísticos dos movimentos sociais dos povos indígenas, que se apropriaram das estatísticas censitárias oficiais e não oficiais em suas reivindicações, possibilitando um olhar atento, nos métodos do IBGE, sobre os indígenas e suas línguas fora de seus territórios específicos. Não questionamos aqui a importância do conceito de território nas reivindicações dos povos indígenas ou no próprio IBGE, em suas pesquisas, mas sim a possibilidade de adotar uma perspectiva alternativa as autoidentificações dos sujeitos, que respeitem suas línguas e culturas nesse processo.

Por fim, este estudo sobre a inclusão dos surdos sinalizantes nas estatísticas oficiais do IBGE revelou a importância de um diálogo contínuo entre os movimentos sociais surdos e os órgãos responsáveis pela produção de dados estatísticos. Através da análise histórica e crítica, foi possível identificar lacunas e desafios na representação da comunidade surda e da Língua Brasileira de Sinais nas pesquisas censitárias. No entanto, também encontramos avanços significativos, como a incorporação inicial de questões relacionadas à Libras em determinadas pesquisas. Para alcançar uma representação mais abrangente e precisa, é necessário um esforço conjunto, que envolva não apenas os próprios surdos sinalizantes, mas também acadêmicos e parcerias internacionais. Através desse diálogo constante e do reconhecimento dos direitos linguísticos das comunidades surdas, poderemos fortalecer os movimentos sociais e promover mudanças que garantam uma inclusão mais efetiva e justa para todos.

REFERÊNCIAS

BONFIM, T. C.; MARTINS, V. R. O. Interpretação educacional e as políticas inclusivas e bilíngues: contra-ações educativas de/com surdos. **Revista Educação em Questão**, [S. l.], v. 59, n. 61, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/25905>. Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento de 1920**: População do Rio de Janeiro (Districto Federal). Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1923. 31 p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc0343.pdf. Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento de 1920**: População do Brazil por Estados e Municipios, segundo os defeitos phisicos, por idade, sexo e nacionalidade. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1928. 31 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6464.pdf>. Acesso em: 29 maio. 2023.

BRASIL. Decreto nº 24.609, de 6 de julho de 1934. Cria Instituto Nacional de Estatística e fixa disposições orgânicas para a execução e desenvolvimento dos serviços estatísticos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 73, n. 162, p. 9-12, 14 jul. 1934. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24609-6-julho-1934-515214-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 11 fev. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 4 jan. 2023.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 127, n. 204, p. 1-3, 25 out. 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853.htm. Acesso em: 4 jan. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 79, p. 23, 25 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 4 jan. 2023.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 115, n. 227, p. 4-5, 21 nov. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 11 fev. 2023.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº

10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 142, n. 246, p. 28-30, 23 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 4 jan. 2023.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 144, n. 28, p. 316-317, 8 fev. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 11 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: edição extra, Brasília, DF, ano 151, n. 120-A, p. 1-7, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 4 jan. 2023.

BRASIL. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 189, p. 6-8, 1 out. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, ano 159, n. 146, p. 1-3, 4 ago. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm. Acesso em: 4 jan. 2023.

BRASIL. Decreto nº 11.177, de 18 de agosto de 2022. Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e remaneja e transforma cargos em comissão, funções de confiança e gratificações. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 160, n. 158, p. 3-7, 19 ago. 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.177-de-18-de-agosto-de-2022-423558825>. Acesso em: 10 fev. 2023.

BRITO, F. B de. **O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da língua brasileira de sinais**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-03122013-133156/pt-br.php>. Acesso em: 22 maio 2023.

BRITO, F. B. de. Percursos históricos da luta político-ideológica dos surdos brasileiros por direitos sociais, linguísticos e educacionais. **The ESpecialist**, [S. l.], v. 40, n. 3, 2019. DOI: 10.23925/2318-7115.2019v40i3a7. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/esp/article/view/42458>. Acesso em: 24 maio 2023.

BUTON, F. L'Etat et ses Catégories Comme Objets D'Analyse Socio-Historique: principes, modalités et limites de la production étatique des « handicapés sensoriels » au XIX siècle. In: LABORIER, P.; TROM, D. (org.). **Historicités de l'action publique**, [S. l.], p. 1-39, 2003. Disponível em: https://www.u-picardie.fr/curapp-revues/index.php?action=Read_Ouvrage&idv=47. Acesso em: 31 jan. 2023.

CAMARGO, A. P. R. Estado, quantificação e agência: uma análise genealógica. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 3, p. 1-39, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/wQGx3Kkx5xJncCzMGM7bpXJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 dez. 2022.

CAMARGO, A. P. R.; DANIEL, C. Os estudos sociais da quantificação e suas implicações na sociologia. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 23, n. 56, p. 42-81, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/M5WnRzfdK9tfLPJyfv5NJmC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 dez. 2022.

CAMARGO, A. P. R.; LIMA, R. S.; HIRATA, D. V. Quantificação, Estado e participação social: potenciais heurísticos de um campo emergente. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 23, n. 56, p. 20-40, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/113100/61551>. Acesso em: 28 dez. 2022.

CAMPELLO, A. R. S.; PERLIN, G. T. T.; STROBEL, K. L.; STUMPF, M. R.; REZENDE, P. L. F.; MARQUES, R. R.; MIRANDA, W. O. **Carta aberta ao Ministro da educação**: elaborada pelos sete primeiros doutores surdos brasileiros, que atuam nas áreas de educação e linguística. (8 jun. 2012). Disponível em: <http://gpsurdezeabordagembilingue.blogspot.com/2012/06/carta-aberta-de-doutores-surdos-ao.html>. Acesso em: 9 jan. 2023.

CARDOSO, M. Plataforma do Letramento: O Brasil e suas muitas línguas. **IPOL - Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística**, [S. l.], 13 out. 2016. Disponível em: <http://ipol.org.br/plataforma-do-letramento-o-brasil-e-suas-muitas-linguas/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

COURA, F. A. **Um olhar surdo sobre Políticas Linguísticas na Universidade Federal do Tocantins**. 2021. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/35420/1/Tese_Um%20olhar%20surdo_Felipe%20Coura.pdf. Acesso em: 9 jan. 2023.

DE MEULDER, M. The Legal Recognition of Sign Languages. **Sign Language Studies**, Bristol, v. 15, n. 4, p. 498-506, jun./ago. 2015. Disponível em: <https://maartjedemeulder.be/publications/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

DE MEULDER, M. The influence of deaf people's dual category status on sign language planning: the British Sign Language (Scotland) Act (2015). **Current Issues in Language Planning**, [s.l.], v. 18, n. 2, p. 215-232, 2017a. Disponível em: <https://maartjedemeulder.be/publications/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

DE MEULDER, M. Promotion in times of endangerment: the Sign Language Act in Finland. **Language Policy**, [s.l.], v. 16, n. 2, p. 189-208, maio 2017b. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10993-016-9403-5>. Acesso em: 10 jan. 2023.

DE MEULDER, M; MURRAY, J. J. Buttering their bread on both sides? The recognition of sign languages and the aspirations of deaf communities. **Language Problems and Language Planning**, [s.l.], v. 41, n. 2, p. 136-158, jan. 2017. Disponível em: <https://www.jbe-platform.com/content/journals/10.1075/lplp.41.2.04dem>. Acesso em: 10 jan. 2023.

DE MEULDER, M; MURRAY, J. J.; MCKEE, R. L. (org.). **The Legal Recognition of Sign Languages: Advocacy and Outcomes Around the World**. Bristol: Multilingual Matters, 2019. *E-book*.

DESROSIÈRES, A.; KOOT, S. Quantifier. **Genèses**, Paris, v. 58, n. 1, p. 2-3, 2005. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-geneses-2005-1-page-2.htm>. Acesso em: 3 jan. 2023.

DIDIER, E.; BRUNO, I. O “estatativismo” como uso militante da quantificação. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 23, n. 56, p. 82-109, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/f6LCvndCvNXzhM3mPPp4Stq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 dez. 2022.

ENTREVISTA em Libras: desafio marcante da pesquisa PNAD Covid19 do IBGE. [S. l.: s. n.], 17 jul. 2020. 1 vídeo (2 min). Publicado pelo canal @ibgeoficial. Disponível em: https://youtu.be/Iq3D9r_bLog. Acesso em: 7 jan. 2023.

FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. **Jornal da Feneis**. [Rio de Janeiro], ano I, n. 1, [dez. 1993] c2021. Disponível em: <https://feneis.org.br/?r3d=jornal-da-feneis-ano-i-dezembro-de-1993>. Acesso em: 27 maio 2023.

FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. **Jornal da Feneis**. [Rio de Janeiro], ano III, n. 10, [jan./mar. 1997] c2021. Disponível em: <https://feneis.org.br/jornais-da-feneis/>. Acesso em: 27 maio 2023.

FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. **A educação que nós surdos queremos**. 1999. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/54492509/A-EDUCACAO-QUE-NOS-SURDOS-QUEREMOS>. Acesso em: 9 jan. 2023.

FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. **Quantos somos no Brasil**. [S. l.: s. n.], 20 jan. 2023. 1 vídeo (51 min). Publicado pelo canal @feneisbr. Disponível em: <https://youtu.be/DqluOxL-jLE>. Acesso em: 30 jan. 2023.

FERNANDES, S.; MOREIRA, L. C. Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 30, n. especial 2, p. 51-69, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/zJRCjrZgSfFnKpbqTDh7ykK/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 22 jan. 2023.

FORNARI, P. *Compte-Rendu du Congrès International pour L'amélioration du sort des Sourds-Muets tenu à Milan du du 6 au 11 Septembre 1880*. 1881. Disponível em: https://www.avp.pro.br/pluginfile.php/5039/mod_glossary/attachment/525/1880%20-%20Atas%20Oficiais%20de%20Mil%3%A3o%20-%20Pasquale%20Fornari.pdf. Acesso em: 15 maio 2023.

G1 PI - G1 Piauí. Recenseadora do IBGE recorre à Libras em entrevista com moradora surda na Zona Rural de Teresina: 'quebrar barreira'. **Portal G1**, PI, out. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2022/10/21/recenseadora-do-ibge-recorre-a-libras-em-entrevista-com-moradora-surda-na-zona-rural-de-teresina-quebrar-barreira.ghtml>. Acesso em: 7 jan. 2023.

G1 RJ - G1 Rio de Janeiro. Censo inclusivo leva intérprete de libras para casa de deficientes auditivos: Ter um intérprete para responder às perguntas está na lei, basta solicitar ao IBGE. **Portal G1**, RJ, set. 2022. 1 vídeo (2 min). Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/rj2/video/censo-inclusivo-leva-interprete-de-libras-para-casa-de-deficientes-auditivos-10945652.ghtml>. Acesso em: 8 jan. 2023.

GUIRAU, K. M.; SILVA, C. R. **Povos Indígenas no espaço urbano e políticas públicas**. 2013. Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/Home/Pesquisa/GruposdePesquisa/participacaodemocraciaepoliticaspUBLICAS/encontrosinternacionais/pdf-st08-trab-aceito-0200-7.pdf>. Acesso em: 27 maio 2023.

HERVOIS, P. Les infirmités apparentes dans le recensement français: 1851-1876. In: OLIVER, A.; VENTOLA, C.; KITZMANN, M.; TOMKINSON, J. **Actes de la Journée Doctorale de l'Ined - 2015**. ined, p. 98-133, nov. 2015. Disponível em: https://www.ined.fr/fichier/s_rubrique/24920/document_travail_2015_219_journee_doctorale_de_l.ined_jeunes_chercheurs.fr.pdf. Acesso em: 21 maio 2023.

HERVOIS, P. Des difficultés de quantifier les populations infirmes en France au XIXe siècle - Le recensement de la population et le recrutement militaire. **Histoire, médecine et santé**, [S. l.], n. 15, p. 29-47, jun./set. 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/hms/1913>. Acesso em: 21 maio 2023.

HERVOIS, P. Le recensement des infirmes en France de 1851 à 1876 - De la mise en place à la remise en cause. **Annales de démographie historique**. [S. l.], v. 142, n. 2, p. 195-225, 2021. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-annales-de-demographie-historique-2021-2-page-195.htm>. Acesso em: 21 maio 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Análises de resultados do Censo Demográfico (1940)** - Volume X. Rio de Janeiro: IBGE, 1950, 513 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=214730>. Acesso em: 31 maio 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Metodologia do censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 574 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=284173>. Acesso em: 31 maio 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 215 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=794>. Acesso em: 21 dez. 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Metodologia do censo demográfico 2010**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 703 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=267272>. Acesso em: 6 jan. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Nota técnica 01/2018: Releitura dos dados de pessoas com deficiência no Censo Demográfico de 2010 à luz das recomendações do Grupo de Washington**. [S. l.]: IBGE, 31 jul. 2018. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/metodologia/notas_tecnicas/nota_tecnica_2018_01_censo2010.pdf. Acesso em: 5 jan. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional de saúde: manual de entrevista de saúde**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021a. 394 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=55591>. Acesso em: 7 jan. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conheça o sinal do IBGE em Libras. **IBGEeduca: professores**, [S. l.], dez. 2021b. 1 vídeo (5 seg). Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/professores/educa-noticias/2915-ie-ibge-educa/professores/noticias/21482-conheca-o-sinal-do-ibge-em-libras.html>. Acesso em: 8 jan. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Perguntas mais frequentes: coleta. **Censo 2022**, [S. l.], [2022]. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/trabalhe-no-censo/faq-censo2022-pagamento.html>. Acesso em: 6 jan. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual de Entrevista: CD-1.04**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022a. 177 p. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/sobre/treinamento/manuais.html>. Acesso em: 6 jan. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGEeduca lança vídeo em Libras sobre o Censo. **IBGEeduca: crianças**, [S. l.], set. 2022b. 1 vídeo (4 min). Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/atualidades/21563-ibgeeduca-lanca-video-em-libras-sobre-o-censo.html>. Acesso em: 8 jan. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Pessoas com deficiência e as desigualdades sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022c. 32 p. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101964>. Acesso em: 7 jan. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Memória IBGE**, c2023a. Portal de histórias do IBGE. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE | Biblioteca**, c2023b. Portal de acervo da biblioteca do IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico: conceitos e métodos. **IBGE**, [S. l.], c2023c. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9673&t=conceitos-e-metodos>. Acesso em: 11 fev. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Coordenação de Trabalho e Rendimento; [MS - Ministério da Saúde]. **Pesquisa nacional de saúde 2019: ciclos de vida - Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 132 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101846>. Acesso em: 7 jan. 2023.

IGNÁCIO, S. A. Importância da Estatística para o Processo de Conhecimento e Tomada de Decisão. **Nota Técnica IparDES**, Curitiba, n. 6, p. 1-15, out. 2010. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/NT_06_importancia_estatistica_tomada_decisao.pdf. Acesso em: 27 dez. 2022.

IPOL - Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística. Lista de línguas cooficiais em municípios brasileiros. **IPOL - Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística**, [S. l.], out. 2022. Disponível em: <http://ipol.org.br/lista-de-linguas-cooficiais-em-municipios-brasileiros/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

LACERDA, C. B. F. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 19, n. 46, *n.p.*, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/wWScZsyPfr68rsh4FkNNKyr/?lang=pt>. Acesso em: 22 jan. 2023.

LACERDA, C. B. F. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 26, n. 69, 163-184, maio/ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/KWGSm9HbzsYT537RWBNBcFc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jan. 2023.

LANNA JÚNIOR, M. C. M. (org.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443p. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/Hist%C3%B3ria_do_Movimento_Pol%C3%ADtico_das_Pessoas_com_Defici%C3%Aancia_no_Brasil.pdf?1473201976. Acesso em: 25 maio 2023.

LIMA, M. D. **Política Educacional e Política Linguística na Educação dos e para os Surdos**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/24583/3/PoliticaEducacionalLinguistica.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2023.

LODI, A. C. B. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 49-63, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/sr67CQpjymCWzBVhLmvVnKz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jan. 2023.

LODI, A. C. B. Educação em língua brasileira de sinais: um direito dos surdos a ser assegurado. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 316-330, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/40916/31938>. Acesso em: 22 jan. 2023.

LOVEMAN, M. A política de um cenário de dados transformado: estatísticas etnoraciais no Brasil em uma perspectiva comparativa regional. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 23, n. 56, p. 110-153, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/K9SF6fXZnYS7kZ4YrsZnyDP/>. Acesso em: 31 dez. 2022.

MARTIN, O. Da estatística política à sociologia estatística. Desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 13-34, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/MJK4YkdbhfQY843NjHhBrx/?lang=pt>. Acesso em: 27 dez. 2022.

MEMÓRIA, J. M. P. **Breve História da Estatística**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. Disponível em: https://www.ime.usp.br/~rvicente/JMPMemoria_Historia_Estatistica.pdf. Acesso em: 26 dez. 2022.

MENDES, E. G. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**. [S. l.], v. 22, n. 57, p. 93-109, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/revistaeyp/article/view/9842>. Acesso em: 20 maio 2023.

MONTES, A. L. B. **Reconhecimento de línguas de sinais e educação de surdos no Brasil e na Suécia**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11016>. Acesso em: 9 jan. 2023.

MOTTA, E. Resistências aos Números: a favela como realidade (in)quantificável. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 72-94, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/PB6w3JDbcgDR8cYLbPXwLmP/?lang=pt>. Acesso em: 2 jan. 2023.

MOURÃO, C. H. N.; BRANCO, B. S. Os surdos narrando seu território: uma breve incursão. **Revista Espaço**. Rio de Janeiro, n. 56, p. 39-59, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/257202>. Acesso em: 3 maio 2023.

MUNDURUKU, D. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

PELUSO, L.; LODI, A. C. B. La experiencia visual de los sordos. Consideraciones políticas, lingüísticas y epistemológicas. **Pró-posições**, Campinas, v. 26, n. 3, p. 59-81, set./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/Bfr5pzwjvSD4SWpf7pFHyQP/?format=pdf&lang=es>. Acesso em: 22 jan. 2023.

PICCOLO, G. M. **Contribuições a um pensar sociológico sobre a deficiência**. 2012. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2898/4626.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 fev. 2023.

PNS - Pesquisa Nacional de Saúde. **PNS**, c2021. Portal da Pesquisa Nacional de Saúde. Disponível em: <https://www.pns.icict.fiocruz.br/>. Acesso em: 6 jan. 2023.

RAMOS, A. R. **Cutting through state and class: sources and strategies of self representation in Latin America**. Série Antropologia, Brasília, v. 247, p. 1-21, 1999.

REZENDE-CURIONE, P. L. F. Escola Bilíngue de Surdos: Comunidade linguística ou comunidade segregada? **Revista Espaço**, Rio de Janeiro: INES, n. 57, p. 101-111, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/ines/pt-br/central-de-conteudos/publicacoes-1/revista-espaco-ndeg-57>. Acesso em: 10 fev. 2023.

ROCHELLE, E. Congrès Universel pour l'Amélioration du sort des Aveugles et des Sourds-Muets. Paris-1878 - Deuxième partie: Congrès pour l'Amélioration du sort des Sourds-Muets. 1878. Disponível em: https://www.avp.pro.br/pluginfile.php/5039/mod_glossary/attachment/521/1878%20-%20Congresso%20de%20Paris.pdf. Acesso em: 15 maio 2023.

RODRIGUES, C. R. As populações indígenas e o Estado Nacional pós-ditadura militar. **História Unisinos**, v. 9, n. 3, 2005. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/6434>. Acesso em: 30 maio 2023.

RODRÍGUEZ-DÍAZ, S.; FERREIRA, M. A. V. Diversidad funcional: Sobre lo normal y lo patológico en torno a la condición social de la *dis*-capacidad. **Cuadernos de Relaciones Laborales**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 151-172, jul. 2010. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/CRLA/article/view/CRLA1010120151A/32218>. Acesso em: 2 fev. 2023.

SANTOS, R. V.; GUIMARÃES, B. N.; SIMONI, A. T. The Quest for Visibility and Legibility: Quantifying the Indigenous Population in Brazil in the Late Twentieth Century. **Journal of Iberian and Latin American Research**, [S. l.], [S. n.], 2023. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13260219.2023.2191976>. Acesso em: 3 maio 2023.

SANTOS, R. V.; GUIMARÃES, B. N.; SIMONI, A. T.; SILVA, L. O.; OLIVEIRA ANTUNES, M.; SOUZA DAMASCO, F.; COLMAN, R. S.; AMARAL AZEVEDO, M. M. The identification of the Indigenous population in Brazil's official statistics, with an emphasis on demographic censuses. **Statistical Journal of the IAOS**, v. 35, n. 1, p. 29-46, 2019. Disponível em: <https://content.iospress.com/articles/statistical-journal-of-the-iaos/sji180471>. Acesso em: 3 maio 2023.

SARAIVA, A. G. Desafios da comunicação de estatísticas públicas para o fortalecimento da cidadania das minorias. **Comun. & Inf.**, Goiânia, GO, v. 18, n. 1, p. 174-191, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/36116/18657>. Acesso em: 9 jan. 2023.

SENRA, N. C. **História das estatísticas brasileiras**: Estatísticas desejadas (1822-c1889). Rio de Janeiro: IBGE, CDDI, 2006a. v. 1. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=231573>. Acesso em: 31 jan. 2023.

SENRA, N. C. **História das estatísticas brasileiras**: Estatísticas legalizadas (c1889-c1936). Rio de Janeiro: IBGE, CDDI, 2006b. v. 2. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=231573>. Acesso em: 31 jan. 2023.

SENRA, N. C. **História das estatísticas brasileiras**: Estatísticas organizadas (c1936-c1972). Rio de Janeiro: IBGE, CDDI, 2006c. v. 3. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=231573>. Acesso em: 31 jan. 2023.

SENRA, N. C. **História das estatísticas brasileiras**: Estatísticas formalizadas (c1972-2002). Rio de Janeiro: IBGE, CDDI, 2006d. v. 4. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=231573>. Acesso em: 31 jan. 2023.

SENRA, N. C. **Uma Breve história das estatísticas brasileiras (1822-2002)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=242899>. Acesso em: 31 jan. 2023.

SILVA, R. C. D. **Política nacional de educação bilíngue de surdos**: da Conae-2010 à alteração da LDB (Lei nº 14.191/2021). Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília-SP, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/242670>. Acesso em: 1 jun. 2023.

STORTO, L. J.; ROCHA, L. R. M.; CRUZ, G. C. Ensino bilíngue e inclusão de estudantes surdos no ensino regular: análise de uma carta aberta dos primeiros doutores surdos brasileiros em Educação e Linguística. **The ESPECIALIST**, [S. l.], v. 40, n. 3, p. 1-20, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/esp/article/view/42558/30734>. Acesso em: 9 jan. 2023.

SUJOBERT, B. Comment intervenir sur le programme de la statistique publique ? l'exemple des inégalités sociales. *In*: BRUNO, I.; DIDIER, E.; PRÉVIEUX, J. (org.). **Statactivisme: Comment lutter avec des nombres**. Paris: Zones, 2014. [s.n.]. *E-book*. Disponível em: <https://www.editions-zones.fr/lyber?statactivisme#chap-014>. Acesso em: 29 dez. 2022.

THOMA, A.; KLEIN, M. Experiências educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos no Brasil. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 36, p. 107-131, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1603/1486>. Acesso em: 27 jan. 2023.

TOSTES, R. S.; LACERDA, C. B. F. SURDO BILÍNGUE: PARA ALÉM DE UM SUJEITO USUÁRIO DE DUAS LÍNGUAS. **Educação**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 541-553, 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/6152/4348>. Acesso em: 22 jan. 2023.

TROQUEZ, M. C. C. Notas sobre a emergência do direito à educação diferenciada para indígenas no contexto mundial (1948-2007). **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 235–256, 2012. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/1708>. Acesso em: 29 maio 2023.

VIEIRA-MACHADO, L. M. C.; RODRIGUES, J. R. Olhar novamente para o Congresso Internacional de Educação para Surdos em Milão (1880) - um desafio historiográfico. **Revista Brasileira de História da Educação**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. e202, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/58840>. Acesso em: 5 maio 2023.

WITCHES, P. H. A situação minoritária dos surdos e sua vulnerabilidade linguística na educação. **Caderno CEDES**. Campinas, v. 41, n. 114, p. 144-152, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/vSMv7BkhMg4ySzGpLqykDFr/>. Acesso em: 24 maio 2023.

WITCHES, P. H.; VIEIRA-MACHADO, L. M. C. Aspectos históricos das políticas de línguas de sinais. *In*: WITCHES, P. H.; NOGUEIRA, M. O.; VIEIRA-MACHADO, L. M. C.; KAWACHI-FURLAN, C. J. (org.). **Estudos linguísticos: abordagens e análises interdisciplinares**. São Carlos: Pedro & João Editores, p. 151-168, 2020. Disponível em: <https://pedrojoaoeditores.com.br/produto/estudos-linguisticos-abordagens-e-analises-interdisciplinares/>. Acesso em: 13 maio 2023.

WG - Washington Group on Disability Statistics. About the WG. **Washington Group on Disability Statistics**, [S. l.], c2023. Disponível em: <https://www.washingtongroup-disability.com/about/about-the-wg/>. Acesso em: 11 jan. 2023.

ANEXO B - Trecho do Recenseamento da População da Republica dos Estados Unidos do Brazil 1890 com Informações Sobre Defeitos Physicos (Surdo-Mudo e Surdo)

NOME			
Estado Antiga provincia		NACIONALIDADE	
Municipio		Naciotinos	
Paiz		Estrangeiros	
Ano em que chegou ao Brazil			
Adotou a nacionalidade brasileira?			
IDADE			
SEXO			
COR			
Cego		DEFEITOS PHYSICOS	
Surdo-mudo			
Surdo			
Idiota			
Aleijado			
Legitima, illegitima, legitimada		FILIAÇÃO	
É exposto?			
ESTADO CIVIL			
Paterna		NACIONALIDADE	
Materna			
RESIDENCIA			
OBSERVAÇÕES			

ESTADO _____

MUNICIPIO _____

PAROCHIA _____

Boletim de informações individuais

Recenseamento da população da Republica dos Estados Unidos do Brazil em 31 de dezembro de 1890

DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA

PRIMEIRO BOLETIM

Fonte: DGE - Directoria Geral de Estatistica do Império. **Recenseamento da população da Republica dos Estados Unidos do Brazil em 31 de dezembro de 1890**: boletim de informações individuaes. [Rio de Janeiro], f. 3, 1890. [3] f. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=5913>. Acesso em: 2 fev. 2023.

ANEXO C - Recenseamento de 31 de Dezembro de 1900 (com Informações Sobre
Defeitos Physicos: Surdo-Mudo)

Republica dos Estados Unidos do Brazil

Directoria Geral de Estatistica

Recenseamento de 31 de Dezembro de 1900

A cada pessoa que tiver passado na casa recenseada a noite de 31 de Dezembro de 1900 para 1 de Janeiro de 1901 (mesmo os recém-nascidos) corresponderá um destes *Boletins*

C BOLETIM INDIVIDUAL

Ler as instruções antes de responder ao questionario

I Nome _____

II Sexo _____

III Filiação _____

IV Naturalidade ou nacionalidade _____

V Idade _____

VI Estado civil _____

VII Reside no districto? _____

VIII Sabe ler e escrever? _____

IX Religião _____

X Profissão _____

XI Defeito physico _____

Cota _____

Carta _____

Estado.....

Município.....

Districto.....

Instrucções

Ler antes de responder ao questionario

- I *Nome* — Mencionar por extenso.
- II *Sexo* — Basta notar *M* para masculino e *F* para feminino.
- III *Filiação* — Conforme o caso, escrever *Legitimo*, *Illegitimo*, *Legitimado*, *Exposto*.
- IV *Naturalidade ou nacionalidade* — Para os brasileiros, *Estado onde nasceram* ou *si é naturalizado*; para os estrangeiros, o *paiz de origem*.
- V *Idade* — A idade deve ser contada pela do ultimo anniversario para os maiores de um anno, por mezes para os menores de um anno e por dias para os menores de um mez.
- VI *Estado civil* — A letra *S* serve a designar *solteiro*, *C* = *casado*, *V* = *viuvo*, *D* = *divorciado*.
- VII *Reside no districto?* — Declarar *Sim* na affirmativa, e na negativa dizer *si reside No Brazil* ou *No estrangeiro*.
- VIII *Sabe ler e escrever?* — Responder simplesmente *Sim* quando souber e *Não* em caso contrario.
- IX *Religião* — Declarar por extenso a religião que professa.
- X *Profissão* — Declarar por extenso a profissão de onde tira os meios de subsistencia.
- XI *Defeito physico* — Mencionar sómente si é cego, surdo-mudo ou idiota.

ANEXO D - Página do Recenseamento de 1920 com Informações Sobre Defeitos *Physicos* (*Surdo-Mudo*)

Lista do domicilio situado n.....
 (Indicar aqui o nome do lugar — rua, praça, morro, estrada, etc. — onde se acha a casa, o respectivo numero, o pavimento que occupa no prédio e a natureza do domicilio — quartel, collegio, convento, hotel, pensão, fabrica, etc.)

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	RESIDENCIA		
											12	13	14
NOME	Em que qualidade habita o domicilio?	Quantas pessoas tem a seu cargo?	Numero de habitantes do domicilio particular no chefe da familia	SEXO E' homem ou mulher?	IDADE Quantos annos completos, meses ou dias tem?	ESTADO CIVIL E' solteiro, casado ou viuvo?	NACIONALIDADE E' brazileira? Qual o Estado onde nasceu? E' estrangeiro? Qual o pais a que pertence? E' naturalizado brasileiro?	PROFISSÃO Qual é o seu officio, occupação, emprego ou meio de vida?	INSTRUÇÃO Sabe ler e escrever?	E' cego? E' surdo-mudo?	Onde nasceu, isto é, onde reside habitualmente?	Morando no domicilio e estando ausente Onde se acha?	Em quanto tempo está fóra de casa?
1													
2													
3													
4													
5													
6													
7													
8													
9													
10													
11													
12													
13													
14													
15													
16													
17													
18													
19													
20													

Verificada - O agente recenseador

Assinatura do responsável pela lista

Fonte: DGE - Directoria Geral de Estatistica do Império. **Modelos para a collecta e apuração do censo demographico**: recenseamento de 1920. Rio de Janeiro, p. 11, 1920. [14] p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=5344>. Acesso em: 2 fev. 2023.

**ANEXO E - Página do Recenseamento Geral da População em 1930 Sobre Defeitos
Physicos (Surdo-Mudo) - (Não Realizado)**

o, o numero do apartamento ou aposento e a natureza do domicilio - casa de familia ou de negocio com a necessaria especificação)

NOME	SEXO	IDADE	ESTADO CIVIL	NACIONALIDADE	PROFISSÃO	RELIGIÃO	INSTRUÇÃO	E' cego? E' surdo-mudo?
	E' homem ou mulher?	Quantos annos completos, mezes ou dias tem?	E' solteiro, casado ou viuvo?	E' brasileiro? Qual o Estado onde nasceu? E' estrangeiro? Qual o país a que pertence? E' naturalizado brasileiro?	Qual é o seu officio, occupação, emprego ou meio de vida?	Qual é a sua religião?	Sabe ler e escrever?	
1	2	3	4	5	6	7	8	9
2ª PARTE — Pessoas que moram na casa e que estão AUSENTES. Indicar as pessoas da familia que estiverem fóra, em visita, em negocio, em viagem, doentes em hospital, etc. Não incluir as que, pela sua occupação, emprego ou por qualquer outro motivo, são obrigadas a dormir, habitualmente, fóra de casa, como se dá com os soldados residentes no quartel, os enfermeiros residentes no hospital, os alumnos internos residentes no collegio, os sentenciados residentes na prisão, etc.								
1	(nome)							
	(onde se achá?)	(ha quanto tempo?)						
2	(nome)							
	(onde se achá?)	(ha quanto tempo?)						
3	(nome)							
	(onde se achá?)	(ha quanto tempo?)						
4	(nome)							
	(onde se achá?)	(ha quanto tempo?)						
3ª PARTE — Pessoas que não moram na casa, mas que ahí passaram a noite de 31 de Agosto para 1 de Setembro. Incluir os hospedes, os viajantes de passagem, as praças licenciadas, os pensionistas collegiaes em ferias, etc.								
1	(nome)							
	(onde reside?)							
2	(nome)							
	(onde reside?)							
3	(nome)							
	(onde reside?)							
4	(nome)							
	(onde reside?)							

6 Profissão — Declarar bem explicitamente o officio, a occupação ou o meio de vida, embora esteja ventualmente desempregado na occasião de encher a lista. Quando a pessoa exerce mais de um officio, cargo ou emprego, declarar apenas o principal, isto é, o que lhe proporciona maiores proventos, o que lhe fornece maiores meios de subsistencia. Evitar sempre as designações vagas, não dizendo, por exemplo, *commercio* e sim *negociante, guarda livros, caixeiro*, etc., nem, simplesmente, *operario*, e sim *carvoeiro, pedreiro, carpinteiro, vitor, ferreiro, sapateiro*, etc., nem apenas *funcionario publico*, ma, especificar o governo de que depende, formando-se *funcionario federal, estadual ou municipal*. Os militares deverão dizer se são *officiaes ou praças o exercicio, da marinha, da policia*, ou dos bombeiros. Os alumnos matriculados em collegios, academias e estabelecimentos de ensino profissional de artes e officios, deverão ser registrados como *estudantes, aprendizes*, etc. Como *capitalista* deve entender-se a pessoa que vive exclusivamente das suas rendas. A designação — *serviço domestico* — só deverá ser usada para indicar os serviços dos creados ou empregados em trabalhos internos das casas. Não precisam declarar a profissão as pessoas que não tiverem meio de vida especial, achando-se na dependencia de um chefe, por exemplo, as *donas de casas, os filhos-familias* etc.

7 Religião — De accordo com a religião que professa ou pratica, dizer simplesmente: *catholico, protestante, positivista, espirita, judeu, islamita*, etc.

8 Sabe ler e escrever? — Responder — sim — ou — não.

9 É cego? É surdo-mudo? — Escrever — cego — como affirmação do 1º caso; escrever — surdo-mudo — como affirmação do 2º caso; escrever — não — nos casos contrarios.

A lista deve ser escripta e assignada pelo chefe da familia ou por quem as suas vezes fizer. Quando a pessoa que deve encher a lista estiver impedida de fazel-o, por não saber escrever ou por outro motivo, poderá encarregar desse trabalho outra pessoa, que assignará a rogo. O proprio agente recenseador deve desempenhar esta tarefa quando isso lhe seja pedido ou se torne necessario.

FONTE: DGE - Directoria Geral de Estatistica do Império. **Recenseamento geral da população em 1930**: domicilio particular. [Rio de Janeiro], p. 3, 1930. [7] p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=57>. Acesso em: 2 fev. 2023.

ANEXO F - Página do Censo Demográfico 1940 com Informações Sobre *Defeitos* *Physicos (Surdo-Mudo)*



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO

R	0	1	2	CENSO DEMOGRÁFICO	C	D
Q	0	1	2	Recenseamento Geral de 1.º de Setembro de 1940	1	0 1

BOLETIM DE FAMÍLIA

DECRETO-LEI N.º 909, de 21 de Dezembro de 1938:
Art. 5.º — As declarações prestadas para a execução do Recenseamento ressalvadas as que se destinarem expressamente a fins de cadastro **terão caráter confidencial**, não podendo ser objeto de divulgação, que as individualize ou identifique, nem fazer prova contra o declarante

Entregue em... de de 1940 com fôlha..... suplementar

O agente recenseador (Assinatura)

Restituído em... de de 1940 com... fôlha..... suplementar

O responsável pelo boletim (Assinatura)

*	QUESITOS	PESSOAS RECENSADAS			
		Quesitos	1	2	3
1	Prenome (primeiro nome ou nome de batismo)	1
2	Sexo	2
3	Data do nascimento (dia mês e ano)	3
4	Se o recenseado não souber a data do nascimento declarar a idade que presume ter	4
5	Condição no domicílio em relação ao Chefe da família	5
6	Côr	6
7	E surdo mudo? E cego? De nascença? Por doença? Por acidente?	7
8	É solteiro? Casado? Desquitado? Viúvo?	8
9	Se teve filhos nascidos vivos declarar quantos	9
10	Se teve filhos nascidos mortos declarar quantos	10
11	Idade em anos completos na data do nascimento do primeiro filho	11
12	Número de filhos vivos na data do recenseamento	12
13	Se o recenseado nasceu no Brasil declarar o Estado; se no estrangeiro o País	13
14	Se o pai do recenseado nasceu no Brasil, declarar o Estado; se no estrangeiro, o País	14
15	Se a mãe do recenseado nasceu no Brasil declarar o Estado; se no estrangeiro, o País	15
16	Nacionalidade: Brasileiro nato? Naturalizado brasileiro? Se estrangeiro de que Nação?	16
17	Se é estrangeiro ou brasileiro naturalizado em que ano fixou residência no Brasil?	17
18	Fala correntemente o português?	18
19	Que língua fala habitualmente no lar?	19
20	Religião	20
21	Sabe ler e escrever?	21
22	Está recebendo instrução?	22
23	De que grau ou espécie é a instrução que recebe?	23
24	Onde recebe instrução: No lar? Em estabelecimento público? Em estabelecimento particular?	24
25	Possue algum curso completo ou diploma de estudos? Qual?	25
26	Se não terminou os estudos em que grau os interrompeu?	26
27	Habilitou-se praticamente em alguma arte ou ofício? Qual?	27
28	Qual a profissão ofício emprego cargo ou função principal que exerce?	28
29	Em que ramo de atividade exerce essa ocupação principal?	29
30	Em que local de trabalho (estabelecimento serviço repartição etc.) exerce a ocupação principal?	30
31	A ocupação principal é direta ou indiretamente remunerada?	31
32	Na ocupação principal é empregado empregador ou trabalha por conta própria?	32
33	Se tem alguma ocupação suplementar, qual é?	33
34	Em que ramo de atividade exerce a ocupação suplementar?	34
35	Em que local de trabalho (estabelecimento serviço repartição etc.) exerce a ocupação suplementar?	35
36	A ocupação suplementar é direta ou indiretamente remunerada?	36
37	Na ocupação suplementar é empregado empregador ou trabalha por conta própria?	37
38	Pertence a algum sindicato?	38
39	É proprietário de imóvel: Urbano? Rural?	39
40	Percebe algum benefício de previdência social?	40
41	Em que qualidade: Aposentado? Jubilado? Reformado? Pensionista?	41
42	Contribui pessoalmente para instituição oficial de montepio ou previdência?	42
43	Está segurado em companhia particular sobre a vida ou contra risco de acidente pessoal?	43
44	Se é morador do domicílio e está ausente em que Estado do Brasil ou País estrangeiro se encontra?	44
45	Se não é morador do domicílio e está presente, em que Estado do Brasil ou País estrangeiro reside?	45

FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Serviço Nacional de Recenseamento. **Censo demográfico - recenseamento geral de 1.º de setembro de 1940: boletim de família.** [Rio de Janeiro], p. 1, 1940. [8] p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=511>. Acesso em: 2 fev. 2023.

ANEXO G - Página do Censo Demográfico 1991: Questionário de Amostra com Informação Sobre Deficiência Física (Surdez)

3	5.ª PESSOA	NOME.....	
01	Sexo	1 <input type="checkbox"/> Masculino 2 <input type="checkbox"/> Feminino	OS QUESTOS SEGUINTE SÓ SERÃO PREENCHIDOS PARA A PESSOA DE 10 ANOS OU MAIS (nasceia antes de 01/09/1991) 29 Espécie de curso mais elevado concluído com aprovação 30 Vive ou viveu em companhia de cônjuge — esposa(a), companheiro(a), etc. (se assinou o retângulo 2 — Não, passe para os Questos 35 ou 45, conforme o caso) 31 Se no Questão 30 assinou o retângulo 1 — esposa(a), companheiro(a), etc. (se assinou o retângulo 2 — Não, passe para os Questos 35 ou 45, conforme o caso) 32 Se vive em companhia de cônjuge — esposa(a), companheiro(a), etc., indique a natureza da união 33 Se não vive em companhia de cônjuge — esposa(a), companheiro(a), etc., indique se é: 34 Se respondeu o Questão 32, indique o mês e o ano em que passou a viver com o cônjuge atual. Se respondeu o Questão 33, indique o mês e o ano em que passou a viver a situação indicada
02	Parentesco ou relação com o chefe do domicílio	02 <input type="checkbox"/> Cônjuge 03 <input type="checkbox"/> Filho(a) 04 <input type="checkbox"/> Entead(o)a 05 <input type="checkbox"/> Pai ou mãe 06 <input type="checkbox"/> Sogra(a) 07 <input type="checkbox"/> Avô(s) ou bisavô(s) 08 <input type="checkbox"/> Neto(a) ou bisneto(a) 09 <input type="checkbox"/> Genro ou nora 10 <input type="checkbox"/> Irmão ou irmã 11 <input type="checkbox"/> Cunhado(a) 12 <input type="checkbox"/> Outro parente 13 <input type="checkbox"/> Agregado(a) 14 <input type="checkbox"/> Pensionista 15 <input type="checkbox"/> Empregado(a) doméstico(a) 16 <input type="checkbox"/> Parente do(a) empregado(a)	
03	Parentesco ou relação com o chefe da família	01 <input type="checkbox"/> Chefe 02 <input type="checkbox"/> Cônjuge 03 <input type="checkbox"/> Filho(a) 04 <input type="checkbox"/> Entead(o)a 05 <input type="checkbox"/> Pai ou mãe 06 <input type="checkbox"/> Sogra(a) 07 <input type="checkbox"/> Avô(s) ou bisavô(s) 08 <input type="checkbox"/> Neto(a) ou bisneto(a) 09 <input type="checkbox"/> Genro ou nora 10 <input type="checkbox"/> Irmão ou irmã 11 <input type="checkbox"/> Cunhado(a) 12 <input type="checkbox"/> Outro parente 13 <input type="checkbox"/> Agregado(a) 14 <input type="checkbox"/> Pensionista 15 <input type="checkbox"/> Empregado(a) doméstico(a)	
04	Família a que pertence	1 <input type="checkbox"/> Única 2 <input type="checkbox"/> Domicílio coletivo Convivente 3 <input type="checkbox"/> 1ª 4 <input type="checkbox"/> 2ª 5 <input type="checkbox"/> 3ª 6 <input type="checkbox"/> 4ª 7 <input type="checkbox"/> 5ª	
05	Se a mãe reside no domicílio, indique o número de ordem em que foi recensada. Se não reside, indique se está viva, falecida ou não sabe	70 <input type="checkbox"/> Está viva 80 <input type="checkbox"/> Falecida 90 <input type="checkbox"/> Não sabe Nº de pessoas Nº de anos Nº de anos	
06	Mês e ano de nascimento (se não souber o mês e/ou o ano preencher o seguinte)	Mês Ano	
07	Idade presumida (se inferior a 1 ano, o número de meses)	20 <input type="checkbox"/> 1 ano ou mais 400 <input type="checkbox"/> Menos de 1 ano	
08	Faixa de idade	1 <input type="checkbox"/> Menos de 5 anos 2 <input type="checkbox"/> De 5 a 9 anos 3 <input type="checkbox"/> 10 anos ou mais	
09	Raça ou cor (amarela só para as pessoas de origem oriental)	1 <input type="checkbox"/> Branca 2 <input type="checkbox"/> Preta 3 <input type="checkbox"/> Amarela 4 <input type="checkbox"/> Parda 5 <input type="checkbox"/> Indígena	
10	Religião ou culto		
11	Deficiência física ou mental	1 <input type="checkbox"/> Cegueira 2 <input type="checkbox"/> Surdez 3 <input type="checkbox"/> Paralisia de um dos lados 4 <input type="checkbox"/> Paralisia das pernas 5 <input type="checkbox"/> Paralisia total 6 <input type="checkbox"/> Falta de membro(s) ou parte dele(s) 7 <input type="checkbox"/> Deficiência mental 8 <input type="checkbox"/> Mais de uma 9 <input type="checkbox"/> Nenhuma das enumeradas	
12	Neste Município morou	1 <input type="checkbox"/> Só na zona urbana 2 <input type="checkbox"/> Só na zona rural 3 <input type="checkbox"/> Nas zonas urbana e rural Nº de anos Nº de anos Nº de anos	
13	Se no Questão 12 assinou o retângulo 3, indique há quantos anos se deu a última mudança	98 <input type="checkbox"/> Nunca mudou	
14	Nasceu neste Município (se assinou o retângulo 1, passe para o Questão 23. Se assinou o 2, passe para o Questão 17. Se assinou o 3, responda aos Questos seguintes)	1 <input type="checkbox"/> Sim e sempre morou neste 2 <input type="checkbox"/> Sim, mas já morou em outro 3 <input type="checkbox"/> Não nasceu	
15	Se Naturalizado Brasileiro ou Estrangeiro, indique o ano em que fixou residência no País	100 <input type="checkbox"/> Brasileiro nato 2 <input type="checkbox"/> Naturalizado brasileiro 3 <input type="checkbox"/> Estrangeiro	
16	Unidade da Federação ou País estrangeiro de nascimento		
17	Há quantos anos mora sem interrupção	Nesta Unidade da Federação Neste Município Nº de anos Nº de anos	
PARA A PESSOA QUE NO QUESTIONÁRIO 17/18 RESPONDEU MENOS DE 10 ANOS, NO CAMPO — NESTE MUNICÍPIO			
19	Indique a sigla da UF e o nome do Município ou do País estrangeiro em que morava antes de mudar-se para este Município	Sigla Nome	
20	Na localidade indicada no Questão 19, reside	1 <input type="checkbox"/> Na zona urbana 2 <input type="checkbox"/> Na zona rural	
OS QUESTOS SEGUINTE SÓ SERÃO PREENCHIDOS PARA A PESSOA DE 5 ANOS OU MAIS (nasceia antes de 01/09/1991)			
21	Indique a sigla da UF e o nome do Município ou do País estrangeiro em que residia em 01/09/1990 (se residia no Município, assinale o retângulo 7 — Neste)	Sigla Nome	
22	Na localidade indicada no Questão 21, antes de mudar, residia	1 <input type="checkbox"/> Na zona urbana 2 <input type="checkbox"/> Na zona rural	
23	Sabe ler e escrever ou Não sabe	1 <input type="checkbox"/> Sabe ler e escrever 2 <input type="checkbox"/> Não sabe	
PARA A PESSOA QUE FREQUENTA ESCOLA (se não frequenta escola assinale os retângulos 0)			
24	Série que frequenta (se não frequenta curso seriado, assinale o retângulo 0 — Nenhum)	1 <input type="checkbox"/> 1ª série 2 <input type="checkbox"/> 2ª série 3 <input type="checkbox"/> 3ª série 4 <input type="checkbox"/> 4ª série 5 <input type="checkbox"/> 5ª série 6 <input type="checkbox"/> 6ª série 7 <input type="checkbox"/> 7ª série 8 <input type="checkbox"/> 8ª série 9 <input type="checkbox"/> Nenhuma	
25	Grau de série que frequenta (se não frequenta curso seriado, assinale o retângulo 0 — Nenhum)	1 <input type="checkbox"/> 1º grau 2 <input type="checkbox"/> 2º grau 3 <input type="checkbox"/> Superior 4 <input type="checkbox"/> 1º grau 5 <input type="checkbox"/> 2º grau 0 <input type="checkbox"/> Nenhum	
26	Para a pessoa que frequenta curso não seriado (se frequenta curso seriado, assinale o retângulo 0 — Nenhum)	1 <input type="checkbox"/> Pré-escolar 2 <input type="checkbox"/> Curso de alfabetização de adultos 3 <input type="checkbox"/> 1º grau 4 <input type="checkbox"/> 2º grau 5 <input type="checkbox"/> Pré-vestibular 6 <input type="checkbox"/> Mestrado ou Doutorado 0 <input type="checkbox"/> Nenhum	
PARA A PESSOA QUE NÃO FREQUENTA ESCOLA (se frequenta escola assinale os retângulos 0)			
27	Última série que concluiu com aprovação (Para a pessoa que concluiu cursos de alfabetização de adultos, mestrado ou doutorado, assinale o retângulo 0 — Nenhum)	1 <input type="checkbox"/> 1ª série 2 <input type="checkbox"/> 2ª série 3 <input type="checkbox"/> 3ª série 4 <input type="checkbox"/> 4ª série 5 <input type="checkbox"/> 5ª série 6 <input type="checkbox"/> 6ª série 7 <input type="checkbox"/> 7ª série 8 <input type="checkbox"/> Nunca frequentou 9 <input type="checkbox"/> Nenhuma	
28	Grau da última série que concluiu com aprovação	1 <input type="checkbox"/> Curso de alfabetização de adultos 2 <input type="checkbox"/> Primário ou elementar 3 <input type="checkbox"/> Ginásio ou médio 1º ciclo 4 <input type="checkbox"/> 1º grau 5 <input type="checkbox"/> 2º grau 6 <input type="checkbox"/> Colégio ou médio 2º ciclo 7 <input type="checkbox"/> Superior 8 <input type="checkbox"/> Mestrado ou Doutorado 9 <input type="checkbox"/> Nenhum	
29	Tem carteira de trabalho assinada	1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não sabe 3 <input type="checkbox"/> Não tem 4 <input type="checkbox"/> Não é empregado	
30	Quantas pessoas trabalham no estabelecimento, negócio, instituição, etc., declarado no Questão 48	1 <input type="checkbox"/> 1 ou 2 2 <input type="checkbox"/> 3 ou 4 3 <input type="checkbox"/> 5 a 9 4 <input type="checkbox"/> 10 ou mais	
31	Local de trabalho onde exerceu a ocupação declarada no Questão 46	1 <input type="checkbox"/> Sem local exclusivo 2 <input type="checkbox"/> Com local exclusivo 3 <input type="checkbox"/> Com equipamento pesado 4 <input type="checkbox"/> Com equipamento leve ou sem No domicílio Via pública 5 <input type="checkbox"/> Propriedade agropecuária 6 <input type="checkbox"/> Empresa ou firma 7 <input type="checkbox"/> Em casa do cliente ou patrão 8 <input type="checkbox"/> Outro	
32	É contribuinte de Instituto de Previdência Pública	1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não sabe 3 <input type="checkbox"/> Não é	
33	Horas habitualmente trabalhadas por semana (quando exercer só uma ocupação, registrar 00 no campo. Em outras ocupações)	54 <input type="checkbox"/> Na ocupação do Questão 46 55 <input type="checkbox"/> Em outras ocupações	
34	Rendimento bruto do mês de agosto de 1991 de outra(s) ocupação(ões)	56 <input type="checkbox"/> Não tem 57 <input type="checkbox"/> Nº de dígitos Cr\$,00	
35	Se no Questão 45 assinou Não trabalhou, indique a situação ou ocupação que tem, obedecendo a ordem enumerada. Se trabalhou, não preencha este questionário e passe para o Questão 59	58 <input type="checkbox"/> Já trabalhou 59 <input type="checkbox"/> Procurando trabalho 60 <input type="checkbox"/> Detento 61 <input type="checkbox"/> Estudante 62 <input type="checkbox"/> Doente ou inválido 63 <input type="checkbox"/> Aposentado e pensionista 64 <input type="checkbox"/> Sem ocupação	
36	Indique se é aposentado e/ou pensionista	65 <input type="checkbox"/> Não é 66 <input type="checkbox"/> Aposentado 67 <input type="checkbox"/> Pensionista 68 <input type="checkbox"/> Aposentado e pensionista	
37	Rendimento mensal bruto do mês de agosto de 1991, proveniente de aposentadoria e/ou pensão	69 <input type="checkbox"/> Não tem 70 <input type="checkbox"/> Nº de dígitos Cr\$,00	
38	Rendimento bruto do mês de agosto de 1991, ou média mensal de outros rendimentos que não se enquadram em nenhuma das categorias anteriormente relacionadas — aluguel, arrendamentos, doações, emprego de capital, etc.	71 <input type="checkbox"/> Não tem 72 <input type="checkbox"/> Nº de dígitos Cr\$,00	

FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **X recenseamento geral do Brasil - 1991 - censo demográfico**: CD 1.02 - questionário da amostra. [Rio de Janeiro], p. 2, 1991. [6] p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=5167>. Acesso em: 2 fev. 2023.

ANEXO I - Página do Censo Demográfico 2010: Questionário de Amostra com Informações Sobre *Dificuldade Permanente de Ouvir*

6 CARACTERÍSTICAS DO MORADOR	
6.00 - NOME DA PESSOA <input style="width: 90%;" type="text"/> Siga 6.01	
6.01 - SEXO <input type="checkbox"/> 1 - MASCULINO <input type="checkbox"/> 2 - FEMININO Siga 6.02	6.02 - QUAL É O MÊS E O ANO DO SEU NASCIMENTO? 6.021 - MÊS 6.022 - ANO (Se mês ou ano em branco, siga 6.03) (Se mês e ano preenchidos, passe ao 6.04)
6.03 - QUAL ERA A SUA IDADE EM 31 DE JULHO DE 2010? 6.031 - UM ANO OU MAIS 6.032 - MENOS DE UM ANO MESES Siga 6.04	
6.04 - TEM MÃE VIVA? (considere apenas mãe biológica) <input type="checkbox"/> 1 - SIM E MORA NESTE DOMICÍLIO (Siga 6.05) <input type="checkbox"/> 2 - SIM E MORA EM OUTRO DOMICÍLIO (Passe ao 6.06) <input type="checkbox"/> 3 - NÃO (Passe ao 6.06) <input type="checkbox"/> 4 - NÃO SABE (Passe ao 6.06)	
6.05 - NOME DA MÃE DO MORADOR <input style="width: 90%;" type="text"/> Siga 6.06	
6.06 - A SUA COR OU RAÇA É: <input type="checkbox"/> 1 - BRANCA <input type="checkbox"/> 2 - PRETA <input type="checkbox"/> 3 - AMARELA <input type="checkbox"/> 4 - PARDA <input type="checkbox"/> 5 - INDÍGENA (Passe ao 6.08) (Se terra indígena no tipo de setor e códigos 1 a 4 neste quesito, siga 6.07) (Se Tipo de setor diferente de terra indígena e códigos 1 a 4 neste quesito, passe ao 6.12)	
6.07 - VOCÊ SE CONSIDERA INDÍGENA? <input type="checkbox"/> 1 - SIM (Siga 6.08) <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Passe ao 6.12)	
6.08 - QUAL É A SUA ETNIA OU O POVO A QUE PERTENCE? <input style="width: 90%;" type="text"/> Siga 6.09	
6.09 - FALA LÍNGUA INDÍGENA NO DOMICÍLIO? (Considere também o uso da língua de sinais) <input type="checkbox"/> 1 - SIM (Siga 6.10) <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Passe ao 6.11)	
6.10 - QUAL(ES)? (ESPECIFIQUE A(S) LÍNGUA(S) INDÍGENA(S) - ATÉ DOIS REGISTROS) 6101 <input style="width: 80%;" type="text"/> 6103 <input style="width: 80%;" type="text"/> Siga 6.11	
6.11 - FALA PORTUGUÊS NO DOMICÍLIO? (Considere também o uso da língua de sinais) <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO Siga 6.12	
6.12 - QUAL É A SUA RELIGIÃO OU CULTO? <input style="width: 90%;" type="text"/> (Se tem até 10 anos de idade, siga 6.13. Caso contrário, passe ao 6.14)	
PARA PESSOAS COM ATÉ 10 ANOS DE IDADE	
6.13 - TEM REGISTRO DE NASCIMENTO: <input type="checkbox"/> 1 - DO CARTÓRIO <input type="checkbox"/> 2 - DECLARAÇÃO DE NASCIMENTO VIVO (DNV) DO HOSPITAL OU DA MATERNIDADE <input type="checkbox"/> 3 - REGISTRO ADMINISTRATIVO DE NASCIMENTO INDÍGENA (RANI) (Somente para aquele que se declarar ou se considerar indígena) <input type="checkbox"/> 4 - NÃO TEM <input type="checkbox"/> 5 - NÃO SABE Siga 6.14	
DEFICIÊNCIA - PARA TODAS AS PESSOAS	
6.14 - TEM DIFICULDADE PERMANENTE DE ENXERGAR? (SE UTILIZA ÓCULOS OU LENTES DE CONTATO, FAÇA SUA AVALIAÇÃO QUANDO OS ESTIVER UTILIZANDO) <input type="checkbox"/> 1 - SIM, NÃO CONSEGUE DE MODO ALGUM <input type="checkbox"/> 2 - SIM, GRANDE DIFICULDADE <input type="checkbox"/> 3 - SIM, ALGUMA DIFICULDADE <input type="checkbox"/> 4 - NÃO, NENHUMA DIFICULDADE Siga 6.15	
6.15 - TEM DIFICULDADE PERMANENTE DE OUVIR? (SE UTILIZA APARELHO AUDITIVO, FAÇA SUA AVALIAÇÃO QUANDO O ESTIVER UTILIZANDO) <input type="checkbox"/> 1 - SIM, NÃO CONSEGUE DE MODO ALGUM <input type="checkbox"/> 2 - SIM, GRANDE DIFICULDADE <input type="checkbox"/> 3 - SIM, ALGUMA DIFICULDADE <input type="checkbox"/> 4 - NÃO, NENHUMA DIFICULDADE Siga 6.16	
6.16 - TEM DIFICULDADE PERMANENTE DE CAMINHAR OU SUBIR DEGRAUS? (SE UTILIZA PRÓTESE, BENGALA OU APARELHO AUXILIAR, FAÇA SUA AVALIAÇÃO QUANDO O ESTIVER UTILIZANDO) <input type="checkbox"/> 1 - SIM, NÃO CONSEGUE DE MODO ALGUM <input type="checkbox"/> 2 - SIM, GRANDE DIFICULDADE <input type="checkbox"/> 3 - SIM, ALGUMA DIFICULDADE <input type="checkbox"/> 4 - NÃO, NENHUMA DIFICULDADE Siga 6.17	
6.17 - TEM ALGUMA DEFICIÊNCIA MENTAL/INTELCTUAL PERMANENTE QUE LIMITE AS SUAS ATIVIDADES HABITUAIS, COMO TRABALHAR, IR À ESCOLA, BRINCAR, ETC.? <input type="checkbox"/> 1 - SIM, <input type="checkbox"/> 2 - NÃO Siga 6.18	

FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Gerência Técnica do Censo Demográfico. **Censo demográfico 2010**: CD 2010 - questionário da amostra. [Rio de Janeiro], p. 4, 2010. [10] p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=52584>. Acesso em: 2 fev. 2023.

ANEXO J - Página da Pesquisa Nacional de Saúde 2019: Questionário dos Moradores do Domicílio com Informações Sobre *Dificuldade Permanente de Ouvir*

<p>G42. ___ faz uso de cão guia?</p> <p><input type="checkbox"/> 1. Sim G042 <input type="checkbox"/> 2. Não</p> <p style="text-align: center;">(siga G44)</p>	<p>G44. ___ faz uso de algum outro aparelho de auxílio para lidar com problemas de visão?</p> <p><input type="checkbox"/> 1. Sim G044 <input type="checkbox"/> 2. Não</p> <p style="text-align: center;">(siga G46)</p>
<p>G46. ___ tem dificuldade permanente de enxergar mesmo usado óculos, lentes de contato ou lupas?</p> <p><input type="checkbox"/> 1. Não, nenhuma dificuldade</p> <p><input type="checkbox"/> 2. Sim, alguma dificuldade</p> <p><input type="checkbox"/> 3. Sim, muita dificuldade</p> <p><input type="checkbox"/> 4. Sim, não consegue de modo algum</p> <p style="text-align: center;">(passe G48)</p> <p style="text-align: center;">G046</p>	<p>G47. ___ tem dificuldade permanente de enxergar?</p> <p><input type="checkbox"/> 1. Não, nenhuma dificuldade</p> <p><input type="checkbox"/> 2. Sim, alguma dificuldade</p> <p><input type="checkbox"/> 3. Sim, muita dificuldade</p> <p><input type="checkbox"/> 4. Sim, não consegue de modo algum</p> <p style="text-align: center;">(siga G48)</p> <p style="text-align: center;">G047</p>
<p>G48. ___ usa aparelho auditivo ou outro aparelho de auxílio para ouvir melhor?</p> <p><input type="checkbox"/> 1. Sim (siga G49) G048 <input type="checkbox"/> 2. Não (passe G58)</p>	<p>G49. ___ faz uso de aparelho auditivo?</p> <p><input type="checkbox"/> 1. Sim (siga G50) G049 <input type="checkbox"/> 2. Não (passe G51)</p>
<p>G50. O aparelho auditivo foi obtido no SUS?</p> <p><input type="checkbox"/> 1. Sim G050 <input type="checkbox"/> 2. Não</p> <p style="text-align: center;">(siga G51)</p>	<p>G51. ___ faz uso de implante coclear?</p> <p><input type="checkbox"/> 1. Sim (siga G52) G051 <input type="checkbox"/> 2. Não (passe G53)</p>
<p>G52. O implante coclear foi obtido no SUS?</p> <p><input type="checkbox"/> 1. Sim G052 <input type="checkbox"/> 2. Não</p> <p style="text-align: center;">(siga G53)</p>	<p>G53. ___ faz uso de sistema de frequência modulada individual (sistema FM)?</p> <p><input type="checkbox"/> 1. Sim (siga G54) G053 <input type="checkbox"/> 2. Não (passe G55)</p>
<p>G54. O sistema de frequência modulada individual (sistema FM) foi obtido no SUS?</p> <p><input type="checkbox"/> 1. Sim G054 <input type="checkbox"/> 2. Não</p> <p style="text-align: center;">(siga G55)</p>	<p>G55. ___ faz uso de algum outro aparelho de auxílio para ouvir melhor?</p> <p><input type="checkbox"/> 1. Sim G055 <input type="checkbox"/> 2. Não</p> <p style="text-align: center;">(siga G57)</p>
<p>G57. G057</p> <p>___ tem dificuldade permanente de ouvir mesmo usando aparelhos auditivos? (Para moradores com 5 anos ou mais de idade.)</p> <p>OU</p> <p>___ tem dificuldade permanente de ouvir sons como vozes ou música, mesmo usando aparelhos auditivos? (Para moradores com 2 a 4 anos ou mais de idade.)</p> <p><input type="checkbox"/> 1. Não, nenhuma dificuldade</p> <p><input type="checkbox"/> 2. Sim, alguma dificuldade</p> <p><input type="checkbox"/> 3. Sim, muita dificuldade</p> <p><input type="checkbox"/> 4. Sim, não consegue de modo algum</p> <p style="text-align: center;">(Se C8=>5, siga G58a. Se 2<=C8<=4, passe G59)</p>	<p>G58. G058</p> <p>___ tem dificuldade permanente de ouvir? (Para moradores com 5 anos ou mais de idade.)</p> <p>OU</p> <p>___ tem dificuldade permanente de ouvir sons como vozes ou música? (Para moradores com 2 a 4 anos de idade.)</p> <p><input type="checkbox"/> 1. Não, nenhuma dificuldade</p> <p><input type="checkbox"/> 2. Sim, alguma dificuldade</p> <p><input type="checkbox"/> 3. Sim, muita dificuldade</p> <p><input type="checkbox"/> 4. Sim, não consegue de modo algum</p> <p style="text-align: center;">(Se C8=>5, siga G58a. Se 2<=C8<=4, passe G59)</p>
<p>G58a. Sabe usar a Língua Brasileira de Sinais – Libras? (Para moradores com 5 anos ou mais de idade.)</p> <p><input type="checkbox"/> 1. Sim G05801 <input type="checkbox"/> 2. Não</p> <p style="text-align: center;">(siga G59)</p>	<p>G59. ___ usa algum aparelho de auxílio para se locomover?</p> <p><input type="checkbox"/> 1. Sim (siga G60) G059 <input type="checkbox"/> 2. Não (passe G71)</p>
<p>G60. ___ faz uso de cadeira de rodas?</p> <p><input type="checkbox"/> 1. Sim (siga G61) G060 <input type="checkbox"/> 2. Não (passe G62)</p>	<p>G61. A cadeira de rodas foi obtida no SUS?</p> <p><input type="checkbox"/> 1. Sim G061 <input type="checkbox"/> 2. Não</p> <p style="text-align: center;">(siga G62)</p>
<p>G62. ___ faz uso de bengala, muletas ou andador?</p> <p><input type="checkbox"/> 1. Sim (siga G63) G062 <input type="checkbox"/> 2. Não (passe G64)</p>	<p>G63. A bengala, muletas ou andador foram obtidas no SUS?</p> <p><input type="checkbox"/> 1. Sim G063 <input type="checkbox"/> 2. Não</p> <p style="text-align: center;">(siga G64)</p>

FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa nacional de saúde 2019**: questionário dos moradores do domicílio. [Rio de Janeiro], p. 13, 2022. 79 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=55569>. Acesso em: 2 fev. 2023.

ANEXO K - Página do Censo Demográfico 2022: Questionário de Amostra com Informações Sobre *Dificuldade Permanente de Ouvir*

9 RELIGIÃO OU CULTO (PARA PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE)	
Se (terra indígena) ou (setor tipo 5), passe para 9.01.2. Caso contrário, siga para 9.01.1.	
<p>9.01.1 QUAL É SUA RELIGIÃO OU CULTO?</p> <input style="width: 90%;" type="text"/> <p style="text-align: right;">→ Encerre o bloco e siga para 10.01</p>	
<p>9.01.2 QUAL A SUA CRENÇA, RITUAL INDÍGENA OU RELIGIÃO?</p> <input style="width: 90%;" type="text"/> <p style="text-align: right;">→ Encerre o bloco e siga para 10.01</p>	
10 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PARA PESSOAS DE 2 ANOS OU MAIS DE IDADE)	
<p>10.01 TEM DIFICULDADE PERMANENTE PARA ENXERGAR, MESMO USANDO ÓCULOS OU LENTES DE CONTATO?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - TEM, NÃO CONSEGUE DE MODO ALGUM</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - TEM MUITA DIFICULDADE</p> <p><input type="checkbox"/> 3 - TEM ALGUMA DIFICULDADE</p> <p><input type="checkbox"/> 4 - NÃO TEM DIFICULDADE</p> <p style="text-align: right;">→ Siga para 10.02</p>	<p>10.04 TEM DIFICULDADE PERMANENTE PARA PEGAR PEQUENOS OBJETOS, COMO BOTÃO OU LÁPIS, OU ABRIR E FECHAR TAMPAS DE GARRAFAS, MESMO USANDO APARELHO DE AUXÍLIO?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - TEM, NÃO CONSEGUE DE MODO ALGUM</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - TEM MUITA DIFICULDADE</p> <p><input type="checkbox"/> 3 - TEM ALGUMA DIFICULDADE</p> <p><input type="checkbox"/> 4 - NÃO TEM DIFICULDADE</p> <p style="text-align: right;">→ Siga para 10.05</p>
<p>10.02 TEM DIFICULDADE PERMANENTE PARA OUVIR, MESMO USANDO APARELHOS AUDITIVOS?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - TEM, NÃO CONSEGUE DE MODO ALGUM</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - TEM MUITA DIFICULDADE</p> <p><input type="checkbox"/> 3 - TEM ALGUMA DIFICULDADE</p> <p><input type="checkbox"/> 4 - NÃO TEM DIFICULDADE</p> <p style="text-align: right;">→ Siga para 10.03</p>	<p>10.05 POR CAUSA DE ALGUMA LIMITAÇÃO NAS FUNÇÕES MENTAIS, TEM DIFICULDADE PERMANENTE PARA SE COMUNICAR, REALIZAR CUIDADOS PESSOAIS, TRABALHAR, ESTUDAR E ETC.?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - TEM, NÃO CONSEGUE DE MODO ALGUM</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - TEM MUITA DIFICULDADE</p> <p><input type="checkbox"/> 3 - TEM ALGUMA DIFICULDADE</p> <p><input type="checkbox"/> 4 - NÃO TEM DIFICULDADE</p> <p style="text-align: right;">→ Encerre o bloco e siga para 11.01</p>
<p>10.03 TEM DIFICULDADE PERMANENTE PARA ANDAR OU SUBIR DEGRAUS, MESMO USANDO PRÓTESE, BENGALA OU APARELHO DE AUXÍLIO?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - TEM, NÃO CONSEGUE DE MODO ALGUM</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - TEM MUITA DIFICULDADE</p> <p><input type="checkbox"/> 3 - TEM ALGUMA DIFICULDADE</p> <p><input type="checkbox"/> 4 - NÃO TEM DIFICULDADE</p> <p style="text-align: right;">→ Siga para 10.04</p>	
11 MIGRAÇÃO INTERNA E INTERNACIONAL (PARA TODOS OS MORADORES)	
<p>11.01 _____ NASCEU:</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - NESTE MUNICÍPIO</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - EM OUTRO MUNICÍPIO DO BRASIL</p> <p><input type="checkbox"/> 3 - EM OUTRO PAÍS</p> <p style="text-align: right;">→ Se (questo 11.01 igual a 1), passe para 11.02 Se (questo 11.01 igual a 2), siga para 11.01.1 Se (questo 11.01 igual a 3), passe para 11.01.3</p>	<p>11.01.1 ESTADO:</p> <input style="width: 90%;" type="text"/>
	<p>11.01.2 MUNICÍPIO:</p> <input style="width: 90%;" type="text"/> <p style="text-align: right;">→ Passe para 11.05</p>
	<p>11.01.3 PAÍS:</p> <input style="width: 90%;" type="text"/> <p style="text-align: right;">→ Passe para 11.03</p>